Atlântico

22

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATES . ANO 2 . JANEIRO 2007 . 4 €

2007
POR RUI RAMOS, HENRIQUE RAPOSO E MIGUEL NORONHA
PÁG. 12 A 22

FORÇAS ARMADAS EM DEMOCRACIA
POR ALMIRANTE VIEIRA MATIAS
PÁG. 10

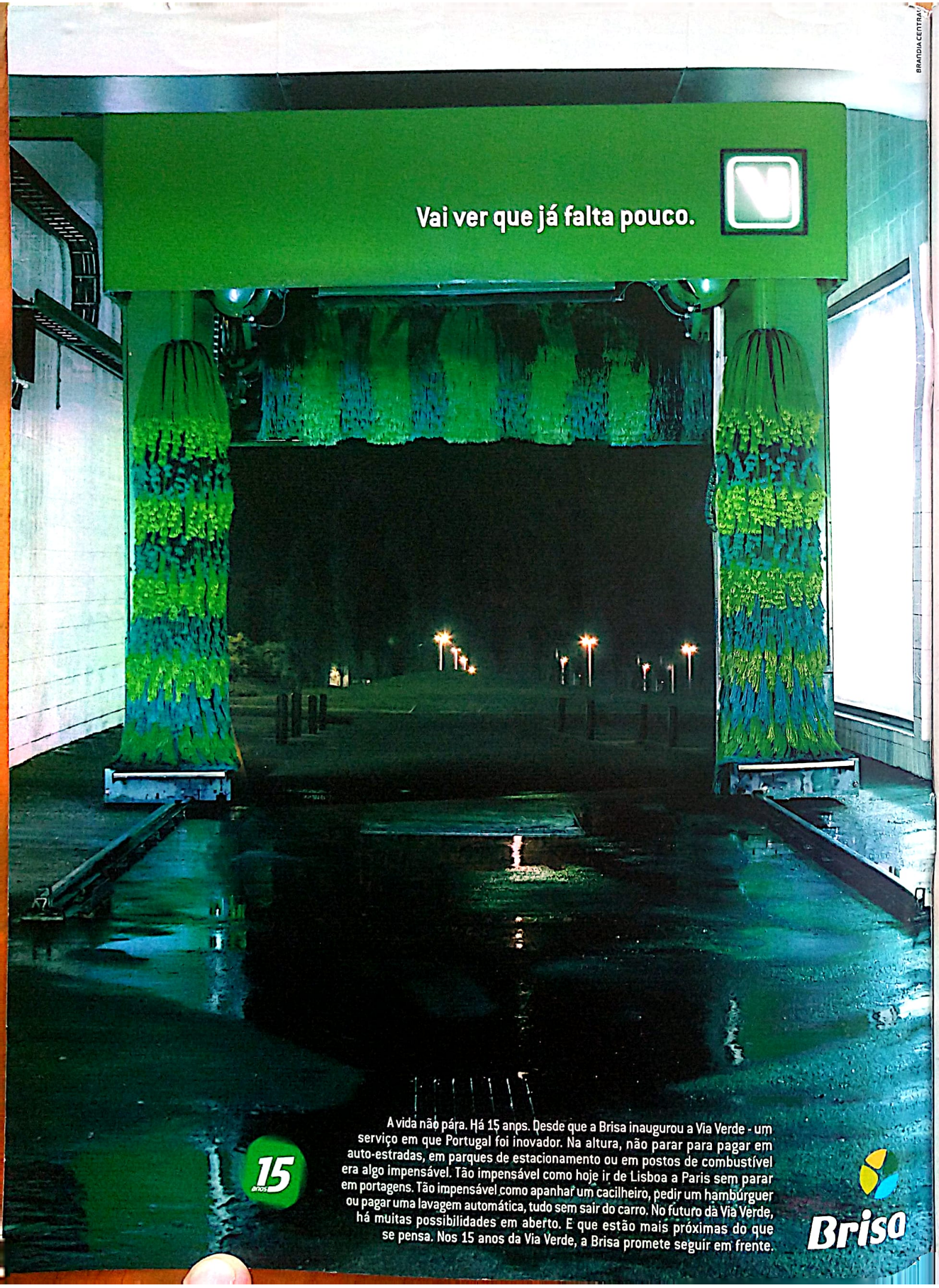
2007

"O BRASILEIRO É O PORTUGUÊS MURCHO"
ENTREVISTA A DIOGO MAINARDI
PÁG. 34

O LIVRO DE SANTANA
PÁG. 50

JOÃO PEREIRA COUTINHO . LUCIANO AMARAL . VASCO RATO . ALEXANDRE SOARES SILVA
PAULO TUNHAS . NUNO GAROUPA . MANUEL FALCÃO . VITOR CUNHA . GONÇALO REIS
HENRIQUE RAPOSO . JOAQUIM LUIZ GOMES . JOÃO MIRANDA . ANDRÉ AZEVEDO ALVES
PEDRO PICOITO . CARLOS COELHO . ANDRÉ ABRANTES AMARAL . HENRIQUE BURNAY

00022
5 601073 094191


Vai ver que já falta pouco.
15 anos
A vida não pára. Há 15 anos. Desde que a Brisa inaugurou a Via Verde - um serviço em que Portugal foi inovador. Na altura, não parar para pagar em auto-estradas, em parques de estacionamento ou em postos de combustível era algo impensável. Tão impensável como hoje ir de Lisboa a Paris sem parar em portagens. Tão impensável como apanhar um cacilheiro, pedir um hambúrguer ou pagar uma lavagem automática, tudo sem sair do carro. No futuro da Via Verde, há muitas possibilidades em aberto. E que estão mais próximas do que se pensa. Nos 15 anos da Via Verde, a Brisa promete seguir em frente.
Brisa

Atlântico

nº. 22 . ATLÂNTICO . JANEIRO 2007

EDITORIAL

4. **OS ASTROS EM 2007** POR PAULO PINTO MASCARENHAS

O MÊS

6. **NOTAS DISPERSAS**

O CARTOON

8. **O SÓCRATES** POR LUCY PEPPER E ALEXANDRE BORGES

O DIÁRIO

10. **FORÇAS ARMADAS EM DEMOCRACIA** POR ALM. VIEIRA MATIAS

2007

12. **O REFORMISMO DO PARTIDO SOCIALISTA** POR RUI RAMOS

2007

16. **O OCIDENTE ESTÁ MORTO! LONGA VIDA PARA O OCIDENTE!** POR HENRIQUE RAPOSO

2007

20. **ABAIXO DA MÉDIA** POR MIGUEL NORONHA

LÍDERES DE OPINIÃO

24. **DESCONSTRUINDO JAMES** POR LUCIANO AMARAL
25. **O INTRUSO** POR VASCO RATO
26. **O CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL** POR VITOR CUNHA

SPEAKEASY

27. **PENAS CAPITAIS** POR JOÃO PEREIRA COUTINHO

ENSAIO

28. **O NOVO ATLÂNTICO** POR ANDRE ABRANTES AMARAL

CIDADÃO EMPRESÁRIO

32. **LIDERANÇA, PROCURA-SE** POR JOAQUIM LUIZ GOMES

PROVOCAÇÕES LIBERAIS

33. **SEM COMPLEXOS** POR GONÇALO REIS

CONVERSAS ATLÂNTICAS

34. **ENTREVISTA A DIOGO MAINARDI** POR BRUNO GARSCHAGEN

IN PARTIBUS

39. **REALIDADE** POR PAULO TUNHAS

ANÁLISE

40. **O PAPA NA TURQUIA** POR PEDRO PICOITO

CORRESPONDENTES DE GUERRA

42. **COUVE-DE-BRUXELAS** POR HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS
43. **HOLA MADRID!** POR NUNO GAROUPA EM MADRID
44. **LONDON CALLING** POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES
45. **PASSAGEM PARA A ÍNDIA** POR CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI
47. **BRASIL 40 GRAUS** POR JOÃO LUIZ NEVES NO RIO DE JANEIRO

O CÉPTICO

49. **A AMEAÇA RUSSA** POR JOÃO MIRANDA

GOSTOS

50. **O LIVRO DE SANTANA** POR RUI RAMOS
53. **LIVROS** POR BERNARDO PIRES DE LIMA E HENRIQUE RAPOSO
55. **O ALFARRABISTA** POR HENRIQUE RAPOSO
56. **FILMES** POR LEONARDO RALHA
58. **ARTES** POR FÁTIMA VIEIRA
59. **HUMILHADOS E OFENDIDOS** POR ALEXANDRE SOARES SILVA
61. **HOMENAGEM A CESARINY** POR LUCY PEPPER
62. **ROTEIRO ATLÂNTICO** POR ALAÍDE COSTA

64. DESTE MUNDO E DO OUTRO

MANUEL FALCÃO, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, BERNARDO PIRES DE LIMA, LAURA ABREU CRAVO, TIAGO GERALDO, RODRIGO MOITA DE DEUS, JORGE MADEIRA, HENRIQUE RAPOSO, ALEXANDRE BORGES, TIAGO CAVACO, BRUNO ALVES, PEDRO MARQUES LOPES, ADOLFO MESQUITA NUNES BRUNO CARDOSO REIS, NUNO AMARAL JERÓNIMO, DAVID LOURENÇO MESTRE

MULHERES À SOLTA

67. **MARIANNE 'LOUIS VUITTON'?** POR RITA BARATA SILVÉRIO

O ESPÍRITO NUNCA ATERRA

72. **MARCA PORTUGALMA** POR CARLOS COELHO

CARTOON

74. **FORAM-SE OS ANÉIS** POR JOSÉ NUNES

EDITORIAL

PAULO PINTO MASCARENHAS

OS ASTROS EM 2007

Se a economia fosse uma ciência oculta como a astrologia poderia escrever de seguida que 2007 vai ser um ano radioso e feliz para os portugueses. Segundo os especialistas na matéria, entramos no Ano de Júpiter e a "carta planetária" beneficia os nativos do signo Leão. Como é o caso do nosso país, se entendermos que nasceu a 25 ou 26 de Julho de 1139, as datas da Batalha de Ourique e da aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal. Invocava depois a passagem de Plutão por Sagitário em oposição à Lua em Gémeos e apresentaria aqui uma sorridente previsão.

Se a economia está longe de ser uma ciência exacta, dependendo entre outros factores aleatórios da capacidade de liderança política a cada momento, não constitui também um mistério apenas ao alcance de visionários. Ora, o que nos garantem os números e os relatórios da generalidade das instituições nacionais e internacionais independentes não permite grandes optimismos ou expectativas elevadas.

Ainda que as previsões de crescimento económico tenham sido revistas em alta em 2006, no próximo ano vamos continuar a evoluir na continuidade, com lentidão e abaixo da média da zona euro. As perspectivas podem ainda ser mais negras, pelo menos no curto prazo, em resultado da situação financeira de países como a Alemanha ou a Itália, a braços com os sacrifícios decorrentes da necessidade de consolidação orçamental.

Porém, como acrescenta Miguel Noronha nesta edição (pp. 20 e 21), o pior parece ter passado. Não se podem deixar cair os modestos ímpetos reformistas que, apesar de tudo, têm existido. É aqui que se suspende a análise económica e se inicia a política: falta saber se os muitos anúncios do Governo de José Sócrates em 2006 são para cumprir em 2007.

Mesmo que tenham a finalidade objectiva de preservar o actual Estado Social, é melhor tímidas medidas do que a inacção. Os cortes na despesa pública, ainda que muitas vezes às cegas, como aconteceu nas Forças Armadas – recomenda-se a leitura sobre o assunto da análise do Almirante Vieira Matias, ex-Chefe do Estado-Maior da Armada (p. 10) – podem ser úteis no futuro. Por outro lado, não é sensato exigir a um governo do Partido Socialista que assuma um programa de reformas liberais e defenda um outro modelo de sociedade onde a liberdade de escolha seja a regra, quando nem sequer os partidos que estão à sua direita o fazem hoje na oposição.

A dúvida é se as promessas de medidas consideradas essenciais, como o aumento da flexibilidade do mercado de trabalho, ainda que sob a capa da flexisegurança, ou o combate ao desequilíbrio das contas do Estado, não são comprometidas em nome de velhos argumentos do passado. O que se conhece da história de outros governos do Partido Socialista (ver pp. 12 a 15), abre espaço à dúvida metódica. Entre a ruptura com o *statu quo* e o consenso nas suas mais diversas facetas – do socialismo na gaveta entreaberta à panaceia inconsequente do diálogo – escolheu-se invariavelmente o imobilismo e o adiamento dos problemas. É um facto que o primeiro-ministro José Sócrates tem condições únicas para cortar com esse mesmo passado. Desde logo a cooperação mais do que estratégica de um Presidente da República descomplificador e a inexistência de uma oposição com capacidade para apresentar um projecto alternativo de poder.

Se o país for uma vez mais adiado e as expectativas da maioria dos portugueses saírem frustradas, o Eng. José Sócrates não terá desculpas ou álibis. Não se torna por isso necessário recorrer à astrologia para dizer que 2007 poderá ser um ano muito esclarecedor. Para o bem ou para o mal.

Atlântico

DIRECTOR:
PAULO PINTO MASCARENHAS
ppm@revista-atlantico.com

CONSELHO EXECUTIVO:
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
LUCIANO AMARAL
RUI RAMOS
VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL:
ANDRÉ AZEVEDO ALVES
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
CONSTANÇA CUNHA E SÁ
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL
LEONARDO MATHIAS
LOURENÇO LUCENA
LUCIANO AMARAL
M. FÁTIMA BONIFÁCIO
MANUEL FALCÃO
MIGUEL MONJARDINO
NUNO GAROUPA
PAULO P. MASCARENHAS
PAULO TUNHAS
PEDRO FERRAZ DA COSTA
PEDRO LOMBA
PEDRO MARQUES LOPES
RUI RAMOS
VASCO RATO
VÍTOR CUNHA

PROJECTO GRÁFICO:
WWW.BLUG.PT

REVISÃO:
PATRÍCIA ROSAS

COLABORAM NESTE NÚMERO:
ADOLFO MESQUITA NUNES, ALAÍDE COSTA, ALEXANDRE BORGES, ALEXANDRE SOARES SILVA, ANDRÉ ABRANTES AMARAL, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO ALVES, BRUNO CARDOSO REIS, BRUNO GARSCHAGEN, CARLOS COELHO, CONSTANTINO XAVIER, DAVID LOURENÇO MESTRE, FÁTIMA VIEIRA, GONÇALO REIS, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, JOÃO LUIZ NEVES, JOÃO MIRANDA, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JOAQUIM LUIZ GOMES, JORGE MADEIRA, JOSÉ NUNES, LAURA ABREU CRAVO, LEONARDO RALHA, LUCIANO AMARAL, MANUEL FALCÃO, MIGUEL NORONHA, NUNO AMARAL JERÓNIMO, NUNO GAROUPA, NUNO VIEIRA MATIAS, PAULO TUNHAS, PEDRO MARQUES LOPES, PEDRO PICOITO, RITA BARATA SILVÉRIO, RODRIGO MOITA DE DEUS, RUI RAMOS, TIAGO CAVACO, TIAGO GERALDO, VASCO RATO E VÍTOR CUNHA

ILUSTRAÇÃO:
LUCY PEPPER (ILUSTRADORA PRINCIPAL)
JOSÉ PEDRO ABREU

DIRECTOR DE PUBLICIDADE:
JORGE REIS
jorgeareis.pub1@sapo.pt
TM: 917585310
TEL: 21 392 8862
FAX: 213956739

EDIÇÃO ONLINE:
TEL. 21 392 88 62
ppm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE N.º 507594924

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA, LDA

PAGINAÇÃO: ESTÚDIO GRÁFICO SERAFIM S. SERRANO, Lda
Rua Ary dos Santos, Lote 106 - Serra das Minas - 2635-411 Rio de Mouro

IMPRESSÃO: PRINTER PORTUGUESA – Indústria Gráfica, Lda
Edifício Printer - Estrada de Casais de Mem Martins - 2635-445 Rio de Mouro

DISTRIBUIÇÃO: LOGISTA PORTUGAL, DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES S.A.
R. REPÚBLICA DA COREIA, Nº. 34, RANHOLAS, 2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

MEMBRO DA APCT

NASCEMOS PARA CRESCER

e crescemos para viver mais
com mais alegria
com mais dúvidas
com mais força
com mais futuro

Encontre na palma da mão o banco que cresce consigo

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24

O MÊS

NOTAS DISPERSAS

"Não é de agora, nem do livro de Carolina Salgado sobre Pinto da Costa. O futebol português está sempre em crise. Há muitos anos. A lista de dirigentes desportivos envolvidos em casos judiciais é mais extensa que a lista de devedores do fisco. Perante a ineficácia do sistema judicial, a única alternativa para resolver 'a crise do futebol português' em 2007 talvez seja gostar mais de hóquei em patins"

A MORTE DO SOCIALISMO

O socialismo morreu no Porto. A reunião dos socialistas europeus mostrou o autismo de uma escola política a caminho do fim. O "socialismo" (sim, já com aspas) está remetido à recusa reaccionária da mudança. Como descreveu Vasco Pulido Valente, os socialistas estacionaram o seu bólide em 1980 (auge do estado social), e dali não mais saíram. Ali, a guerra fria ainda não acabou. Os socialistas continuam a pensar que são o ponto intermédio, e salvador, entre os capitalistas americanos e os comunistas soviéticos. Mais: fazem todos os esforços para não compreender a "globalização". Não querem perceber como políticos. Querem resistir como heróis. Pensam: "Nós temos razão; a História é que se enganou". Belo. Genuinamente belo. Estes socialistas dão brilhantes personagens trágicas. Já não são seres deste mundo. Fazem parte de um romance ainda por escrever.

O PÓS-GUERRA COMEÇA AGORA

Saiu o relatório Baker. De imediato, a esquerda europeia fez uma *rave party*: "Os americanos admitem a derrota; nós tínhamos razão". Tudo bem. Nada contra festas. O problema é que o relatório não diz nada disso. O documento não admite a derrota. Admite, isso sim, que os dogmas idealistas dos neoconservadores fracassaram e que é preciso uma condução realista do pós-guerra. Na frente diplomática, sai de cena a retórica moralista e inflexível ("eixo do mal") e entra em cena a negociação com os Estados sunitas (Síria incluída) no sentido de controlar o Irão expansionista. No plano militar, sugere-se a colocação de mais forças especiais junto de tropas iraquianas. Isto implica dar menos peso à tecnologia "visível" (tanques, helicópteros) e fazer contra-guerrilha com forças "invisíveis". No fundo, só agora começa o pós-guerra.

O FUTEBOL PORTUGUÊS É UMA CRISE

Não há lugar comum mais repetido que este. O futebol português está sempre em crise. Há muitos anos. A lista de dirigentes desportivos envolvidos em casos judiciais é mais extensa que a lista de devedores do fisco. Ele é fuga aos impostos, negócios duvidosos com os passes dos jogadores, relações promíscuas com políticos e autarcas. Para além destes deslizes com o dinheiro alheio há ainda o problema da justiça desportiva. Jogos que se compram, árbitros que gostam de fruta e uns vereadores que levam fruta por causa da fruta dos árbitros. Há mais de trinta anos que todas as semanas há um novo escândalo que faria corar os gangsters de Chicago. Perante a ineficácia do sistema judicial, a única alternativa para resolver "a crise do futebol português", em 2007, talvez seja gostar mais de hóquei em patins.

BACHELET E NÃO PINOCHET

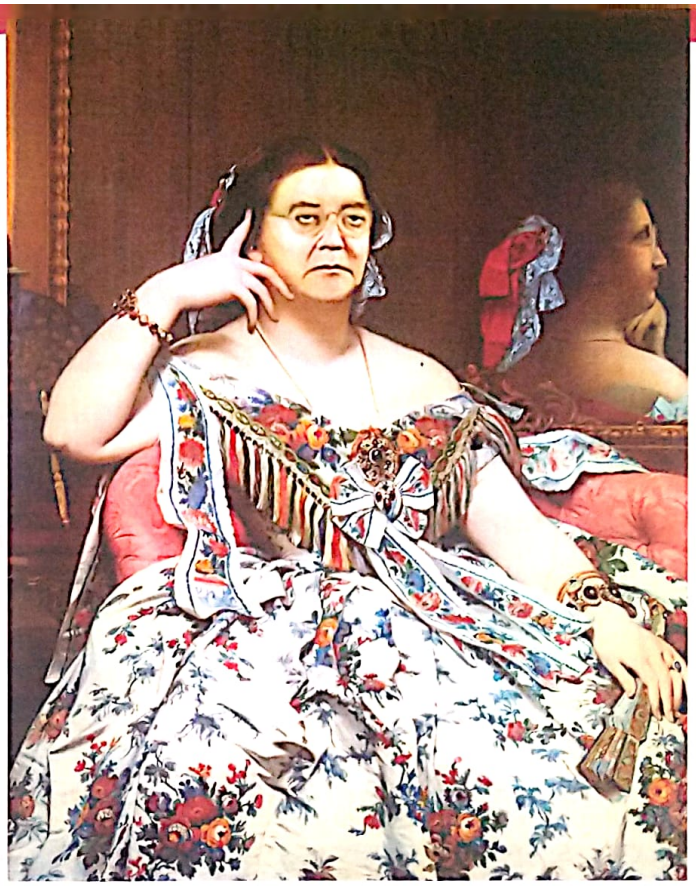
Morreu o general Augusto Pinochet. Agora já se pode discutir o Chile sem fantasmas. Até hoje, qualquer conversa acabava ruidosamente em Pinochet. A complexidade de um país era reduzida à superficialidade de um ex-ditador. Esta obsessão era (vai deixar de ser) a forma que muitos encontraram para esconder o essencial: o Chile é a prova de que há modelos económicos melhores que outros. O Chile liberal é um caso de sucesso; a Cuba comunista é um caso de miséria. A morte de Pinochet é insignificante perante o seguinte: Michelle Bachelet, a nova presidente chilena, é de esquerda, mas não ousa negar o milagre económico liberal do Chile. Os chilenos nunca o permitiriam. É a "Blair" sul-americana. É Bachelet, e não Pinochet, que deve merecer a nossa atenção.

A INEVITABILIDADE DE SÓCRATES

O ano de 2007 demonstrará a quem ainda tenha dúvidas que José Sócrates não é, nunca foi, nem sequer pretende ser um liberal. Ou seja, confirmará que a alternância política é uma ilusão em Portugal. Para isso, contribuirão evidentemente os socialistas. Mas não só. Os que vivem à sombra de um socialismo, que insistem em apelidar de outra coisa qualquer, terão o seu quinhão de responsabilidades e contas a prestar. Como igualmente não podem ser desculpados todos aqueles que preferem a política de bancada, a pureza ideológica e a insuportável pesporrência de quem se acha dono do óptimo e desdenha do bom. De uns e de outros é feita a inevitabilidade socialista que nos persegue.

A ATLÂNTICO EM WASHINGTON (I)

Na primeira semana de Dezembro, Washington fervilhou politicamente com duas iniciativas. A primeira, como já dissemos, foi a apresen-



tação do relatório Baker-Hamilton, um documento de trabalho que se propôs discutir o caso iraquiano e apresentar um conjunto de soluções (79 no seu total) ao presidente Bush. Este já fala numa nova estratégia e foi célere em juntar-se a Tony Blair na Casa Branca para dar as boas vindas ao relatório. A segunda iniciativa, teve lugar num dos plenários do Pentágono e assistiu ao discurso de despedida de Donald Rumsfeld. Como não podia deixar de ser, a *Atlântico* estava lá. E entre muitas perspectivas oficiais e politicamente correctas, verificou que a democracia americana se faz com debates crispados, quedas de popularidade abruptas, fins de eras políticas, chegadas de novos rostos, estratégias de comunicação pensadas ao milímetro, crença em valores civilizacionais. Este ponto é crucial para percebermos algumas diferenças na actuação dos EUA e de países europeus quando decidem usar a força no plano internacional. Na América, guerra é guerra. O país está em conflito contra o terrorismo totalitário islamita e todas as baterias estão para aí viradas. Na cadeia de comando e na hierarquia dos departamentos não há lugar para brechas. Nalguma Europa, o uso da força é normalmente encarado como reacção a alguma tragédia. Além disto, o processo comunicacional é oco e retórico. Parece aos nossos olhos um conjunto vácuo de declarações de intenções sem aplicabilidade. Mais uma vez o velho argumento dos meios e da vontade política.

A ATLÂNTICO EM WASHINGTON (II)

A terceira grande iniciativa internacional a que a *Atlântico* assistiu em Washington foi a ratificação pelo Senado do acordo nuclear com a Índia, um momento marcante nas relações bilaterais, mas não só. Toda a dinâmica de alianças internacionais está a sofrer alterações estratégicas, muito por responsabilidade do multilateralismo norte-americano. Ao contrário da opinião publicada e de muita esquerda órfã após 1989, os Estados Unidos têm vindo a lançar um conjunto de novas e sustentadas alianças regionais ao longo do mundo: Índia, Paquistão, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Brasil, Chile, Rússia, Cáucaso. A Europa é apenas mais uma peça – importante, porque historicamente parceira – nesta engrenagem. Cabe aos Estados europeus saberem apanhar o comboio sem cair no erro de lhe virar as costas. Sob pena de se isolarem estrategicamente ou pura e simplesmente caírem na total e obscura irrelevância política.

PAMUK E A LIBERDADE INTELECTUAL

Dezembro foi também o mês em que se realizaram as cerimónias oficiais de entrega do Prémio Nobel. Depois de Harold Pinter, vencedor do Prémio Nobel da Literatura o ano passado e ausente da cerimónia oficial por motivos de saúde, ter destilado com a maior das voracidades o seu ódio aos Estados Unidos da América no seu discurso de congratulação, as palavras do escritor Orhan Pamuk, visto por muitos como embaixador da cultura turca e daqueles que, no seu país, lutam pela liberdade, acabaram por demonstrar que por muito que a Academia Sueca queira politizar a literatura, ainda há gente que não gosta de rótulos. Pamuk fez uma apologia apaixonada da irresponsabilidade necessária a qualquer acto de criação, rejeitando as conotações e arrimos políticos que os críticos insistem em fazer da sua obra. Contra as brigadas zelosas dos bons costumes, Pamuk deu a resposta certa. A liberdade intelectual é um dos valores mais profundos e inderrogáveis que (parte) da nossa civilização conseguiu atingir. Se a Academia nos tem habituado a uma espécie de quotização política dos prémios que anualmente atribui, parece de concluir que este ano optou, e muitíssimo bem, pela liberdade.

Aeroportos online
Partidas e Chegadas em tempo real
Consulta e download de horários
Lojas e restaurantes
Informações aos passageiros
ana
Aeroportos de Portugal SA
Lisboa · Porto · Faro · Ponta Delgada · Horta · Santa Maria · Flores
www.ana.pt

ILUSTRAÇÃO: LUCY PEPPER
TEXTO: ALEXANDRE BORGES

O SÓCRATES e o futuro...

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***

1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha

Cursos certificados por *European Council of Real Estate Professions*
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** *8ª Edição*
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** *9ª Edição*
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** *4ª Edição*
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

18º Aniversário

ESAI
Escola Superior de Actividades Imobiliárias

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias
Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt
Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila
1950-104 Lisboa
Homepage: **www.esai.pt**

Protocolos com:

- Universidade de Salford Manchester, Reino Unido
- Universidade de Fontys Eindhoven, Holanda
- Fac. Católica de Ciências Empresariais da Bahia S. Salvador, Brasil
- Universidade Miguel Hernández Elche, Espanha
- Universidade Nacional da Liberdade Lisboa
- Liberdade Editora de Estudos Liberais
- Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios
- Associação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
- Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária
- Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários
- Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
- Sindicato Nacional dos Engenheiros
- Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

ALM. (R) VIEIRA MATIAS

FORÇAS ARMADAS EM DEMOCRACIA

"Somos transportados para um terceiro mundo de segunda escolha quando damos conta de manifestações de militares nas nossas ruas, ainda que de reduzida expressão numérica, mas devemos, também, indignarmo-nos quando o poder político não dá o exemplo de bom cumprimento da Lei"

A qualidade de uma democracia adulta tem um indicador muito expressivo na forma como os órgãos de soberania interagem com as suas forças armadas. Trata-se de uma relação com especiais obrigações e direitos, de parte a parte, que têm de ser entendidos sempre acima do elevado patamar do nobre serviço ao Estado, sem limite de sacrifícios.

Por isso, não se discutem os deveres que têm como fim último a defesa militar da República, como não devem ser postas em causa as "compensações", ou "especiais direitos", que derivam daquelas necessárias imposições. Não entender este equilíbrio e, pior do que isso, pô-lo em causa por parte de políticos ou de militares seria um sinal de séria imperfeição da democracia que urgiria corrigir.

De facto, sentimo-nos transportados para um terceiro mundo de segunda escolha quando damos conta de manifestações de militares nas nossas ruas, ainda que de reduzida expressão numérica, mas devemos, também, indignarmo-nos quando o poder político não dá o exemplo de bom cumprimento da Lei. Neste aspecto, refiro apenas dois casos. A Lei 25/2000, de 23 de Agosto, nascida de iniciativa da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, que visava corrigir aspectos das pensões de reforma e que nunca foi posta em prática e a Lei 11/89, de 1 de Junho, Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, cuja execução tem vindo a sofrer forte deriva, reduzindo, anulando ou mesmo invertendo os "especiais direitos" ou "compensações" dos servidores militares do Estado.

Uma democracia adulta exige, pois, dos servidores militares do Estado, o cumprimento rigoroso e exaustivo de todos os normativos do seu estatuto, que vão das limitações de liberdades constitucionais à disponibilidade permanente para o serviço, em qualquer situação, até se necessário ao ponto de dar a vida pela Pátria. Mas isso não pode levar os governos a explorar a incapacidade legal de reivindicação dos militares para reduzir direitos.

Portugal precisa de forças armadas tecnicamente competentes, adequadamente equipadas e bem moralizadas e disciplinadas, aptas a defender os interesses nacionais, quer em actuação combinada com aliados e coligados, quer para emprego de forma autónoma num variadíssimo leque de missões no nosso espaço europeu ou em apoio da diáspora portuguesa. E convém não esquecer que o quase arquipélago que é Portugal está envolvido pela maior zona marítima de soberania ou jurisdição dos países da União Europeia, que exige o constante exercício da autoridade do Estado no mar e o cumprimento de obrigações para com os utilizadores desse mar, tais como a busca e o salvamento, a segurança da navegação, etc.

Por isso, o Estado tem de investir em soberania, sob pena de se transformar num Estado menor, ou exíguo, dando espaço a que outros a ele se substituam no preenchimento dos vazios criados. Trata-se de um investimento que não é apenas financeiro e que não provem exclusivamente do governo. É antes uma aposta nacional que tem componentes de material e financeiras, mas que deve incidir também na atenção que o moral da sua componente humana merece e que é, por vezes, ignorada por órgãos políticos e frequentemente mal tratada por uma certa casta de comentadores pseudo eruditos, quantas vezes despeitados por razões só aparentemente obscuras. Felizmente que a generalidade da população, com a sua imensa sabedoria, continua a considerar as suas Forças Armadas em alto padrão de qualidade, como o demonstram sucessivos estudos de opinião.

Na verdade, para além das características da Instituição Militar e da cultura que lhe é própria, como o sentido do dever, o espírito de missão, a organização, a disciplina, etc., a forma como é preparado o pessoal, a exigente avaliação a que é submetido e o treino nacional e internacional que de longa data lhe é proporcionado enriquecem muito a componente humana a qual, por isso, constitui o activo mais valioso das Forças Armadas. Não o preservar nem estimular seria um erro grave. Mas isso é feito frequentemente, quando a seguir a uma redução de meios se fala logo noutro corte e, depois desse, vem nova diminuição e quando após uma reorganização imediatamente se advoga a necessidade de mudança, como se as Forças Armadas se alimentassem da miniaturização e tivessem de constituir o único sector do Estado a merecer reformulação, e permanente. Acresce ainda que algumas mudanças sugeridas na praça pública resultam mais de frases feitas por quem não as entende bem e menos em função da necessidade de corrigir deficiências e de rentabilizar estruturas, como consequência de lições práticas, aprendidas pelos que têm o conhecimento para as entender.

Sem entrar em grandes detalhes, mas para objectivar alguns daqueles aspectos, vale a pena consultar o Anuário da Defesa Nacional de 1999 e o de 2004 e verificar que, a preços constantes, entre 1993 e 1998, as despesas públicas subiram 72%, enquanto que as da Defesa desceram 10% e que, no mesmo intervalo de tempo, a sua indexação ao PIB baixou de 1.7 para 1.2%. Actualmente, situa-se em 1.3% e não no valor disparatado que o Dr. José Miguel Júdice indicou, certamente por engano, em artigo recente do jornal *Público* e que logo foi citado por outros enciclopédicos comentadores. Na década de 1994 a 2004 o pessoal no activo foi reduzido em 55%, passando de 83 771 para 37 549.

A componente militar da Defesa Nacional foi profundamente reorganizada em 1993 e, depois disso, recebeu várias alterações. Hoje, a experiência adquirida justifica algumas mudanças, sobretudo nos níveis superiores da estrutura, a serem levadas a cabo com ponderação e sem intuitos hegemónicos de nenhum Ramo.

A Nação e as Forças Armadas constituem uma entidade coesa. Aquela pode confiar na sua servidora militar e pode, ou deve, exigir-lhe ainda mais serviços, em terra, no ar e no largo mar Atlântico.

Apanhe o futuro, já!
E poupe mais de €150.

Agora até
31 de Dezembro
de 2006

MasterCard Maestro MasterCard Electronic VISA VISA ELECTRON V PAY

Netpay. O seu novo terminal de pagamento automático.

Dentro em breve todos os cartões terão chip. E, para aceitar o pagamento com cartões com chip, para além dos cartões com banda magnética, os terminais de pagamento automático terão de adoptar a norma EMV (norma internacional). Os terminais Netpay já têm Certificação EMV. Por isso, se vai ter de mudar ou se pretende instalar um terminal pela primeira vez, porque não fazê-lo já e ganhar com isso?

Adira ao Netpay e faça as contas ao que poupa:

- Isenção da taxa de adesão (€75),
- Isenção da taxa de instalação (€75),
- Período de carência de 3 meses no contrato de leasing.

BPN rede net pay

Para mais informações, dirija-se a uma Agência BPN ou ligue 707 78 22 11 • www.bpn.pt

A leitura desta informação não dispensa a consulta do preçário BPN em vigor.

RUI RAMOS

2007 E O REFORMISMO DO PARTIDO SOCIALISTA

Em 2006, o governo de José Sócrates não conseguiu conter as despesas, nem viu o investimento privado aumentar. Faz sentido esperar que faça reformas em 2007? **Rui Ramos** diz que não, porque as reformas não fazem parte do modelo social do PS e o seu oxigénio político sempre foi o Estado

Em 2006, o governo de José Sócrates não conseguiu conter as despesas, nem viu o investimento privado aumentar. Faz sentido esperar que faça reformas em 2007? Não. E para concluir isto, precisamos de partir apenas de duas premissas. A primeira é que as "reformas", a não ser que se considerem os simples aumentos de receita e os cortes e congelamentos de despesa como reformas, correspondem a um modelo social que o PS não partilha.

Viu-se isso no caso da segurança social. Este governo está cansado de anunciar que nada quer mudar em Portugal, a não ser o absolutamente necessário para ficar tudo na mesma. É tempo de acreditarmos no que os ministros dizem. O PS quer simplesmente este Estado social, mas mais barato. A segunda premissa decorre do cadastro histórico do PS: o papel do Partido Socialista nunca foi o de reformar, mas o de resistir a reformas. E isto, não por causa dos preconceitos ideológicos de que tantas almas boas andam a tentar libertar os actuais ministros, mas por sensatas considerações políticas.

Os escrúpulos de esquerda nunca condicionaram excessivamente a liderança do PS. A ideia de que José Sócrates mudou a "natureza do PS" é um mito. A comparação com Tony Blair é enganadora. As lideranças do PS distinguiram-se acima de tudo por uma estratégia de poder. E será essa estratégia que, mais até do que a sua filosofia de esquerda, há-de impedir este governo de se arriscar a grandes iniciativas de reforma.

"A COLUNA DORSAL DA DEMOCRACIA"

O PS nunca foi um partido social-democrata, como os sócios nórdicos, alemães e britânicos da Internacional Socialista. Aos estudiosos dessa família política, como é o caso de Donald Sassoon, pareceu sempre um "partido radical", do tipo que existiu nas repúblicas francesa ou espanhola na primeira metade do século XX: um partido da classe média "progressista", mais interessada em controlar o Estado do que em fazer revoluções. Mas no PS, as tradições anteriores a 1974 contam verdadeiramente pouco. Porque o PS, em 1974, não existia. Tinha, segundo Rui Mateus, 50 militantes. O seu maior trunfo era uma suposta conexão com os partidos sociais-democratas europeus. O PS foi de facto feito por duas coisas: pela súbita ascensão ao governo logo a seguir ao golpe militar de 25 de Abril, e pelo combate à influência do PCP a partir do fim de 1974.

Em 1975, Mário Soares dirigiu, contra o PCP, uma união nacional que ia das sacristias de Braga aos núcleos de estudantes maoístas de Lisboa. O PS pôde surgir assim, não só como o partido mais votado (com 37,9 %, a uma distância de 11 pontos percentuais do segundo partido), como o único com uma presença mais ou menos uniforme em todo o território nacional. Todos os outros eram, de facto, partidos regionais. O PPD e o CDS estavam acantonados a norte, e o PCP a sul. O PS acumulava uma lucidez que escapava aos restantes partidos: ao contrário da direita, libertara-se de todos os devaneios ultramarinistas (ainda em 1978, 10 a 8% dos votantes do PSD e CDS lamentavam que não se tivesse feito uma "federação" com as colónias); ao contrário da esquerda, sabia que não valia a pena imaginar que em Portugal pudesse haver um regime radicalmente oposto ao das democracias ocidentais. Com o combate ao PCP, no Verão de 1975, o PS confirmou o seu compromisso com o pluralismo político. Com a gestão da crise económico-financeira, a partir do Outono desse ano, conferiu à esquerda os limites do estatismo revolucionário.

O PS nunca quis perder o seu lugar de "partido da unidade nacional" (como lhe chamou Soares em Março de 1976), ganho na luta contra o "totalitarismo" de 1975. Para revalidar o título, descobriu logo no princípio de 1976 uma nova vocação de resistência: desta vez, contra a "viragem à direita". O PS habituara-se a jogar com os medos dos portugueses. Com ele, o PREC acabara, mas o "fascismo económico", como lhe chamou Salgado Zenha, não voltaria. Em Outubro de 1975, Zenha explicara assim como o PS ficara com o ministério das finanças: "quando da formação do 6.º governo, o PPD e o PCP reclamaram ambos a pasta das finanças e vetaram-se reciprocamente. Do impasse daí surgido, sugeriu-se que fosse eu a ocupá-la". O PS estava à esquerda, mas era de facto o mediador entre a direita e a esquerda. A sua missão era evitar, segundo Soares, que em Portugal "se afrontem dois blocos de forças quase iguais". Todos pareciam dependentes do PS. À direita, temia-se que o PS, se fosse maltratado, avançasse para uma "maioria de esquerda" e relançasse o PREC (é preciso dizer que, entre 1981 e 1986, se viu isso em França).

Como explicou Soares, "em política, às vezes, importa saber esperar para que as coisas amadureçam e se nos imponham pela evidência. Ter razão antes do tempo é perigoso em política, como na vida"

Eis o que convenceu os líderes do PS, arrimados ao novo Presidente da República, o general Eanes, a governar sozinho, em minoria, a partir de Julho de 1976. O PS definiu então a sua natureza: um partido com um projecto de poder imediato, que tinha como justificação a mediação entre blocos, com o fim de evitar conflitos. O problema é que, precisamente porque a sua função era arbitrar e moderar, também não lhe interessava ultrapassar as causas dos conflitos que se propunha moderar e arbitrar. Convinha-lhe uma certa anormalidade, um certo perigo, que justificassem os seus serviços de mediação e equilíbrio políticos. Em Dezembro de 1977, Soares anunciava que "da mesma forma que, em 1975, não tememos que nos chamassem fascistas ou reaccionários, quando nos opusemos a um projecto totalitário insensato, também agora não ficaremos temerosos se nos vierem a chamar marxistas ou comunistas pelo facto de nos opormos resolutamente ao avanço da extrema-direita totalitária e inconstitucional".

"TER RAZÃO ANTES DO TEMPO É PERIGOSO"

Para se manter como a "coluna dorsal da democracia", o PS parou a revolução, mas evitou apagá-la. Ao seu primeiro ministro da Agricultura, a propósito da reforma agrária, Mário Soares pediu "uma lei que reestruturasse o sistema em vigor, sem porém o destruir totalmente". Foi, em geral, o que o PS quis fazer com as aquisições revolucionárias. Em Novembro de 1979, Soares explicou que queria resolver o problema da reforma agrária através de uma "concertação". "Com o PCP?", perguntou-lhe

O Partido Socialista fez sempre tudo, desde que fosse imposto pelas circunstâncias. Mas nunca mais do que isso. É, de algum modo, o verdadeiro partido conservador do regime. Nunca começou nada de novo em Portugal

o jornalista. "Com quem estiver no terreno", respondeu. Numa sondagem de opinião em 1979, Soares apareceu como o líder partidário com uma classificação mais central: numa escala de 1 (esquerda) a 10 (direita), os eleitores atribuíam-lhe 4,56; contra 2,13 para Cunhal; 7,13 para Sá Carneiro; e 8,01 para Freitas do Amaral. Eanes tinha 6,19. Esta centralidade era então um trunfo fundamental. Em 1978, uma maioria (45%) dos inquiridos numa outra sondagem escolhia como grande objectivo nacional a "paz social e política". Ora, a melhor forma de evitar conflitos estava precisamente em respeitar o *statu quo* do imediato pós-PREC. E quem melhor do que o "partido da unidade nacional" para assegurar esse respeito?

Entre 1976 e 1977, o PS evitou alianças para formar uma maioria parlamentar, como lhe sugeriu o PSD e o PCP, precisamente porque qualquer compromisso desse tipo poderia indicar um rumo político, o que o faria, fatalmente, perder influência. Em Novembro de 1977, um PSD impaciente exigiu-lhe que acabasse com a "indefinição" e optasse por "um projecto coerente, democrático e ocidental". "Nós já optámos", concluía o PSD. Mas tal como ao PSD convinha optar, ao PS convinha não optar. Em 1984, durante o governo do Bloco Central (1983-1985), Soares confessou que errara ao recusar a aliança com o PSD, que "teria mais rapidamente instituído uma democracia pluralista, pluripartidária e europeia em Portugal". Mas, como explicou anos depois, "em política, às vezes, importa saber esperar para que as coisas amadureçam e se nos imponham pela evidência. Ter razão antes do tempo é perigoso em política, como na vida".

E o maior perigo de ter razão antes do tempo era o de perder o Estado, que o PS avassalou depois de 1975. O Estado era o oxigénio do PS. Em 1980, num momento de zanga com os seus correligionários, Soares queixou-se de que estava rodeado de demasiadas "pessoas que vieram para o PS porque o PS estava na área do poder. Porque querem exercer o poder. E pensam que a política é o exercício do poder e não o exercício da oposição. São ou gestores de empresas ou candidatos a tal. São ministeriáveis ou candidatos a lugares de secretários de estado. São candidatos à direcção de sectores da administração pública. Por exemplo, nos meios de comunicação social. Estão no PS por essa razão". Mas precisamente por isso, não convinha ao PS perder o poder. Nem partilhá-lo em pé de igualdade. Quando teve de fazer uma aliança, em 1978, recorreu ao CDS, um partido suficientemente pequeno e contido para não criar dúvidas sobre quem mandava. E para compensar esta aliança, passou a governar até mais à esquerda.

O PS fez sempre tudo, desde que fosse imposto pelas circunstâncias. Mas nunca mais do que isso. É, de algum modo, o verdadeiro partido conservador do regime. O seu grande problema, em 1977 e 1978, foi que a crise cambial e o desemprego convenceram o país da necessidade de mudar. O PS adoptou soluções práticas: basicamente, tratou de viabilizar os sectores tradicionais de produção para exportação e consumo interno através de liberalizações de preços e desvalorizações cambiais, as quais ajudaram a deprimir os salários dos trabalhadores. A economia reanimou-se assim. Mas os estados de espírito não. Em Abril de 1978, numa sondagem dirigida por Mário Bacalhau, os inquiridos foram perguntados sobre qual o governo melhor do país. 28% escolheram o de Marcelo Caetano, e só 9% o de Soares, um pouco acima do de Vasco Gonçalves (8%) e de Salazar (7%). À direita, o PS era acusado de que não "resolveu os problemas"; à esquerda, de que "desviou-se do socialismo". O PS não teve resposta para isto: foi então minado e sugado pelos blocos que o rodeavam, e entre os quais pretendia mediar. Nas eleições intercalares de Dezembro de 1979, baixou para 27% dos votos, ultrapassado pela AD e com o PCP a apenas 8 pontos percentuais. A força centrípeta do partido-charneira tornava-se centrífuga.

"SEM EXCESSO DE ZELO"

O PS mudou de táctica, sem precisar de mudar de filosofia. Um dos factores desta mudança foi a relação do seu líder com Eanes. Eanes também se via como um mediador. O presidente-charneira competia naturalmente com o partido-charneira. Soares sentiu que Eanes o perseguia. Por isso, em 1982, aproximou-se finalmente da direita para uma revisão constitucional que liquidou o Conselho da Revolução e limitou o poder de Eanes. Mas pouco mais. O PS nunca começou nada de novo em Portugal. Nem as nacionalizações, nem as privatizações. E apesar de ter apresentado o pedido de adesão formal à então CEE, o processo europeu já vinha de trás, e teve um entusiasta mais firme em Sá Carneiro, em 1980. É curioso o contraste com o PSOE em Espanha. Com maioria absoluta desde 1982, foi o PSOE quem fez as reformas "liberais", e enfrentou os custos e confrontos necessários (como um desemprego altíssimo e uma greve geral em 1988). O resultado foi uma das mais prósperas economias da Europa – e catorze anos no poder para Felipe González. Porque não houve um González português? Porque em Espanha, o PSOE atacou o estatismo franquista, o que lhe permitiu "liberalizar" à esquerda, conseguindo assim ao mesmo tempo tirar espaço de manobra tanto ao PCE, como à direita. Em Portugal, o PS estava perante as aquisições de uma revolução de esquerda. Temeu,

caso as pusesse em causa, entregar-se à direita e deixar crescer o PCP, ou o eanismo. Em 1985, viu-se que os líderes do PS tinham alguma razão, quando o PRD, no rescaldo do Bloco Central, lhes tirou metade do eleitorado e o PSD o governo.

Mário Soares nunca se inquietou demasiado com ideologias. Em 1996, observou que "nunca atribui muita importância aos programas, que são meras declarações de intenção [...] os programas dos partidos têm a importância que a prática política lhes confere". Quando veio a terceira via, a "nova síntese", como lhe chamou António Guterres, Soares protestou logo que não tinha nada a aprender. Em 28 de Fevereiro de 1977, dissera num discurso ao país: "Nós não queremos, em Portugal, construir ou criar uma sociedade de burocratas, uma sociedade de homens que vivem à mesa do orçamento e à sombra do Estado. Queremos, em Portugal, criar uma sociedade de homens livres que tenham a capacidade de iniciativa própria, capazes de contribuir para a riqueza nacional". Não era uma rendição ao liberalismo.

Em 1981, Sottomayor Cardia, com o patrocínio de Soares, explicava em *Socialismo sem Dogma* que «o socialismo de colectivização» era iníquo, mas que também «a era liberal passou em definitivo». A «questão política do intervencionismo reside apenas no grau e no tipo de intervenção». Esses foram sempre os termos em que os líderes do PS gostaram de tratar o tema. Na apresentação da sua candidatura a secretário-geral do PS, em Abril de 1986, Vítor Constâncio chegou a dizer que: "o PS está consciente da crise do Estado-Providência e atento à necessidade de valorizar o papel do indivíduo e dos grupos sociais". Posto isto, porém, Constâncio continuava: "Como representa, porém, predominantemente os deserdados do poder económico, [o PS] não pode prescindir da utilização do poder político, e portanto do Estado, para assegurar as intervenções que conduzam a uma maior equidade. Não queremos abolir o Estado-Providência, reconhecemos apenas a necessidade de o reformar e gerir de maneira diferente". Gerir o existente, mais do que reformar, foi sempre a verdadeira vocação do PS.

Entre 1985 e 1995, Cavaco Silva não fez a vida fácil ao PS, caçando no mesmo terreno do Estado social, para desespero de Vítor Constâncio, que repetidamente lhe pediu para "assumir com clareza o seu lado do tabuleiro". Mas o PS, pelo seu lado, também nunca ajudou Cavaco Silva, que no livro *As Reformas da Década* se queixa de que o maior partido da oposição votou contra 70% de todas as suas leis de reforma. Os líderes do PS, porém, evitaram assumir o manto do anti-reformismo. Em Abril de 1990, ao abster-se perante a lei das privatizações, Jorge Sampaio limitou-se a dizer que privatizar não era uma "panaceia", mas admitiu que podia "contribuir para a desejável reestruturação empresarial portuguesa".

Como notou José Leite Viegas, através de um inquérito a dirigentes partidários na década de 1990, o PS não votou as reformas, mas aceitou-as. Só que não o fez por princípio, como o PSD, onde muitos acreditavam num novo tipo de sociedade baseada na iniciativa individual, mas por uma simples questão prática, devido ao aparente "fracasso" do estatismo, demonstrado na Europa do leste em 1989.

O PS é o partido do *statu quo*. No melhor que há no *statu quo* – por exemplo, a adesão à democracia pluralista, e até um compromisso mais ou menos explícito com a causa ocidental. Mas também no pior

Ao limpar os restos mais ofensivos do PREC, o "cavaquismo" facilitou a vida ao PS. Os seus líderes deixaram de ter de pensar, uma vez no governo, no que fazer da reforma agrária ou das nacionalizações. Nos meados da década de 1990, António Guterres tentou situar o PS sobretudo como alternativa ao "poder laranja", uma alternativa que valia mais pelo simples facto de ser uma alternância, do que pelo que propunha de diferente. É verdade que Guterres se permitiu algumas provocações, como a de perguntar: "as verdadeiras reformas de fundo onde estão?" Nos Estados Gerais da Esquerda, em 1994, falou de "qualificação das pessoas", e combate à "exclusão". Mas à parte a "paixão", não divergia verdadeiramente do cavaquismo. No entanto, perante a política europeia de integração monetária e no mercado único, donde tudo o mais decorreu no tempo de Cavaco Silva, a atitude de Guterres honrou o velho PS: "olhamos para os objectivos da União Europeia com sentido de responsabilidade, mas sem excesso de zelo". Viu-se entre 1995 e 2002. O "objectivo" do Euro foi cumprido, mas apenas para se poder gastar o dinheiro barato que passou a haver. Deveria então, como se disse depois de 2002, ter-se aproveitado a bonança para fazer cortes e ajustamentos sem dor? Mas se não era preciso, porquê tentar ter razão antes do tempo? Os cortes e ajustamentos fizeram-se depois, quando deixou de haver dinheiro. E sem "excesso de zelo".

O PS é, em Portugal, o partido do *statu quo*. Não o devemos dizer pejorativamente. O PS é o partido do melhor que há no *statu quo* – por exemplo, a adesão à democracia pluralista, e até um compromisso mais ou menos explícito com a causa ocidental. Mas é também o partido do pior que há no *statu quo*, da "falta de zelo" ao medo de "ter razão antes do tempo", passando por essas tentações de constituir a "coluna dorsal" de uma democracia eternamente definida como "frágil", e à qual todos os conflitos ou debates são desaconselhados. O PS conviveu em geral bem com isto. Ninguém espere, por isso, que venha a mudar de sistema. O PS nunca correrá o risco de ter razão antes de tempo.

HENRIQUE RAPOSO

2007: O OCIDENTE ESTÁ MORTO! LONGA VIDA PARA O OCIDENTE!

Os europeus estão a celebrar o fim da suposta arrogância americana. "A boa América vem a caminho", dizem. Pensam que 2007 vai simbolizar o retorno da normalidade transatlântica. Julgam que Bush foi um curto-circuito e que o mundo vai voltar a ser um condomínio moral dos europeus. Ilusão completa, escreve **Henrique Raposo**. 2007 vai ser o primeiro ano da Era pós-europeia

É da praxe: o que ocorreu de relevante em 2006? Na Europa, responde-se com esta lista de ocorrências: desastre no Iraque; desastre no Líbano; a globalização é um desastre; o Irão, a Coreia e a Venezuela estão a aproveitar os desastres americanos. Lista de notável superficialidade. Uma forma de ver o mundo que faz lembrar aquele filme (*Victory*) com Pelé na frente e Stallone na baliza: um simples jogo de futebol entre a América (com tiques nazis e tudo) e o resto do Mundo.

Um japonês, um indiano, um chinês, um sul-africano, um brasileiro, enfim, qualquer ser não-europeu tem uma visão diferente de 2006, a saber: o Japão regressa ao estatuto de grande potência em parceria com os EUA; a Índia alia-se aos EUA; a economia mundial nunca cresceu tanto como nos últimos seis anos; metade da riqueza mundial já é produzida pelos países em desenvolvimento. Estes factos não encaixam no ouvido do Velho Continente, visto que a narrativa europeia, servida na papinha de cada telejornal, exige sempre duas coisas: o Império americano está sozinho e a sofrer resistência da "humanidade" (lado político); a perversa Globalização americana está a sugar os povos do mundo (lado económico). Império e Globalização: dois mitos que filtram a realidade desta fortaleza mental, a Europa. Vivemos numa ilusão. Mas o fim da ilusão está próximo.

BUSH NÃO É UM CURTO-CIRCUITO

Na Europa, 2006 termina num espasmo de alegria: a "boa América" vem a caminho (vitória democrata nas intercalares; relatório Baker). No Porto, Poul Rasmussen (líder do PSE), dirigindo-se a Howard Dean, afirmou que "nós estamos a favor da verdadeira América, que é a tua América". A montante destas afirmações, encontramos uma ilusão perigosa: Bush foi um mero curto-circuito; tudo vai voltar à normalidade nas relações transatlânticas. Delírio.

Os europeus julgam que podemos, simplesmente, regressar ao fim-de-história dos anos 90, quando o mundo era um condomínio moral dos EUA e da Europa (como nos Balcãs, onde a força norte-americana foi filtrada pela moral europeia). Sonho impossível. Porquê? Em primeiro lugar, democratas e republicanos não são muito diferentes em termos de política externa. Em segundo lugar, e mais importante, verificar-se-á uma continuidade de políticas. Os europeus ainda têm aquela visãozinha marxista de rupturas radicais, sem continuidades. Dividem a história em quartinhos muito bem arrumados. Entre 2000 e 2006, tivemos o quarto escuro, onde estava um menino mau. Em 2007, entraremos no quartinho das bonecas, onde tudo voltará à harmonia. Felizmente, as coisas são mais complexas que isto. O quarto de bonecas de Hillary Clinton (a boa América) não é muito diferente do quarto escuro de Bush (a dita má América). Sim, o momento neoconservador acabou no Médio Oriente. Mas o mundo não começa na Palestina e não acaba em Bagdade. Enquanto os europeus fixaram o seu ódio em Rumsfeld e no Iraque, outras figuras (não neoconservadoras) da política externa americana viajaram para outros locais até mais importantes do que o Iraque. Por exemplo, Richard Armitage (n.º 2 de Colin Powell no primeiro mandato) fez uma revolução silenciosa com o Japão; entre 2001 e 2005, Armitage preparou a relação entre os dois países no sentido de elevar o Japão da condição de protectorado americano para o estatuto de mais importante aliado americano. Mais: Condoleezza Rice, na companhia do seu conselheiro Philip Zelikow, conduziu o acordo histórico com a Índia (agora selado pelo Senado). Estas políticas, com os grandes Estados da Ásia, terão continuidade. Uma continuidade determinante no nosso futuro.

Ao contrário do que reza o mito, os EUA nunca perderam o respeito pelas alianças. Ao longo destes anos, reforçaram alianças velhas (Austrália, Japão) e fizeram novas (Índia). E no que diz respeito à Europa, reforçaram alianças com os países de leste, sobretudo com a Polónia. O mundo não começa em Paris e não acaba em Berlim. Não tem o epicentro em Bruxelas e os profetas não subiram aos céus numa qualquer pedra de Estrasburgo.

O quarto de bonecas de Hillary Clinton (a boa América) não é muito diferente do quarto escuro de Bush (a dita má América). O momento neoconservador acabou no Médio Oriente. Mas o mundo não começa na Palestina e não acaba em Bagdade.

MUNDO SEM NOME

Uma boa entrada em 2007 implica dizer isto: a Europa desprezou as duas notícias mais importantes de 2006. Primeira: o Japão, esse país tão pobretana, prepara-se para regressar à normalidade soberana depois de 60 anos enquanto "protectorado" dos EUA. Segunda: o início da aliança estratégica entre os EUA e a Índia, essa pequena civilização com 1 bilião de pessoas. Esta cegueira europeia, mais cedo ou mais tarde, a bem ou a mal, vai ter de acabar. Não é possível viver toda a vida a saltar de mito em mito, de nenúfar em nenúfar, sem nunca ter a coragem de pisar o lodo da realidade.

A relação entre os EUA e o Japão "normalizado" e a nova aliança entre os EUA e a Índia são os indicadores maiores do nosso tempo, um tempo que ainda sem nome. Os historiadores, lá para 2040, encarregar-se-ão de baptizar o tempo que hoje vivemos. Mas, mesmo sem nome, podemos indiciar as suas características. Para começar, o laço transpacífico é tão ou mais importante do que o laço transatlântico. Podemos argumentar, sem escândalo, que, neste novo mundo, a aliança com o Japão é mais importante para os EUA do que a aliança com a Alemanha (China revisionista; as economias mais vibrantes estão na Ásia, etc.). A aliança com Tóquio está para a primeira metade do século XXI como a aliança com Bona esteve para a segunda metade do século XX. A ordem internacional construir-se-á a Oriente ou não se construirá. Depois, importa perceber que este mundo não é pós-Guerra Fria, não é pós-11 de Setembro. É, isso sim, pós-europeu. Repare-se: EUA e Índia, as duas maiores pérolas do império britânico do passado, as duas maiores democracias do presente, unem-se na defesa de valores e interesses em comum. Se a isto juntarmos Austrália/Nova Zelândia, África do Sul, Brasil, México, Chile, Indonésia, etc., vemos que o grande jogo geopolítico está na posse das ex-colónias europeias. A prole começa a afundar a progenitora.

Aquilo que 2007 revelará, com toda a crueza, é que vivemos no início da Era pós-europeia. A todos os níveis. Até 1945, nós, os gloriosos europeus, fomos os actores centrais da política internacional. Após 1945, deixámos de ter peso enquanto decisores, mas a Europa manteve-se no centro do sistema enquanto cenário. Hoje, passados quase 20 anos após o fim da Guerra Fria, num mundo centrado nas ligações entre EUA (e Canadá, e Chile, e Brasil) com as potências asiáticas (Índia, Japão, mas também Indonésia, Taiwan, Coreia do Sul e, claro, a China num plano económico), a Europa descobre que o sistema de estados, um quase-exclusivo europeu até 1945, é agora global. Nós, os europeus, já não temos poder. O destino do mundo já não está nas nossas mãos. Mais: nem o nosso próprio destino depende apenas de nós. Os (poucos) europeus que admitem isto refugiam-se no "primado da lei", na superioridade moral e legal da Europa. Só que há aqui um problema. A Europa não tem, nem de perto nem de longe, o monopólio da legitimidade internacional. Se o sistema de estados é global, a sociedade de democracias também o é. A democracia liberal já não é um exclusivo do Atlântico Norte. Índia, Brasil, Japão: eis países que são tão democráticos

A relação entre os EUA e o Japão "normalizado" e a nova aliança entre os EUA e a Índia são os indicadores maiores do nosso tempo, um tempo ainda sem nome. Os historiadores encarregar-se-ão de baptizar o tempo que hoje vivemos

como as democracias europeias (a liberdade é de quem a trabalha). Em 1945, existiam dois mundos democráticos consolidados: América do Norte e Europa Ocidental. Hoje, isso mudou e podemos encontrar democracias consolidadas e com Poder em todos os cantos do mundo, sobretudo lá para os lados do Oriente. Ou seja, quer em termos de Poder estrutural, quer em termos de legitimidade democrática, o mundo desvia-se cada vez mais para a Ásia. Japão e Índia são grandes Poderes, no sentido realista, e, simultaneamente, têm legitimidade democrática, no sentido liberal. O que é específico do início do século XXI não é o poder de um Estado atlântico (EUA) mas o poder inédito de Estados não-atlânticos (asiáticos).

«POLITICAL WEST»

A globalização, ao dar poder aos estados asiáticos, está a retirar importância aos europeus. Uma rameira aos olhos da Europa, a globalização é a Madre Teresa para as emergentes economias de todo o mundo, sobretudo na Ásia. Mais: as grandes democracias do mundo procuram alianças com os EUA. Ou seja, o veio central da política internacional nega os dois mitos da TV europeia. A América não é um monstro unilateral que enfrenta a resistência de uma fictícia humanidade; a globalização cria riqueza e não pobreza fora da Europa. No cruzamento destes vectores, temos o facto revolucionário e distinto do nosso tempo: as alianças dos EUA com as democracias não-europeias. É isto, aliás, que está a gerar consenso entre a "má América" conservadora (Kissinger, Gaddis, Rice, Zelikow, Zoellick, George Shultz) e a "boa América" liberal (Madeleine Albright, Zbigniew Brzezinski, Ikenberry, Ivo Daalder, Gary Hart): unir todas as democracias (do Atlântico, do Pacífico, do Índico), numa rede de alianças políticas. Um concerto de democracias tal como foi apresentada pelo Princeton Project (liderado por duas estrelas da academia americana: John Ikenberry e Anne-Marie Slaughter). É no Princeton Report (e não no Baker Report) que está a chave da compreensão do nosso futuro.

O velho ocidente atlântico morreu. A velha aliança atlântica, fundada em 1949, jaz no fundo do Atlântico. Mas atenção: não quer isto dizer que americanos e europeus vão deixar de ser aliados. Longe disso. O que se passa é que o acordo transatlântico estava baseado no mundo de 1949. Como já descrevemos, esse mundo já não existe. Precisamos de um novo acordo transatlântico que se adapte à nova realidade. O *status quo* de 1945 (ONU: com França e Reino Unido nos "cinco grandes") e de 1949 (NATO: a aliança central dos EUA) morreu. A Europa é a força mais reaccionária do planeta (repare-se como acolheu o realismo de Baker) porque é o único espaço que ainda beneficia de "1945". Mas, como todos os reaccionários, a Europa vive de uma ilusão. "1945" já não existe. Em 2006, ao nível político, M. Singh é tão ou mais importante que A. Merkel. Ao nível intelectual, Amartya Sen é tão ou mais importante que J. Habermas. São estes os sapos epistemológicos, digamos assim, que a Europa tem de engolir. Temos de pensar o mundo colocando a Europa enquanto "mais uma" peça e não como "a" peça. Temos de perceber que somos "um" aliado e não "o" aliado de Washington. No passado recente, a Casa Branca telefonava somente para os europeus. Hoje, tem de telefonar para Tóquio, Nova Deli, Seoul, Brasília, Varsóvia, Camberra, etc. Antigamente, a mesa da democracia era estreita e comprida; nos dois topos sentavam-se americanos e europeus. Só. Agora, a mesa da democracia é redonda e por ali se sentam brasileiros, indianos, japoneses, australianos, coreanos, sul-africanos, gente de *status* democrático tão digno como o de franceses e germânicos.

Em suma, a questão é assim resumida por C. Raja Mohan (habituem-se a decorar estes nomes): «*India is arriving on the world stage as the first large, economically powerful, cultural vibrant, multiethnic, multireligious democracy outside of the geographic West. As it rises, India has the potential to become a leading member of the "political West"*». O conceito de ocidente já não é geográfico, cultural ou religioso, mas político e estratégico. A relação entre Europa e EUA não vai voltar à "normalidade", isto é, ao passado. Há um novo sistema de alianças dentro do mundo liberal. O velho ocidente morreu. Não por causa de divisões internas (a França não é a Europa). Não por causa de qualquer acção destrutiva de elementos não-ocidentais. O velho ocidente da Guerra Fria morreu porque existem novos elementos ocidentais (a oriente) que é preciso integrar no acordo de 1949. *The King is dead*, mas *Long live the King*!

PARADOXO FINAL

Na Europa, vive-se um paradoxo notável. Por um lado, existe um relativismo moral e civilizacional atroz. O multiculturalismo reina. Há vergonha em assumir e defender valores clássicos do Ocidente. Mas, por outro lado, continua a existir um eurocentrismo ridículo em termos estratégicos.

A Europa de hoje é relativista onde não deveria ser (nos valores civilizacionais) e eurocêntrica onde é ridículo sê-lo (na estratégia; ainda se julga o centro do mundo). Se soubermos resolver este paradoxo, talvez o nosso declínio inevitável (poder) não seja acompanhado pela nossa decadência (valores). Se os europeus abrirem os olhos, talvez consigam perceber que o mundo é pós-europeu, em termos de poder, mas não é pós-ocidental em termos de identidade (legitimidade). Seremos capazes de curar a conjuntivite mitológica e ver a realidade com olhos de ver?

No passado recente, a Casa Branca telefonava somente para os europeus. Hoje, tem de telefonar para Tóquio, Nova Deli, Seoul, Brasília ou Camberra. As grandes democracias do mundo procuram alianças com os EUA. O velho ocidente morreu

INFORMAÇÕES *no* MEDIA DESK

SOBRE OS APOIOS AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL

FORMAÇÃO - DESENVOLVIMENTO
DISTRIBUIÇÃO - PROMOÇÃO
FESTIVAIS

21.3478644 - mediadesk@icam.pt
www.mediadesk.icam.pt

MEDIA 2007

MIGUEL NORONHA

2007 ABAIXO DA MÉDIA

Apesar das previsões de crescimento económico em Portugal terem sido revistas em alta este ano, vamos continuar a crescer abaixo da média dos nossos parceiros da zona euro. O cenário não é mais animador para 2007 e o panorama torna-se ainda mais preocupante se compararmos o nosso país com a média da OCDE. É mesmo desolador quando nos comparamos com os países do ex-bloco de leste que há pouco tempo aderiram à União Europeia. Sem verdadeiras reformas não vamos lá...

No final do passado mês de Novembro, a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – reviu em alta as perspectivas de crescimento económico para Portugal em 2006. Enquanto o anterior valor era de 0.7 por cento, a nova previsão estima que o crescimento do Produto Interno Bruto em 2006 se situará em 1.3. Não obstante tratar-se de uma revisão "em alta" – e que quase duplica o valor inicialmente previsto – o PIB continua a situar-se francamente abaixo da média dos nossos parceiros da "zona euro" (2.6%), o que sucede pelo sexto ano consecutivo. Para 2007 as previsões não são mais animadoras. Embora a previsão de crescimento seja ligeiramente superior (1.5%), continuaremos a crescer a uma taxa inferior ao valor médio previsto para a "zona euro" (2.2%).

O panorama torna-se ainda mais preocupante se compararmos o crescimento português com o da média dos países da OCDE (3.2% para 2006 e 2.5% para 2007). E verdadeiramente desolador se olharmos para os países do antigo Bloco de Leste que recentemente aderiram à União Europeia (UE). De 2000 a 2005 estes têm obtido, em média, taxas de crescimento cerca de 3.5 pontos percentuais superiores às nossas. Uma tendência que a OCDE prevê que se mantenha para os próximos anos.

A economia portuguesa parece demonstrar grande dificuldade em recuperar das recessões e alcançar taxas de crescimento significativas. A tal não será alheia a rigidez no mercado de trabalho que não permite ajustamentos rápidos e desincentiva de forma dramática a criação de emprego. Ainda que se preveja uma redução da taxa de desemprego nos próximos dois anos, esta deverá permanecer acima dos 7% pelos menos até 2008. O investimento também demonstra grande dificuldade de recuperação: após cinco anos com taxas de crescimento negativas (por regra) prevê-se que volte a crescer em 2007 mesmo que apenas se possa esperar um aumento significativo para 2008.

PORTUGAL SEM CONVERGÊNCIA

Em termos globais, com diferenças no ciclo económico, prevê-se a continuação do crescimento. Embora nos EUA e no Japão se verifiquem ligeiras diminuições nas taxas de crescimento, prevêem-se na UE como um todo e, sobretudo, nos países emergentes, uma aceleração do crescimento. Um clima de recuperação que Portugal não parece em condições de aproveitar de forma conveniente para retomar a convergência, como seria essencial.

Contudo, as perspectivas de crescimento na UE poderão ainda ser afectadas a curto prazo pelos sacrifícios decorrentes da imperativa consolidação orçamental, especialmente na Alemanha e na Itália. O "modelo social" adoptado pela generalidade dos países-membros da UE, agravado por diversas políticas populistas, conduziu a elevadíssimos níveis de despesa pública e à emissão de dívida pública para financiamento dos recorrentes défices orçamentais (dívida pública que atinge um valor médio de 71% do PIB na zona euro). Podendo contar com o previsível acréscimo das receitas fiscais e a redução de alguns encargos decorrentes da recuperação económica, não é possível continuar a ignorar a necessidade de agir activamente do lado da despesa. Torna-se, pois, necessário reduzir substancialmente as áreas de actuação do Estado e os benefícios sociais (nomeadamente ao nível dos serviços de saúde, reformas e subsídios de desemprego). Apesar de estas medidas poderem ter um impacto negativo a curto prazo, a experiência de outros países parece comprovar que o resultado final será positivo assim haja vontade (e coragem) para as executar.

No caso português, o Orçamento de Estado para 2007 aposta numa descida do peso da despesa pública, mas apenas em termos relativos (ou seja, em percentagem do PIB). Já em termos absolutos a despesa continua a crescer. Não obstante a rigidez de muitas das suas parcelas (cujo crescimento é automático), é precisamente a despesa o factor que melhor pode ser controlado pelo governo. A receita depende de demasiados factores exógenos e a sua execução pode facilmente fugir ao controlo governamental. Mesmo relevando considerações sobre a bondade da despesa pública versus despesa privada parece que, à semelhança do que sucedeu em anos anteriores, estamos a optar por uma estratégia demasiado arriscada.

Com a previsível continuação da "agitação social" provocada pelas (tímidas) reformas levadas a cabo pelo actual governo, a que se juntam as

"As perspectivas de crescimento na União Europeia poderão ainda ser afectadas a curto prazo pelos sacrifícios decorrentes da imperativa consolidação orçamental, especialmente na Alemanha e na Itália"

pressões da "ala esquerda" do PS e a demagogia irresponsável das forças "agitadoras" de extrema-esquerda, será necessário aguardar para ver se todas as intenções reformistas serão concretizadas. Será necessário aguardar também para verificar como irá reagir o governo perante uma eventual "derrapagem" nas contas públicas num contexto em que o esforço fiscal exigido à economia atinge já níveis brutais. Até agora as opções têm sido o aumento de impostos, o "congelamento" de despesas ou algumas medidas avulsas (e populistas) com poucos efeitos práticos.

EURO E TAXAS DE JURO

No plano cambial, o final de 2006 assistiu a uma recuperação do euro face ao dólar chegando a taxa de câmbio a 1.33 o que constitui o valor mais baixo num período de 20 meses. Para tal contribuíram as já referidas diferenças no ciclo económico nos EUA e na Europa. Apesar de o presidente da Reserva Federal ter declarado que a inflação continua demasiado elevada para permitir eventuais cortes nas taxas directoras o mercado parece apostar no inverso. Por outro lado, na zona euro a expectativa é que o Banco Central Europeu continue a tendência, seguida em 2006, de aumentar as taxas de juro de forma a conter as pressões inflacionistas. Como tal, é previsível que em 2007 se continue a verificar uma apreciação do euro face ao dólar.

"A economia portuguesa parece demonstrar grande dificuldade em recuperar das recessões e alcançar taxas de crescimento significativas. A tal não será alheia a rigidez no mercado de trabalho"

Para a economia portuguesa este movimento nas taxas de câmbio não deixará de ter efeitos. A apreciação do euro irá tornar menos competitivas, em termos de preço, as exportações dos países da zona euro na qual se inclui Portugal. Até agora, estas têm sido o principal "motor" da recuperação portuguesa sendo que um dos mercados que mais contribui para o seu crescimento é precisamente o dos EUA. A recuperação do consumo privado prevista pela OCDE poderá eventualmente compensar uma redução no crescimento das exportações. Não esquecendo a "aposta" do governo em tornar as indústrias exportadoras menos dependentes do preço para efeitos da sua competitividade, convém estarmos cientes de que esta "mudança de paradigma" não se processa de forma automática nem está dependente da vontade do poder central. Por outro lado, não podemos pretender que o problema da competitividade externa das empresas possa ser resolvido recorrendo a sucessivas desvalorizações.

A credibilidade e a estabilidade conseguidas pelo euro têm sido francamente benéficas para a nossa economia, quanto mais não seja por impedir as tentativas de interferência política no sentido de manipular a emissão de moeda, de taxas de juro e de câmbio.

REFORMAR É PRECISO

Outro factor incontornável para a evolução das economias desenvolvidas e que tem assumido importância acrescida nos últimos anos é o preço do petróleo. Interrompendo a relativa estabilidade em torno dos 20 USD que se verificava desde meados da década de 80, desde 2002 verificou-se uma subida sustentada do seu preço, tendo em Julho de 2006 atingido um máximo de 78,40 USD por barril. Embora ainda longe do seu máximo histórico (em termos reais), este movimento ascendente não pode deixar de criar alguma apreensão dada a importância do petróleo como fonte de energia e matéria-prima nos países desenvolvidos. Felizmente, desde Julho esta tendência inverteu-se tendo em finais de 2006 o petróleo sido negociado em torno dos 62 USD, aproximadamente o valor com que tinha iniciado o ano. Quanto a 2007, as previsões existentes são algo contraditórias, mas espera-se que o preço do petróleo oscile entre os 60 e os 70 USD. Se por um lado é de esperar um aumento da oferta dos países extra-OPEP, por outro, a fase ascendente do ciclo económico criará previsivelmente maior pressão na procura. Não é também expectável que, dada a capacidade instalada, a oferta seja capaz de acomodar com a rapidez desejada este aumento da procura. Convém lembrar que o tempo que decorre entre a decisão de novos investimentos e a sua conclusão (e operacionalidade) não é negligenciável. Pelo que atrás ficou exposto parecem existir algumas razões, especialmente a nível da conjuntura internacional, para encarar com optimismo moderado o ano que agora começa. Convém, no entanto, recordar que acabámos de sair de uma recessão em que se tornaram gritantes os erros cometidos no passado e a premência de tomar medidas correctivas. Agora que o pior parece ter passado é essencial não deixar cair os modestos ímpetos reformistas que, apesar de tudo, têm existido. Não devemos esperar que seja a próxima crise a relembrar-nos da sua necessidade.

www.radioeuropa.fm
fora da grande Lisboa, a emissão está acessível online e através da powerbox da tvcabo

europa
lisboa
90.4fm

A Europa e a Atlântico apresentam:
Descubra as Diferenças
Um programa de opinião livre e contraditório, onde o politicamente correcto é corrido a quatro vozes e nenhuma figura é poupada.
Com a (i)moderação garantida de Antonieta Lopes da Costa e a presença permanente de Paulo Pinto Mascarenhas.
Sexta-feira às 19h - repetição no Domingo às 11h e 19h

ONE to ONE

ASSINATURAS Atlântico

Receba 1 mês grátis no Holmes Place. Sem esforço.

Basta fazer uma assinatura de 12 meses da revista Atlântico.

Esta oferta inclui a jóia de inscrição e um mês de utilização grátis, no valor de 150 euros.

HOLMES PLACE Health Clubs

Condições:
Campanha exclusiva para maiores de 16 anos. | É obrigatório apresentar atestado médico para iniciar actividade física. | Promoção válida mediante apresentação de um voucher num dos clubes Holmes Place (5 Outubro – 217 804 300, Av. Defensores Chaves – 213 511 300, Av. Liberdade – 213 260 900, Amoreiras – 213 716 610, Alvalade – 217 529 050, Qta. Fonte – 214 404 900, Miraflores – 214 129 100, Cascais – 214 825 700, Qta. Beloura – 219 119 200, Arrábida Shopping – 223 778 700, Constituição – 225 083 600, Boavista – 226 056 760, Coimbra – 808 201 620), para tal por favor destaque-o. | Terá de fazer marcação prévia e a sua utilização será agendada de acordo com a sua conveniência. | A oferta só poderá ser usufruída uma vez por cliente individual. | Esta campanha só é válida para não sócios. Oferta de uma toalha de treino.

ASSINATURA REVISTA Atlântico

☑ **SIM, quero receber, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €48.** portes grátis

Resido fora de Portugal, pago os portes no valor de ☐ Europa: €25,56 ☐ Resto do Mundo: €37,44 ☐ Regime Especial**: €33,84

**Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome* _____

Morada* _____

Localidade* _____

Cód. Postal* ____ – ____ _____

Tel.* _____ Telemóvel _____ Profissão* _____

e-mail* _____ Nº Contribuinte* _____

BI _____ Estado Civil _____ Data Nascimento * ____ – ____ – ____ (dia – mês – ano)

FORMAS DE PAGAMENTO

* Campos Obrigatórios

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de COSTORIENTAL, Sociedade Editora LDA.

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor de €48, ao banco Barclays Bank, com o NIB: 0032 0701 00203509535 72

☐ Pago por **Transferência Permanente** o valor de €48, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á anualmente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento – Autorizo o débito do montante acima indicado para a seguinte conta: COSTORIENTAL, Sociedade Editora, LDA, Barclays Bank – NIB: 0032 0701 00203509535 72

Nome do Titular _____ Banco _____

NIB _____ Data ___/___/___ Assinatura _____

Preço válido para Portugal. Os dados recolhidos destinam-se a ser processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos ao subscritor, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para a apresentação de novas prpostas. Caso não deseje receber esta informação, assinale aqui, por favor ☐

Envio este Cupão de Assinatura por correio para: ONE to ONE, Av. Duque d'Ávila, Nº 46 5º, 1050-083 LISBOA
Apoio ao Assinante: assinaturasatlantico@one-to-one.pt • Tel.: 210 115 103

LUCIANO AMARAL

DESCONSTRUINDO JAMES

"O grande problema do último Bond é precisamente esse: a falta de sentido de humor. É necessário compreender que o valor da série não está no seu realismo, mas precisamente na sua inverosimilhança"

Parece que a praga do realismo também chegou à saga Bond. No novo *Casino Royale*, Bond já não tem sempre o *smoking* impecável, sangra que se farta, esforça-se imenso, praticamente morre envenenado e exibe mais o corpo do que as próprias *Bond Girls*. Não é suposto ser assim. Tradicionalmente, Bond não se esforça, não sangra e não se exibe para as mulheres (são elas que se exibem para ele). Como se tudo isto não bastasse, Bond apaixona-se e, por amor, pensa mesmo abandonar o serviço de Sua Majestade. Mas não é isso o pior. O pior mesmo é que Bond não tem piada. Não se lhe ouve uma frase ou trocadilho memoráveis. Excepto num momento, que seria inimaginável em qualquer filme anterior da série. É quando, sob tortura, grita ao vilão: "vais morrer a coçar-me os tomates". É completamente *unbondish*. Bond nunca usaria a palavra tomates.

O grande problema do último Bond é precisamente esse: a falta de sentido de humor. É necessário compreender que o valor da série não está no seu realismo, mas precisamente na sua inverosimilhança. A inverosimilhança de James não envelhecer há quarenta anos, a inverosimilhança do *smoking* impecável por debaixo do fato de astronauta, a inverosimilhança das mulheres que se apaixonam por ele à primeira palavra, a inverosimilhança com que se liberta de situações desesperadas, a inverosimilhança da maldade dos vilões e, acima de tudo, a grande inverosimilhança de a salvação do planeta estar dependente de um agente secreto inglês. Bond é uma sobrevivência do *Great Game* vitoriano. Mas o *Great Game* já lá vai há muito, e os seus filmes só podem ser vistos, portanto, como paródia ou como um divertimento nostálgico. O Bond tradicional não precisa de explicar que tudo o que faz não é plausível. O novo Bond mostra-nos a seriedade da sua tarefa, a extrema dificuldade das suas missões ou mesmo a angústia quando mata.

Quem for, portanto, à espera dos típicos momentos Bond perde o seu tempo. Por exemplo, não há um único *gadget* (Q nem sequer aparece), excepto um prosaico desfibrilhador, que James guarda convenientemente no porta-luvas do Aston Martin. Não há Moneypenny e os breves momentos de *screwball comedy* com James, quando normalmente ele vem inteirar-se da sua missão na sede do MI6. Não há vilão megalómano, escondido numa cidade secreta algures numa ilha do Pacífico. Tudo se resolve à mesa de jogo num hotel no Montenegro. Quando perguntam a James se quer o seu Martini "shaken or stirred", ele responde que pouco lhe importa. E só mesmo no fim do filme se apresenta como "Bond, James Bond". Sabe-se que truque cinematográfico é este. Chama-se desconstrução. É verdade que, neste caso, o desconstrutivismo corresponde a um regresso ao tom original dos livros de Ian Fleming. O Bond cinematográfico sempre foi uma fantasia. Mais do que uma fantasia, um delírio de elegância, maldade e sexo implícito. O exercício do novo filme é legítimo e chega a ser interessante. Mas não deixa de levantar dúvidas sobre a possibilidade de repetição e sobre a sustentação da série, se baseada no novo formato.

Há que perceber que, por muito bons que sejam os livros de Fleming, a série cinematográfica ganhou uma vida própria, feita dos seus códigos e fórmulas. Quem vai ver um novo 007 não está à espera de inovações, mas da repetição dos momentos consagrados: o genérico, a canção, as discussões com M, a sedução com Moneypenny, os *gadgets*, etc., etc. Nem vai à espera de uma grande obra de arte. Os outros filmes de Bond são peças da mais estrita série B, em que o cineasta se apaga perante as convenções. Quase todos os anteriores filmes de Bond (a grande excepção será o período Timothy Dalton) são bons sem serem notáveis. Mas há várias passagens neste filme em que se nota a vontade de Martin Campbell em atingir o nível artístico.

Como digo, o exercício até é interessante, sem nunca chegar a extraordinário. Só que não foi isto que fez a fortuna da série. Restando saber se é o que vai fazer a sua fortuna futura. Será possível manter este registo e a mesma popularidade de hoje? Daniel Craig não parece capaz dos *witticisms* típicos de James. Mas talvez tenha de os vir a aprender rapidamente. Ou então a série pode muito bem vir a desaparecer, tal como já esteve para acontecer nos anos 80. É muito arriscado brincar com James Bond.

VASCO RATO

O INTRUSO

"Alguns sectores da direita sempre demostraram apreensão em relação a alguém que consideravam um 'intruso', um *self-made man* que não frequentava os locais adequados. Nunca ultrapassaram os preconceitos sociais que os levaram a ridicularizar Cavaco"

Há sectores da direita portuguesa que nunca se conformaram com o papel político desempenhado por Cavaco Silva ao longo destes últimos vinte anos. Essa relação ambígua evidenciou-se enquanto Cavaco desempenhou o cargo de primeiro-ministro e, mais recentemente, durante a campanha presidencial. A entrevista do Presidente da República a Maria João Avillez reacendeu as desconfianças, posteriormente agudizadas quando Maria Cavaco Silva assumiu ser de centro-esquerda, acrescentando que não se "identificava" com os partidos de direita.

É sabido que alguns sectores da direita sempre demostraram apreensão em relação a alguém que consideravam um "intruso", um *self-made man* que não frequentava os locais adequados. Nunca ultrapassaram os preconceitos sociais que os levaram a ridicularizar Cavaco Silva. Gradualmente, mas a contragosto, concluíram que o primeiro-ministro era um mal menor, alguém que conseguia "mandar" e pôr o "país na ordem". Mas o apoio era condicional. Em contrapartida, a direita liberal depositou inicialmente grandes esperanças em Cavaco. Em 1985, personificava um projecto de mudança que visava quebrar com o estatismo e com uma cultura marcada pelo igualitarismo do 25 de Abril. Para esta direita, era um revolucionário que iria normalizar o país.

Dir-se-á que, por razões distintas, acabou por desapontar estas duas direitas. Para uns, mesmo depois de dez anos de poder, continuava a ser um *outsider*. Fizesse o que fizesse, era um intruso. Para os outros, pecou por falta de ambição. Fez muito pelo país, mas ficou aquém das expectativas. Revelou-se um reformador, não um revolucionário. Claro que as duas direitas viram o que queriam ver, nunca entendendo que Cavaco Silva nunca havia sido "um deles".

Quando se candidatou à Presidência da República, as direitas voltaram a expressar a sua desconfiança. Para uns, não merecia ser apoiado porque não era "genuinamente" de direita. Para os outros, não seria suficientemente reformista em Belém. Passados alguns meses sob a sua eleição, volta a ser acusado de ser um "homem de esquerda", demasiado "complacente" para com o Governo de Sócrates. Choveram as críticas de alguns sectores do PSD que esperavam que erguesse a bandeira da oposição partidária ao PS. No CDS, Ribeiro e Castro era criticado por se "colar" ao Presidente da República.

Mas o que disse afinal Cavaco Silva para provocar estes delírios? Limitou-se a afirmar que o Governo seguia um rumo reformista e que, na qualidade de Presidente, não tencionava criar obstáculos ao Executivo. É, por isso, difícil perceber por que razão estas palavras foram interpretadas como uma "traição" à direita ou por que razão esta leitura da função presidencial foi caracterizada como uma elaborada (mas transparente) estratégia para conquistar o apoio do Partido Socialista nas próximas eleições presidenciais.

A leitura que Cavaco faz dos poderes presidenciais não deve constituir surpresa para quem nele votou. Com toda a clareza, disse que faria exactamente aquilo que está a fazer. Os eleitores que prestaram atenção às suas palavras – e que nelas acreditaram – não podem agora declarar que estão estupefactos, desiludidos ou traídos. Sabiam que preza a estabilidade e que acredita que Portugal carece de reformas estruturais. No fundo, a sua mensagem é hoje igual à de 1985. Também se sabia que, enquanto chefe de Governo, Cavaco Silva confrontou-se com um Presidente da República que assumiu o papel de líder da oposição e, perante essa experiência, não queria transformar-se num segundo Soares. Nada disto foi escondido durante a campanha presidencial.

Provavelmente, alguns dos eleitores de Cavaco não quiseram acreditar nas suas palavras. Talvez esperassem que o Presidente viesse a estar na vanguarda da oposição ao governo. Talvez pensassem que cabia a ele substituir-se ao PSD e ao CDS – e que o seu prestígio pudesse compensar o défice de oposição existente. Mas Cavaco Silva sabe que se agisse dessa forma descredibilizava a instituição presidencial. Que impossibilitaria qualquer impulso reformista por parte do governo. E talvez saiba que as críticas fazem parte de uma estratégia política que tem como objectivo apresentar um candidato "genuinamente de direita" nas próximas presidenciais. Uma estratégia fomentada por sectores da direita que preferem entregar Belém à esquerda do que estarem condicionados pelo intruso de Boliqueime. Uma estratégia motivada por interesses pessoais mascarados de preocupações nacionais.

VÍTOR CUNHA

O CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL

"A atracção pelo centro é a principal consequência da falência dos meios tradicionais. O centro é um lugar monótono preenchido por encantos vários e algum pragmatismo"

1 A defesa intransigente do chamado "comércio tradicional" é uma ideia abstracta que agrada à generalidade dos cidadãos. O Estado tem ajudado à difusão dessa ideologia, e até tem pago a alguns oficiais desse ofício para manterem as suas lojinhas. O "comércio tradicional" ganhou, assim, um estatuto muito próximo do adquirido pelas gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa, embora haja mais turistas no Douro do que clientes em muitas lojas de bairro, o que pode parecer impossível, mas não é.

As mesmas almas que "apoiam" o comércio tradicional, para além dos comerciantes tradicionais, frequentam assiduamente os arqui-rivais centros comerciais. Como sabemos, os frequentadores de centros comerciais odeiam os centros comerciais; e odeiam-nos tanto que de vez em quando passam por lá para comprar umas bugigangas. Comprar para esquecer sucede, assim, ao heróico "beber para esquecer".

À medida que os anos passam e a não linearidade do tempo se acentua percebe-se melhor o afecto ao Centro. O Centro é mais de que um espaço geométrico. É um lugar de convívio e socialização, de distracção e exibição. No fundo, todos odeiam o Centro, mas todos convergem para o Centro.

O Centro é também lugar de engate e sedução. Quem se sente só passa por lá, ou passa à porta, não vá alguma alma gémea cruzar-se na imensidão daqueles corredores higienicamente tratados, daquela sensaboria feita de pechisbeques e pragmatismo. O lado pragmático do Centro agrada: abre cedo e fecha tarde, a disciplina de ofertas é variada e até há quem se entretenha a ler um livro O Centro, como o nome indica, não é sítio para radicalidades. Não se conhece nenhum com *sex-shops*, por exemplo; nas salas de cinema não há pornografia, mas sobejam dramas românticos, aventuras e outros sucessos.

A atracção pelo Centro é, pois, algo de muito humano. Veja-se a entrevista da denominada "primeira-dama" à revista *Visão*. Como portuguesa média, Maria Silva (haverá nome mais iconográfico?) declara amor ao Centro, na variante Esquerda. Imagina-se que um Centro de Esquerda possa ser o Gemini, o Apolo 70, ou um que há lá para as Portas de Benfica. Por outro lado – ou um pouco ao lado –, um Centro-Direita pode ser o Amoreiras, ou o Plaza. Depois há os monstros sagrados, como o Colombo, que é uma espécie de hiper-centrão onde cabem até minorias éticas, estéticas e étnicas.

O sucesso do Centro é função do desleixo e da falta de ambição dos comerciantes tradicionais. Não têm uma ideia fresca, deixam-se dominar pelas corporações, preferem o apoio do Estado à iniciativa e à inovação. Não percebem o mercado, as suas exigências e a mudança dos paradigmas: no fundo concentram-se na dona de casa tradicional, ignorando os casais modernos, a nova organização das famílias, os gays, os ecologistas e as novas gerações urbanas – todos grandes consumidores que acabam a bater às portas dos centros porque, simplesmente, estão abertos e ávidos de freguesia.

2 A Europa, esse berço da civilização, tem assistido sem espanto à reorganização do poder autoritário russo com a letargia que uma dependência energética postula. O presidente Putin já se desembaraçou de boa parte dos oligarcas que o ajudaram a substituir o drama alcoólico Ieltsin e colocou em lugares-chave homens da sua confiança pessoal, quase todos antigos membros da polícia política que contribuíram passivamente para a queda da URSS e do comunismo. Em simultâneo, aliou-se aos poderes fácticos da Rússia e dos países vizinhos, retomou (pelo esbulho) o controlo público das indústrias estratégicas e transformou o seu País no maior produtor de petróleo (ultrapassando a Arábia Saudita) e no primeiro fornecedor de gás natural da Europa de Leste e Central. Não é de excluir que consiga alterar a Constituição para poder ser novamente eleito em 2008.

O episódio do assassinato do antigo espião Alexander Litvinenko, aparentemente, despertou os meios de comunicação europeus para as barbáries do regime. Talvez pelas piores razões. Litvinenko não era um santo. São conhecidas as suas amizades e apoios de sectores tchetchenos e é bom não esquecer que foi enterrado em Londres ao som de cânticos muçulmanos. Não se viu tanta comoção mediática por essa Europa fora noutros momentos. Na Rússia a oposição está a ser silenciada e há assassinatos, extorsões, acusações infundadas, julgamentos controlados pelo Kremlin, detenções ilegais, provas fabricadas, assaltos a residências e uma interminável lista de atropelos aos mais básicos direitos. O imperador, esse, vai sorrindo. Ao Centro.

JOÃO PEREIRA COUTINHO

PENAS CAPITAIS

"O conservadorismo natural do Miguel não se basta como fruição; na recusa desse amor grandiloquente, está uma atenção ao particular, ao local, ao próximo e ao nosso. O 'pequeno pelotão', de que falava o outro. Ou, para chamar Leonard Cohen à conversa, a nossa casa, a nossa rua, o nosso bairro. A nossa cidade. O nosso país. Exactamente por esta ordem: crescente e prudente"

1 Aconteceu há uns tempos: eu, deitado no sofá da sala, confrontado com o Miguel Esteves Cardoso a entrar-me pela casa adentro. Bela surpresa: o Miguel, entrevistado por Rui Ramos num dos programas mais notáveis da televisão pátria, a falar de nós e dos outros. E que nos disse ele? Disse o que sempre disse – mas que foi ganhando com o tempo uma simplicidade que se transformou na segunda natureza do escritor. Escrevo "segundo natureza" e é impossível não pensar no Miguel como um conservador à moda antiga, embora definir a coisa seja tarefa que já levou vários teóricos à loucura. O conservadorismo é um espírito; é uma fé; é uma disposição. Para o Miguel, é uma fruição: a fruição do que temos, do que devemos amar e estimar. Mas isso só é possível quando abandonamos a patética arrogância de impor a terceiros o que consideramos absolutamente justo. O Miguel sabe que o princípio do Mal – utilizo o termo sem temor e com rigor – está na vontade, recorrente ao longo da história, de criar e recriar a natureza humana de acordo com as luzes da nossa superior razão. Na ambição desmedida de reconstruir tudo está, como sempre esteve, uma ambição desmedida de destruir tudo. Dostoiévski, nos seus momentos mais serenos, sabia do que falava, ao notar que a trilogia revolucionária francesa estava incompleta. Não basta dizer "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". É preciso acrescentar: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade – *ou a Morte*!"

Mas o conservadorismo natural do Miguel não se basta como fruição; na recusa desse amor grandiloquente pela utopia literalmente desumana e inumana, está uma atenção ao particular, ao local, ao próximo e ao nosso. O "pequeno pelotão", de que falava o outro. Ou, para chamar Leonard Cohen à conversa, a nossa casa, a nossa rua, o nosso bairro. A nossa cidade. O nosso país. Exactamente por esta ordem: crescente e prudente. No fundo, a única cartilha a que o Miguel se permite: uma história de amor com Portugal e os portugueses que dura há trinta anos de pena capital.

2 Morre Pinochet e pessoas aparentemente racionais desatam a dançar sobre o cadáver. Nada a opor: cada tarado no seu galho e, além disso, o velho Augusto não era flor que se cheirasse. E não vale de muito mostrar a balança comercial chilena para justificar o glorioso reinado de Pinochet: se os ensinamentos da "Escola de Chicago" dependem de fuzilamentos e de torturas, invocar teorias liberais não distingue esta direita da velha esquerda que desculpa os crimes do comunismo com a alegada beleza do ideal. Não existe nenhuma beleza e nenhum ideal quando se cruza a linha que separa a humanidade da tirania. Mesmo Adam Smith, patrono da causa, antes de escrever *A Riqueza das Nações*, publicou primeiro uma *Teoria dos Sentimentos Morais* para condenar os "homens do sistema": os homens que desculpam os seus crimes com fórmulas teóricas sem contacto com a natural humanidade que, acreditava Smith e com ele grande parte do iluminismo escocês, define a nossa espécie. Quando esquecemos essas "virtudes" sociais, entramos num outro filme. No filme do Chile, de 1973 a 1989. E no filme de Cuba, que ainda dura (há meio século), com um Fidel moribundo que, estranhamente, colhe as simpatias das nossas luminárias. Dizer agora que espero ver tamanha alegria mórbida quando Fidel partir deste mundo, seria cair num erro semelhante e, além disso, ingénuo: muitos dos que dançam sobre o cadáver de Pinochet são precisamente os mesmos que, nos últimos cinquenta anos de experiência cubana, têm justificado, por palavras ou silêncios, os cadáveres que a tirania de Fidel acumula com louvor. Levar a sério os foliões seria conceder-lhes uma dignidade que eles obviamente não possuem.

3 Posso aconselhar um livro para o Natal – e, já agora, para as editoras nacionais? Falo de James Wood, um notabilíssimo crítico literário do *The Guardian* que, depois de *The Broken Estate: Essays on Literature and Belief* (livro de ensaios com textos imperdíveis sobre Renan e Matthew Arnold), publicou o romance *The Book Against God*. Numa altura em que a Zadie Smith ou Monica Ali passam por ser os nomes centrais da nova prosa britânica, confesso que fui ao tapete com o livro de Wood: uma meditação pessoal, irónica, ligeiramente *blasé*, de um intelectual diletante que, depois da morte do pai, vai acumulando num caderno pessoal acusações e denúncias contra o Patrão lá de cima. Ou, se quiserem, contra a ausência de um Patrão lá em cima.

Mas chega de falar de mim.

ANDRÉ ABRANTES AMARAL

O NOVO ATLÂNTICO

Quando se diz que o interesse estratégico do Atlântico está a definhar e que o século XXI será o século do Pacífico, apenas nos lembramos da parte norte do nosso oceano. Esquecemos a América Latina e África, regiões que podem ser o futuro. A viragem da NATO para sul é uma mudança essencial e Portugal tem um papel natural a desempenhar neste alargamento. Devemos começar já em 2007

«And the great human frontiers of the 21st century lie to our south.»
PETERS, Ralph, Parameters, *The Atlantic Century*, Outono 2003, 4-16 pp.

Quem nunca ouviu dizer ser o século XXI o século do Pacífico? Depois de o Atlântico ter substituído o Mediterrâneo, como centro estratégico e de trocas comerciais, uma nova mudança estaria a operar-se. O poder mundial e a capacidade de investimento seriam transferidos para aquela região. Os interesses norte-americanos, o seu dinheiro, poder e capacidade militar, que tanto contribuíram para a paz de sessenta anos na Europa, seguiriam o mesmo caminho. O Atlântico ficaria estrategicamente morto e os países por ele banhados marginalizados. Haveria menos oportunidades económicas, consequente descida do nível de vida, menos interesse nas alianças existentes e menor capacidade em lidar com as ameaças que assolam qualquer sociedade em decadência. A Europa, povoada de velhos e sozinha, ver-se-ia largada às feras que se encontram a leste, dificilmente resistindo às investidas russa e islâmica. O dinamismo do Pacífico, tão benéfico à economia e bem-estar mundial, seria o nosso fim.

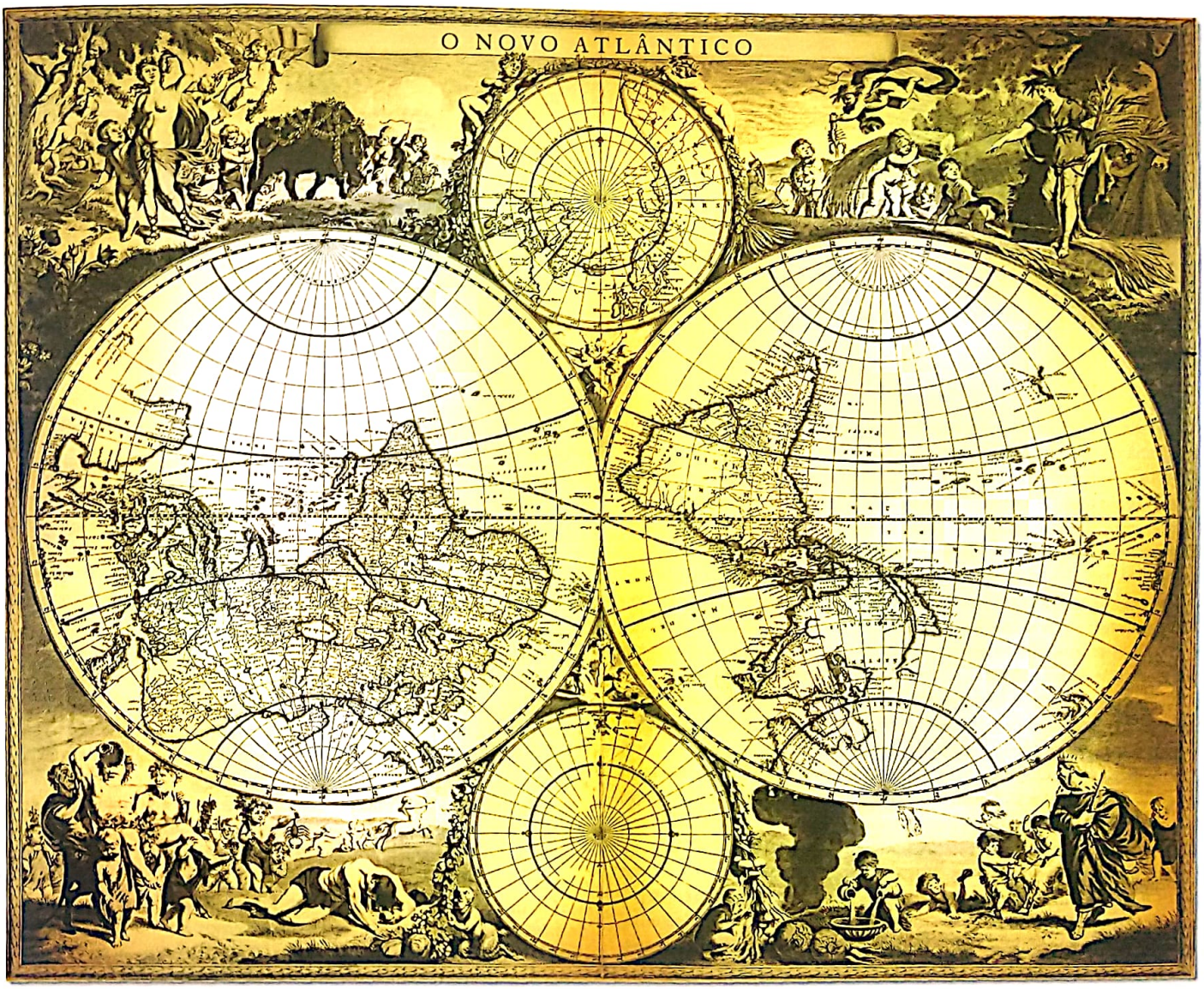
O PROBLEMA

Não há país asiático (a Coreia do Norte é um caso particular) que não apresente, nos dias que correm, rápidas taxas de crescimento económico, uma inovação constante e um dinamismo invejável. Na conhecida região Ásia-Pacífico parece não haver medo do que o futuro possa trazer e poucos se amedrontam com a abertura dos mercados. O Ocidente não é já uma ameaça, mas uma oportunidade. Pela primeira vez desde há séculos, os países asiáticos deixaram de olhar para o próprio umbigo e buscam matérias-primas e novos mercados. Até aqui está tudo bem e recomenda-se. O problema surge quando se compara a vontade empreendedora dos asiáticos com a estagnação dos europeus. Onde na Ásia vemos desassombro, na Europa encontramos medos e dúvidas. Incerteza quanto ao modelo social a seguir e ambiguidade nas relações com o seu aliado norte-americano. Infelizmente, qualquer breve comparação entre o que se passa na Ásia e na Europa fundamenta o pior dos receios.

Se dúvidas houvesse sobre se Portugal é um verdadeiro país europeu elas terminaram. Por cá padecemos também do mal da Europa. Toda a descrença nas instituições, o sentimento de insegurança, o problema que é o excesso de Estado. Hoje temos medo da globalização. Logo nós, cujos antepassados deram origem ao fenómeno.

A piorar o cenário, e porque a doença do Ocidente é generalizada, também os EUA andam um pouco à deriva, consumindo-se numa luta sem tréguas no Médio Oriente. Avançaram para a região com o intuito de expandir a liberdade e a democracia, mas tudo o que encontram é hostilidade e resistência. Qualquer iniciativa é de imediato vista com segundas intenções. A América diz querer afastar os extremistas islâmicos, mas é vista como herdeira das potências europeias e, em nome delas, está a pagar um preço alto. Demasiado alto para os objectivos que se pretendem. Os EUA estão a perder o poder de atracção que foi a maior arma que tiveram contra o comunismo.

Por sua vez, a China não vai crescer de forma pacífica e, inevitavelmente, chocará com a ainda "hiper-potência". Tudo fará para dominar na Ásia e, como John Mearsheimer bem o recorda no debate tido com Zbigniew Brzezinksi (Brzezinski, Zbigniew & Mearsheimer, John, "Debate Clash of Titans", *Foreign Policy*, Janeiro/Fevereiro 2005, pp. 46-50), vê com satisfação a transformação do Brasil, Argentina e México em potências emergentes que desafiem o poder norte-americano na região. Será a sua tentativa de minar a famosa doutrina Monroe - James Monroe foi presidente dos EUA entre 1817 e 1825 e professou uma política, conhecida como Doutrina Monroe, que estabelecia não poderem mais as potências europeias colonizar o continente americano (tanto a norte como a sul). Em contrapartida,



os EUA manter-se-iam neutrais nas guerras entre as nações europeias. Mais tarde, Theodore Roosevelt concebeu-a como legitimando o papel dominante dos EUA em todo o continente americano.

A OPORTUNIDADE

As melhores oportunidades surgem das maiores provações. Quando se fala que o interesse estratégico do Atlântico está a definhar só nos estamos a lembrar do seu lado norte. Esquecemos toda a parte sul. A América Latina e África, que passam por profundas transformações e apresentam óptimos resultados, onde países como Angola, só para dar um exemplo, apresentam excelentes taxas de crescimento económico. Ambos os continentes deitaram fora a cartilha marxista e as populações anseiam por melhorar o seu nível de vida. Ao contrário do mundo islâmico, que parece querer enterrar-se no seu orgulho e dos países asiáticos que não partilham a nossa cultura, sul-americanos e africanos desejam negociar com os EUA e entrar nos mercados europeus. Olham para o Ocidente que está a norte esperando por uma nova oportunidade e tudo farão para não a deixar escapar.

"Se dúvidas houvesse sobre se Portugal é um verdadeiro país europeu elas terminaram. Por cá padecemos também do mal da Europa. A descrença nas instituições, o sentimento de insegurança, o excesso de Estado"

É aqui que Portugal tem um papel indispensável e uma oportunidade única. Estamos na Europa, banhados pelo Atlântico e temos um excelente capital humano no relacionamento com o Brasil e África. É certo que no passado colonial foram cometidos erros. Porém, tudo se ultrapassa. A prova está na ligação que ainda existe. A tal ponto que no Brasil, um país tão pequeno como o nosso é considerado um parceiro estratégico. O aprofundar da relação com o Brasil é a nossa força na Europa. Tal qual a nossa ligação a África um óptimo trunfo para falar com os EUA.

No final do século passado, depois de vencido o comunismo, houve um certo desnorte, acreditou-se na paz perpétua e que a história tinha acabado. Questionaram-se os exércitos e o uso da força. A paz estava ao alcance da mão e o diálogo entre culturas bastava para a conseguir agar-

rar. Nada disto era verdadeiro, mas os norte-americanos só o perceberam na manhã do dia 11 de Setembro de 2001.

A luta contra o terrorismo islâmico passou a ser primordial e democratizar o Médio Oriente um objectivo da Administração Bush. Os resultados estão à vista. No Iraque, no Afeganistão e na ira cada vez maior que os muçulmanos nutrem pelos EUA. Os norte-americanos estão demasiado envolvidos no Médio Oriente e são diariamente consumidos por ele. Desaproveitam os seus recursos, gastam-se em discussões internas e perdem o capital humano que sempre tiveram. O plano para democratizar o Médio Oriente é excelente se essa democratização trouxer consigo a abertura das sociedades islâmicas, a sua libertação do fundamentalismo religioso e consiga tornar a maioria dos países da região em nossos aliados. No entanto, o que vemos é que, se o projecto é aliciante, é também difícil, tão difícil que talvez não valha a pena. Ao invés, a região Ásia-Pacífico possui mercados e um enorme potencial. O mesmo sucede com a América do Sul e o continente africano, com a vantagem destes não serem adversários do Ocidente, mas estarem nele integrados. Fazer ver esta realidade aos EUA é o nosso grande desafio para os primeiros anos do século XXI.

Tanto a América do Sul como África passam ainda por inúmeras dificuldades fruto de duas colonizações europeias: a da força dos impérios, primeiro e com a ideologia marxista, depois. No entanto, os impérios europeus terminaram há muito e o marxismo já poucos adeptos tem por aqueles lados. No tempo presente, aqueles dois continentes não precisam de se libertar de mais ninguém. Tão só largar a pobreza. Nunca quererão concorrer com o Ocidente, mas fazer parte dele. Recebê-los no seio de uma grande comunidade atlântica pode ser uma oportunidade única para a Europa e para os EUA.

"O Ocidente não é já uma ameaça, mas uma oportunidade. Pela primeira vez desde há séculos, os países asiáticos deixaram de olhar para o próprio umbigo e buscam matérias-primas e novos mercados"

A CONVERGÊNCIA DE CULTURAS

Na formação desta comunidade atlântica Portugal tem um trunfo que se baseia na história e na convergência cultural com o Brasil e África. Na língua, no Direito, em muitos costumes e numa certa cumplicidade existente. Utilizá-lo de forma inteligente permitirá ganhar influência numa comunidade onde os EUA, fruto da sua força política, económica, militar e cultural serão os naturais líderes. Muitos norte-americanos são de origem latina e africana e a sua integração na sociedade daquele país, a maior prova de uma sociedade que se quer aberta e pronta a receber novos aliados.

"Portugal tem um papel indispensável e uma oportunidade única. Estamos na Europa, banhados pelo Atlântico e temos um excelente capital humano no relacionamento com o Brasil e África. É aí que se joga o nosso futuro"

Abertura de mercados, trocas comerciais cada vez mais intensas, fim de políticas proteccionistas, partilha de segurança, acesso a matérias-primas, investimentos, criação de emprego, livre circulação de capitais e serviços. A nova comunidade atlântica não deve ser a de um senhor e de seus súbditos, mas construída com seriedade, feita por países independentes e soberanos, baseada na dignidade da pessoa humana, inspirada na livre aspiração do indivíduo, na igualdade entre os Estados, na abertura dos mercados e com vista a um futuro promissor para todos. Ela deverá ter acima de tudo uma base cultural que conduza a um nível mínimo de confiança e faça nascer a necessidade e interesse de uma vida em conjunto. Que sirva de suporte de unidade do Ocidente aos desafios vindos da Ásia e do extremismo islâmico.

É a percepção desta necessidade que conduzirá à aproximação dos dois lados de todo o Atlântico. Já não vivemos no mundo unipolar da década de noventa do século passado. O conflito com a Ásia não será sobre o modelo económico, como o foi com a URSS, mas de essência cultural. É o nosso modo de vida livre, o respeito pelos direitos humanos, a democracia e o nosso entendimento do que é a liberdade o que vai ser preciso defender. Quem quer que se reveja neste modo de ser liberal deverá ser bem-vindo à nova comunidade que terá o antigo *Mar Tenebroso* como centro.

COMO SE CONCRETIZA O NOVO ATLÂNTICO?

As alianças entre os Estados são uma realidade muito complexa. Elas podem ser bilaterais ou multilaterais. Consistir numa ou várias instituições ou até em nenhuma. A comunidade atlântica não terá de se cingir a qualquer destes estereótipos. Deverá ser constituída por uma diversidade de acordos bilaterais, mas também vários pactos multilaterais e apenas quando necessário, institucionalizada através de organizações internacionais.

Desde que Woodrow Wilson proferiu o décimo quarto ponto do seu plano de paz para pôr fim à guerra 1914-18, que as instituições passaram a ser o tema predilecto de quem se ocupa pelas relações internacionais. Qualquer projecto de paz e cooperação que se queira duradouro não passa sem uma instituição, de preferência com o aval da ONU. No entanto, a paz não se conquista necessariamente desta forma. A rede de alianças que aqui se pretende apresentar é uma forma de defesa do Ocidente a

ameaças exteriores. Num ensaio publicado na edição de Junho de 2005, da revista *Atlantic Monthly*, Robert D. Kaplan, explica, de forma exaustiva, como os EUA deverão combater a China, descrevendo esse combate em termos essencialmente militares. Mesmo que ambos os lados se apresentem com a melhor das intenções, o estigma existe e conduzirá os EUA (com a Europa atrás de si) num confronto com a China. Se daí vamos resvalar para a guerra, já é outro assunto, mas o confronto não há meio de o evitar. Vai ser preciso travá-lo, o que só será possível com um Ocidente unido.

Há, no entanto, que ter cuidado para não hostilizar quem quer que seja. Muito do crescimento económico, tanto nos EUA, como na Europa, na América Latina e em África se deve ao desenvolvimento da China e demais países asiáticos. Nada deve dar azo a receios infundados que conduzam à desconfiança irracional, ao proteccionismo económico e a uma recessão de repercussões mundiais.

"A nova comunidade atlântica deve ser construída com seriedade por países soberanos, baseada na dignidade da pessoa humana, inspirada na livre aspiração do indivíduo, na igualdade entre os Estados"

Como já mencionado, a China vai ser a potência dominante na Ásia e irá procurar ajudar o Brasil, a Argentina e o México a desafiar os Estados Unidos no continente norte-americano. Ora, é precisamente por isso que americanos e europeus têm todo o interesse em chamar a si estes países que, devido à mais-valia estratégica que agora possuem, nunca se tornarão súbditos do norte, mas seus parceiros. O mundo já não é o mesmo de 1945, há muito mais actores em cena e o pacto do Atlântico Norte tornou-se limitado nas respostas que pode dar. O tempo urge e é preciso agir antes que seja tarde. Como o fazer?

O primeiro grande passo está na abertura dos mercados. Os países do sul, tanto na América Latina como em África, necessitam de entrar nos mercados norte-americano e europeu, para venderem os seus produtos e, dessa forma, continuarem no caminho do desenvolvimento que já iniciaram. Os países do norte conseguem, por sua vez, ter acesso a produtos mais baratos e canalizar esforços na produção de outros bens e serviços mais competitivos e necessários. O fim dos proteccionismos não dará apenas lugar a uma pujança económica que o Ocidente tanto necessita, como cria lanços de confiança entre os povos que dele fazem parte. Sendo a liberdade o valor mais alto da nossa cultura, os Estados tudo devem fazer para que os indivíduos e a sua capacidade empreendedora sigam o seu caminho e cumpram o seu papel. O bem-estar económico dá, também, lugar à força militar e este é o último aspecto a ser analisado, naquilo que deve ser o forjar de uma nova comunidade atlântica.

ALARGAR A NATO PARA SUL

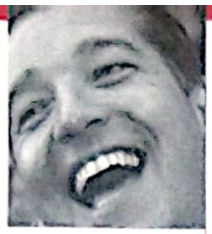
É demais conhecido que a força militar e a pujança económica dependem uma da outra. Assim sendo, a zona preferencial de trocas comerciais que será o Atlântico necessita de ser segura. Não deve haver lugar a Estados falhados, nem ao risco de grupos terroristas se açambarcarem de um local desprotegido, como o caso de uma qualquer ilha de um arquipélago como Cabo Verde. A cooperação militar é indispensável e a sua institucionalização, talvez neste caso, necessária. Dito de outra forma, a NATO, que tanto se tem expandido para leste, talvez se deva agora alargar para sul.

Em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, os EUA ainda eram marcadamente isolacionistas. Separados do resto do mundo por dois oceanos, os norte-americanos acreditavam poder viver à margem dos problemas mundiais. O compromisso assumido pela Administração Truman, criando em 1949 a NATO para defesa do continente europeu, foi uma autêntica revolução nas tradições norte-americanas. Neste início de século a viragem da NATO para sul é uma mudança da mesma envergadura.

Será neste alargamento que Portugal tem um papel natural a desempenhar. Os Estados em melhores condições para aderirem à NATO, tanto pelo seu interesse estratégico, como pelo dinamismo e estabilidade que parecem ter encontrado, são o Brasil, Angola e Cabo Verde. Os três possuem especiais ligações históricas, culturais e linguísticas com o nosso país. Os três permitirão o domínio do Atlântico Sul e se o primeiro garante a estabilidade da América do Sul, Angola é uma porta de entrada na África Austral. Quanto a Cabo Verde, é indispensável que não caia nas mãos de qualquer grupo terrorista e, sendo um país pobre em recursos naturais, a sua riqueza encontra-se na sua localização, permitindo-lhe ser o centro de inúmeras das rotas comerciais que cruzam o oceano.

A Europa é bastante importante para nós, mas o continente europeu não se pode isolar. Precisa de se abrir ao resto do mundo. Fazê-lo para o Atlântico pode não ser apenas a sua melhor saída, mas também o seu destino natural. Num autêntico diálogo de culturas que partilhem os mesmos ideais, o Ocidente pode-se reencontrar e enfrentar com segurança o século que surge à sua frente. Países como o Reino Unido, cuja influência pode ir até à Austrália, e a Espanha não levarão muito tempo a agir. Mas o primeiro passo, é o contributo que Portugal pode dar.

"A Europa é bastante importante para nós, mas o continente europeu não se pode isolar. Precisa de se abrir ao resto do mundo. Fazê-lo para o Atlântico pode não ser apenas a sua melhor saída, mas também o seu destino natural"



JOAQUIM LUIZ GOMES

LIDERANÇA, PROCURA-SE

"Os Estados Unidos deveriam ter ratificado o Protocolo de Quioto e, ao não fazê-lo, demonstraram falta de visão e de capacidade de liderança. A mesma visão e capacidade de liderança de que já deram provas em matérias ambientais"

O embaixador dos Estados Unidos, em artigo publicado a 29 de Novembro no *Público*, veio prestar alguns esclarecimentos sobre a política ambiental do seu país, motivado pela ideia errada de muitos de que a ratificação do Protocolo de Quioto divide os bons dos maus. Apesar dos esclarecimentos, continuo a pensar que os Estados Unidos deveriam ter ratificado o Protocolo de Quioto e que, ao não fazê-lo, demonstraram falta de visão e de capacidade de liderança. A mesma visão e capacidade de liderança de que já deram provas em matérias ambientais, nomeadamente ao impulsionarem em 1987 o bem sucedido Protocolo de Montréal sobre substâncias que afectam a camada de ozono.

Os EUA não ratificaram o protocolo porque países em vias de desenvolvimento como a China e a Índia não fazem parte do processo de Quioto e, tendo estes países padrões ambientais mais baixos do que os EUA, a ratificação implicaria a deslocalização maciça de fábricas americanas para lá. Comecemos pela questão da deslocalização da produção. Esta resulta de uma conjugação de factores, em que o custo da mão-de-obra parece ser o determinante. Aliás, não me parece que a não ratificação do Protocolo de Quioto tenha evitado a deslocalização da produção que os EUA temiam, deslocalização essa que tanto tem ajudado a reduzir a pobreza mundial, a combater a inflação e a financiar o défice externo americano, e não percebo como é que uma maior eficiência energética torna as empresas mais competitivas quando localizadas nos Estados Unidos mas não quando localizadas na China.

Passando à participação da China e da Índia no processo de Quioto, convém começar por aclarar que ambas ratificaram o Protocolo de Quioto, só que enquanto países em vias de desenvolvimento não se comprometeram a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. Isto é precisamente o que resulta da Convenção do Enquadramento sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas, que os Estados Unidos subscreveram e que no seu artigo terceiro estabelece não só que os signatários devem proteger o sistema climático de acordo com as suas respectivas responsabilidades e capacidades como também, preto no branco, que os países desenvolvidos devem liderar o combate às alterações climáticas. Trata-se do princípio do poluidor-pagador e duma questão de equidade. O dióxido de carbono permanece na atmosfera durante cem anos e a maior fatia de emissões, historicamente e na actualidade, provém dos países desenvolvidos. Por outro lado, as emissões *per capita* nos países em vias de desenvolvimento são muito inferiores às dos países desenvolvidos e estes também têm muitos mais meios de pagar os esforços de combate às alterações climáticas.

O embaixador dos EUA acredita que todos os países podem marcar a diferença nesta área, quer tenham, ou não, ratificado o Protocolo de Quioto. Por maioria de razão, também podem marcar a diferença, quer participem, ou não, no processo de Quioto de redução de emissões. É o que pretendem fazer tanto a Índia como a China. A primeira espera reduzir a intensidade da sua economia em gases com efeito de estufa (GEF) em um terço, enquanto a segunda se propõe reduzir a intensidade energética do PIB em 20%, entre 2005 e 2010, reduzir a poluição atmosférica em 10% e depender de fontes de energia renováveis em 15% das suas necessidades globais no prazo de dez anos. Em comparação, os EUA a nível federal propõem-se reduzir a intensidade em GEF da sua economia em 18%, entre 2002 e 2012. Em 2002, os EUA com quase 300 milhões de habitantes emitiram 6 biliões de toneladas de CO_2 equivalentes, enquanto a China, a Índia, o México, o Brasil e a África do Sul com uma população de 2770 biliões de habitantes emitiram em conjunto os mesmos 6 biliões de toneladas. Menos de 5% da população mundial, os americanos, emitiram 15% do total de GEF, o mesmo que 42% da população mundial concentrada naqueles cinco países.

Estou de acordo com o embaixador dos EUA quando diz que também os países em vias de desenvolvimento têm que fazer parte do esforço. É o que estão a fazer. A questão está em saber como se reparte o esforço com equidade. E está também em assumir uma vez por todas a dimensão do problema. O Relatório Stern, encomendado por Blair, calcula que para estabilizar os níveis de CO_2 equivalente temos que reduzir as emissões de GEF em 80% e traça vários cenários. Coloquemo-nos no cenário central de estabilização nas 500ppm de CO_2 equivalente, contra os actuais 430ppm de CO_2e com um crescimento anual de 2ppm. Para lá se chegar, de acordo com o relatório, se os países desenvolvidos do Anexo I do Protocolo de Quioto reduzirem as suas emissões de GEF em 90%, entre 1990 e 2050, então os países em vias de desenvolvimento terão que reduzir as sua emissões no mesmo período em 10%. Se os americanos reduzirem as suas emissões *per capita* em 90%, entre 2002 e 2050, chegarão ao final do período a emitir 2 toneladas CO_2e por pessoa. Se os chineses, indianos, mexicanos, brasileiros e sul-africanos reduzirem as suas emissões *per capita* em 10% no mesmo período, chegarão ao final do período a emitir também 2 toneladas de CO_2e por pessoa. Eis um teste rápido da equidade da repartição do esforço. O Estado da Califórnia, o maior Estado americano, já definiu o objectivo de reduzir as suas emissões de CO_2 em 90%, entre 1990 e 2050.

O embaixador dos EUA realça que entre 2001 e 2004 a economia americana cresceu 11.7%, enquanto a emissão de GEF aumentou apenas 1.3%. Bom trabalho, mas definitivamente não chega. Também não duvido que as empresas americanas estejam a progredir muitíssimo em termos de eficiência energética e que o Estado americano não só fomenta os investimentos na área como promove muitíssimo a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias *carbon-free*. Mas as alterações climáticas são a externalidade global mais complexa com que já nos deparámos e a maior falha do sistema de mercado que põe em risco a nossa civilização. Para respondermos ao desafio precisamos de um sistema de *cap-trade* verdadeiramente global e flexível, que é a essência do Protocolo de Quioto com os seus mecanismos Joint Implementation (JI) e Clean Development Mechanism (CDM). E precisamos de criar confiança com realismo, de ir aperfeiçoando a estrutura de cooperação internacional através da experiência e de liderança dos mais fortes, que são também quem tem maiores responsabilidades.

GONÇALO REIS

SEM COMPLEXOS

O lucro é bom. Possibilita o investimento, que por sua vez cria emprego, que por sua vez melhora o nível de vida da população. Uma banca competitiva e com resultados fortes é um activo a promover e não um alvo a abater

Ciclicamente reaparece no panorama nacional o ataque ao sector financeiro, aos lucros dos grupos económicos, aos salários dos gestores. Certos media alimentam essa mistura de "voyeurismo" e justicialismo. Mais grave, políticos com responsabilidades, ora no Governo ora na oposição, não resistem a estes alvos apetecíveis. Mas é a guerrilha do engano. Um combate ressabiado e estéril. A esquerda, habituada ao funcionalismo ineficaz, à despesa sem contrapartida, à derrapagem do sector público, convive mal com a boa "performance". A direita, tantas vezes envergonhada, coloca-se à defesa e hesita em assumir publicamente os princípios elementares do sistema de mercado. Ambas têm medo de afastar eleitorado, como se os bons resultados económicos e as suas consequências prejudicassem o cidadão. Exactamente o contrário, claro está.

Há que seguir outra via. Há que assumir uma postura natural, descomplexada, livre de preconceitos anacrónicos. Há que reconhecer o lucro como o resultado da boa gestão, sem mais papões. Não como um pecado e sim como a justa recompensa para as empresas eficientes e ganhadoras. Não como algo bizarro, a esconder ou explicar com receio. Sim como o resultado do mérito, do trabalho, do risco, da produtividade. Num ambiente de globalização e concorrência, todo o lucro é merecido. E não é o ponto final do processo produtivo, funciona antes como o combustível que alimenta o sistema, beneficiando todos. Só o lucro permite novas apostas do sector privado, empregos sustentáveis e aumentos de salários, desenvolvimento de carreiras e novas oportunidades para os jovens, expansão para mercados internacionais, investigação e inovação tecnológica, evolução para actividades de valor acrescentado. Só o lucro gera acumulação de riqueza. Só a perspectiva do retorno atrai o investimento estrangeiro e fortalece os mercados de capitais. Só os lucros elevados e continuados das nossas empresas poderão aproximar o nível de vida geral aos padrões europeus. A sociedade civil libertar-se-á quando lidar tranquilamente, sem peso na consciência, com a noção de que os resultados positivos são salutares. Evoluir significa também deixar de desconfiar.

A banca é o saco de pancada do momento. Presa óbvia. Tiro errado. Convém recordar algumas evidências. De acordo com uma série de estudos, como por exemplo o projecto "Portugal 2010", realizado pela McKinsey, comparando a produtividade de vários sectores em Portugal com *benchmarks* internacionais, a banca é uma das áreas mais competitivas do país, um dos poucos casos em que várias instituições nacionais estão em linha com as melhores referências externas. De facto, o sector financeiro português tem lucros porque se preparou para tal, porque o Estado reduziu a sua presença rapidamente (comparando com outras áreas), porque existe concorrência internacional expondo os agentes locais a práticas exigentes, porque as instituições executaram programas duros de reestruturação e controlo de custos, realizaram processos de consolidação e ganhos de escala, fizeram apostas estruturadas e ambiciosas em novas plataformas, marketing, sistemas de informação, desenvolvimento de produtos e serviço a clientes. Os bancos portugueses alcançam resultados fortes porque o ambiente de concorrência global os obrigou a serem competitivos. O ponto essencial é este. Os lucros são uma consequência do bom desempenho. O facto de a banca cumprir a legislação com eficiência, adaptando-se à regulamentação em vigor a cada momento e de os seus níveis de tributação reflectirem presenças multi-mercados (sendo aliás comparáveis a outras empresas nacionais cotadas em bolsa), não deve inquinar a avaliação geral do sector, nem servir para crucificar no terreno da opinião e picardia política os méritos conquistados em economia aberta.

Os detractores do êxito económico deveriam ponderar bem o alcance dos seus tristes brilharetes: num país pequeno, com empresas frágeis à escala regional e irrisórias no plano global, faz sentido o discurso dos privilégios dos grandes e poderosos? Num país sem uma classe média sólida e com elites em hibernação prolongada, faz sentido questionar sistematicamente as fontes de prosperidade e os salários de quem tem responsabilidades e provas dadas? Num país em que a captação de investimento externo se tornou num desígnio indiscutível, faz sentido líderes políticos atacarem de dedo em riste sectores fundamentais e agentes de excelência, expostos aos olhos do mundo e às empresas de *rating*? Num país que precisa de transmitir uma imagem de confiança e previsibilidade, faz sentido legisladores equacionarem imposições retroactivas? Num país vizinho de Espanha, que defende as suas torres ao extremo, projectando uma atitude de força e coerência, faz sentido a lógica da vitimização, inveja, demagogia?

É importante defender as instituições competentes. É importante tomar o partido da qualificação. É importante trazer racionalidade para este debate. É importante que cada um cumpra o seu papel, sem cair na tentação fácil de desviar as atenções para o lado. Aos agentes políticos cabe a tarefa de estimular o desenvolvimento, fomentando um ambiente de estabilidade e credibilidade institucional. E já agora, que dediquem as energias a gerir bem a coisa pública, onde há tanto por melhorar. Ao sector privado cabe gerar riqueza, cumprindo as regras. Aprendamos a conviver com os resultados do mundo a que nos propomos – uma sociedade de iniciativa, liberdade, criação de valor, oportunidade, em que há um bolo para distribuir. Esforcemo-nos por fazer crescer o bolo.

POR BRUNO GARSCHAGEN

"PORTUGAL É O DESTINO DIPLOMÁTICO DOS PIORES POLÍTICOS DO BRASIL"

Colunista da revista *Veja*, o escritor **Diogo Mainardi** é dos mais lidos e comentados no Brasil, para o bem e para o mal. Exigiu o *impeachment* do presidente Lula da Silva e criticou acidamente o clima de corrupção e clientelismo criado pelo PT. Em entrevista exclusiva à *Atlântico*, insiste que Lula pode ser uma ameaça para a democracia, avalia com preocupação o estado do Mundo e diz que a embaixada de Portugal é um prémio do governo para os políticos mais ignorantes do Brasil - os monoglotas

Diogo Mainardi. Uma novela (*Malthus*), três romances (*Arquipélago*, *Polígono das Secas* e *Contra o Brasil*), uma colectânea de artigos (*A tapas e pontapés*). Embora os seus quatro livros mostrem um escritor notável e único no Brasil, não foi o romancista a ganhar fama. Foi o jornalista – primeiro, violento e azedo; depois, de humor virulento – que se tornou nacional e internacionalmente conhecido. Há alguns anos é o colunista mais comentado do país, para o bem e para o mal. Escreve para a revista de maior prestígio e maior circulação nacional, a *Veja*. No início, sobre temas culturais. A eleição de Lula converteu-o em colunista político. Foi um dos primeiros a destapar o *derrière* do governo do PT. Pediu, por várias vezes, pela revista, o *impeachment* de Lula. Continua desnudando o mito Lula, mesmo admitindo estar enfadado. As suas colunas reverberam. Numa lista das dez com maior repercussão de leitores da história da *Veja*, sete são dele. A reputação ganhou espaço mundial. Numa matéria de 2004, na qual o correspondente do *The New York Times*, Larry Rohter, dizia haver uma preocupação nacional com o, digamos, hábito de beber do presidente Lula, Diogo é citado por uma coluna em que pediu para que o presidente parasse de beber publicamente. Numa tarde de céu nublado, rumo à Estação Ipanema. Apartamento dele em frente ao mar. A praia, dia cinza, parece um instantâneo de Cartier-Bresson. Lá fui, cheguei, vi e ouvi. A conversa é essa. É boa. Do outro lado do Atlântico para a *Atlântico*. O leitor não pode não gostar.

BRASIL

Você foi um dos três jornalistas brasileiros que desde a eleição de 2002 fizeram oposição aos *modus operandi* do PT e do presidente Lula. Este ano, você chegou a pedir votos para Alckmin, mesmo ressaltando que votaria tapando o nariz. Assim, a vitória de Lula da Silva foi a vitória da corrupção, com os eleitores brasileiros a premiar a má-gestão e o compadrio; ou o brasileiro não sabe votar?

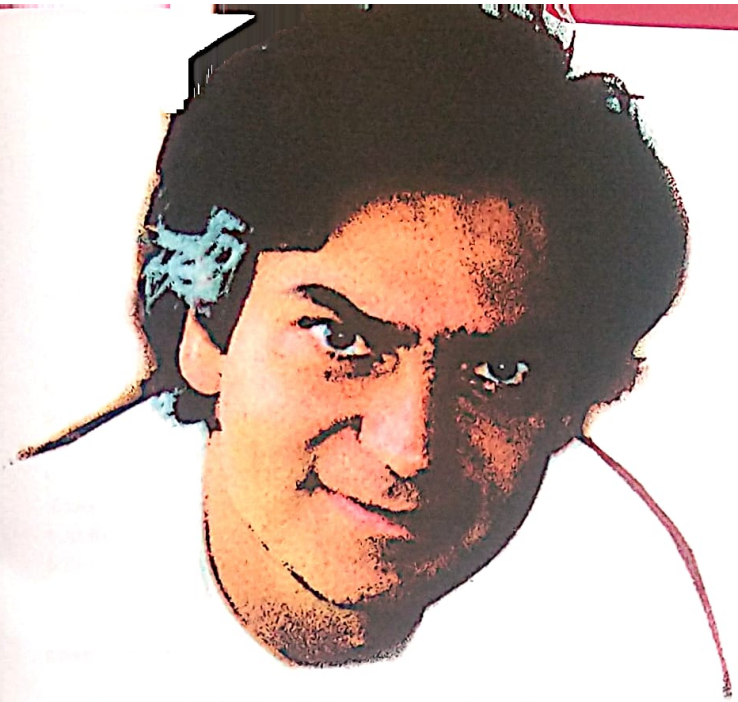
Nunca fiz uma crítica ideológica ao governo. O governo não é ideológico. Lula da Silva, sobretudo, não é ideológico. Sempre o tratei como o laranja de um *gang*, o testa-de-ferro de uma bandalha. A única novidade desse governo é que criou um escudo muito forte para acobertar a roubalheira, que é a imagem do próprio Lula. Ergueu-se uma cortina atrás da qual o roubo corre solto. Eu sempre pensei em abrir essa cortina, em minar o testa-de-ferro, em revelar o esquema laranja escondido atrás de Lula. O meu trabalho, desde o começo, foi desmontar o mito Lula. Só via nele uma fachada para encobrir interesses muito menores.

Se o Lula é o testa-de-ferro, quem é que manda no governo brasileiro?

Lula inscreve-se na velha tradição do caudilhismo. Um grupo de pessoas que veio da camada mais baixa da sociedade toma o poder e só pensa em se dar bem. É um grupo bastante grande e que está disposto a tudo. Aconteceu no Brasil e na América Latina muitas outras vezes no passado e está a acontecer de novo agora. Com o discurso de combater a oligarquia forma-se uma cleptocracia.

Esse grupo que está por trás do Lula é ideológico?

Eles usam a ideologia quando lhes convêm; quando serve para arrebanhar inocentes úteis; quando serve para criar uma cortina de fumaça que os proteja ou quando a ideologia ensina um método de ocupação do poder. Mas o fim é apenas mercantil. Estão interessados em dinheiro, em perpetuar-se no poder.



Alckmin não ganhou porque era uma péssima alternativa ou errou na campanha?
Alckmin era um péssimo candidato, o PSDB é um péssimo partido e a gente não tem uma oposição de verdade no Brasil. A oposição fez um papelão durante um ano e meio nas investigações da roubalheira petista. Como a gente sempre conviveu com roubalheira, eu tentei lembrar que a roubalheira petista era pior do que as outras porque tinha um intuito golpista, como no caso do mensalão pago a parlamentares para apoiar o governo. Isso pode ter ocorrido no passado para comprar um ou dois projectos de lei, mas não para uma legislatura inteira. Uma compra desse nível nunca houve na história brasileira. O dossier é outro caso de subversão da alternância, da democracia, financiada com dinheiro sujo. Toda a roubalheira petista tem um fundamento antidemocrático. Isso foi o que sempre me preocupou.

Como imagina o Brasil com mais quatro anos de governo Lula?
Há um abatimento muito grande A economia vai continuar em marcha lenta. Na parte dos direitos democráticos, vejo uma certa ameaça permanente, inclusive contra a liberdade de imprensa. Lula só se vai "chavizar", só vai transformar o governo em algo mais bolivariano, se a economia despencar ou se a credibilidade pessoal dele for para o brejo. O maior perigo do Lula é que ele está sempre disposto a qualquer coisa para não perder as benesses do poder. Seria capaz até de fechar o Parlamento ou de confiscar a propriedade dos meios de comunicação. Se não tiver que fazer nada disso, vai continuar o governante paternalista, assistencialista, que a gente viu até hoje. Mas se a situação económica internacional piorar, temo que possa cometer mais algum despropósito antidemocrático.

AMÉRICA DO SUL

Quais são os pontos de identificação que vê entre Lula, Chávez e Morales?
São parte de uma mesma coisa, fruto do mesmo germe. A definição de caudilhismo aplica-se a todos eles. São uma expressão do passado e imaginam um tipo de sociedade atrasada. A afirmação desse tipo de liderança vai levar a mais subdesenvolvimento. No passado, os caudilhos foram sucedidos por ditaduras militares. A gente espera que isso não aconteça mais uma vez.

"O maior perigo do Lula da Silva é que está sempre disposto a qualquer coisa para não perder as benesses do poder. Seria capaz até de fechar o Parlamento ou de confiscar a propriedade dos meios de comunicação"

"O cargo diplomático é um favor político, uma concessão política no Brasil: Portugal é o destino dos piores políticos, dos mais ignorantes. Vão para Portugal porque é o único país onde se fazem compreender"

Também não há componente ideológico em Chávez e Morales?
Também não. Chávez tentou um golpe, fracassou, foi eleito, deu um golpe branco depois de ser eleito, tomou conta dos meios de comunicação. Eles todos são apenas uns oportunistas que se aproveitam desse discurso de combater as oligarquias.

Mas têm peso para ditar os rumos políticos da América Latina?
Claro que sim. Ditar o rumo da tragédia é fácil. Você não precisa ser um grande estadista para levar um país para a desgraça. Eles estão a ser acompanhados rapidamente por um monte de gente na Nicarágua, no Equador. O México livrou-se por pouquíssimo. Não são mais fenómenos isolados. Eles são a maioria na região.

PORTUGAL

Governante português, sempre que vem ao Brasil, leva consigo uma grande embaixada, mas a ideia que os portugueses têm é que os brasileiros não dão a mesma atenção às relações com Portugal. Qual sua opinião sobre a relação do Brasil com Portugal?
Aqui, o cargo diplomático é um favor político, uma concessão política e Portugal é o destino dos piores políticos, dos mais ignorantes - os monoglotas. Eles são mandados para Portugal porque é o único país onde se fazem compreender. É assim que funciona: o presidente pega um idiota malandro ligado ao governo e manda para Portugal como prémio.

Isso significa que o governo não dá a menor bola para Portugal?
Não dá a menor pelota para lugar nenhum. A carreira diplomática no Brasil é politizada. O Brasil está cheio de bons diplomatas, mas que não fazem carreira. Quem é mandado para as principais embaixadas como Portugal, é em geral político de terceira categoria.

Acompanha ou conhece a actual situação política portuguesa?
Pouquíssimo. Acompanho de longe.

Ainda persiste entre os brasileiros o estereótipo fado e mulher com bigode?
O brasileiro não tem o menor interesse pelo que acontece fora do Brasil. Nem pelo que acontece nos Estados Unidos. Portugal não é notícia porque é um país que acertou. Bem ou mal, Portugal transformou-se num país, algo que a gente nunca conseguiu fazer.

No caso dos Estados Unidos, justifica-se que o americano médio não dá a menor importância para o resto do mundo por viverem numa potência mundial. No caso do Brasil, como se explica esse alheamento?
O mundo é complexo, precisa lembrar o nome de muita gente, o nome da capital, da moeda. Quando o assunto começa a ficar muito complicado, a

gente perde o interesse, olha para o lado, assobia. Brasileiro não é capaz de tanta concentração.

O que acha da opinião de Eça de Queiroz de que o brasileiro era o português dilatado pelo calor (o português liberto de preconceitos, aberto e livre)?
Eça tinha opiniões muito pertinentes sobre o Brasil. Entendeu muito bem o país. Tudo o que ele dizia de mal a nosso respeito é verdadeiro. O Eça é um grande exemplo de intelectual anti-nacionalista. Ele falava mal não só do Brasil, mas também de Portugal, de maneira muito ácida, muito bem-humorada. A única atitude decente que um intelectual pode tomar é odiar a própria pátria.

"O Brasil seria melhor até mesmo se tivesse sido colonizado pelo Uganda. Ao contrário do que disse o Eça, o brasileiro não é o português dilatado pelo calor; é o português murcho, desidratado pelo calor"

Há um chavão aqui no Brasil, e que já chegou a Portugal, de que se tivéssemos sido colonizados pelos britânicos e não pelos portugueses, o Brasil seria hoje um país muito mais desenvolvido. Consegue conceber como seria nossa situação hoje?
Não sei se o Brasil seria melhor, mas também não seria pior, porque pior do que isso não dá. Possivelmente, o Brasil seria melhor até mesmo se tivesse sido colonizado pelo Uganda. Ao contrário do que disse o Eça, o brasileiro não é o português dilatado pelo calor; é o português murcho, desidratado pelo calor.

O que herdámos de pior de Portugal?
A gente estava a falar de corporativismo, de covardia intelectual, de bacharelismo: esse excesso de cerimónia no embate de ideias é uma herança de Portugal. Algumas polémicas histéricas aconteceram lá como aqui, mas o confronto intelectual é, normalmente, muito domesticado, muito comportado.

MUNDO

Concorda que a indefinição da guerra no Iraque foi a causa da derrota dos republicanos nas eleições americanas?
A guerra no Iraque, tendo dado um resultado até agora muito negativo, foi o principal ponto de fraqueza dos republicanos nas eleições. O que estava errado ali eram os falsos pretextos para invadir o Iraque. Os Estados Unidos tinham trezentos bons motivos para o invadir e escolheram logo os inexistentes.

Como a acção dos americanos no Iraque?
Houve uma sucessão de erros. Se há uma desculpa para os americanos é que erraram muito também no Afeganistão, onde fizeram a guerra com o apoio internacional, o apoio da ONU e de um monte de países desenvolvidos, e a situação também não está boa. O que há de errado é a ideia de que uma guerra ou uma ocupação pode ser resolvida em dois, três, quatro ou cinco anos, e que haja uma geração espontânea de civilidade. Isso não existe. E foi uma ideia mal vendida.

Acredita nessa ideia dos americanos de implantarem em países orientais uma democracia nos moldes ocidentais?
É possível implantar um sistema mais tolerante do que o que havia. No caso do Afeganistão e do Iraque, é muito melhor tentar implantar um governo mais aberto do que permitir que se mantenha ditaduras. No Iraque, hoje, existe uma espécie de imprensa livre, a tolerância a partidos políticos, a liberdade religiosa, coisas que não existiam e que com o tempo tendem a enraizar-se. O Brasil, por exemplo, está numa transição democrática há mais de 20 anos e as instituições, às vezes, cambaleiam. Não é que seja uma coisa simples de se programar e de se implantar. O processo é lento mesmo.

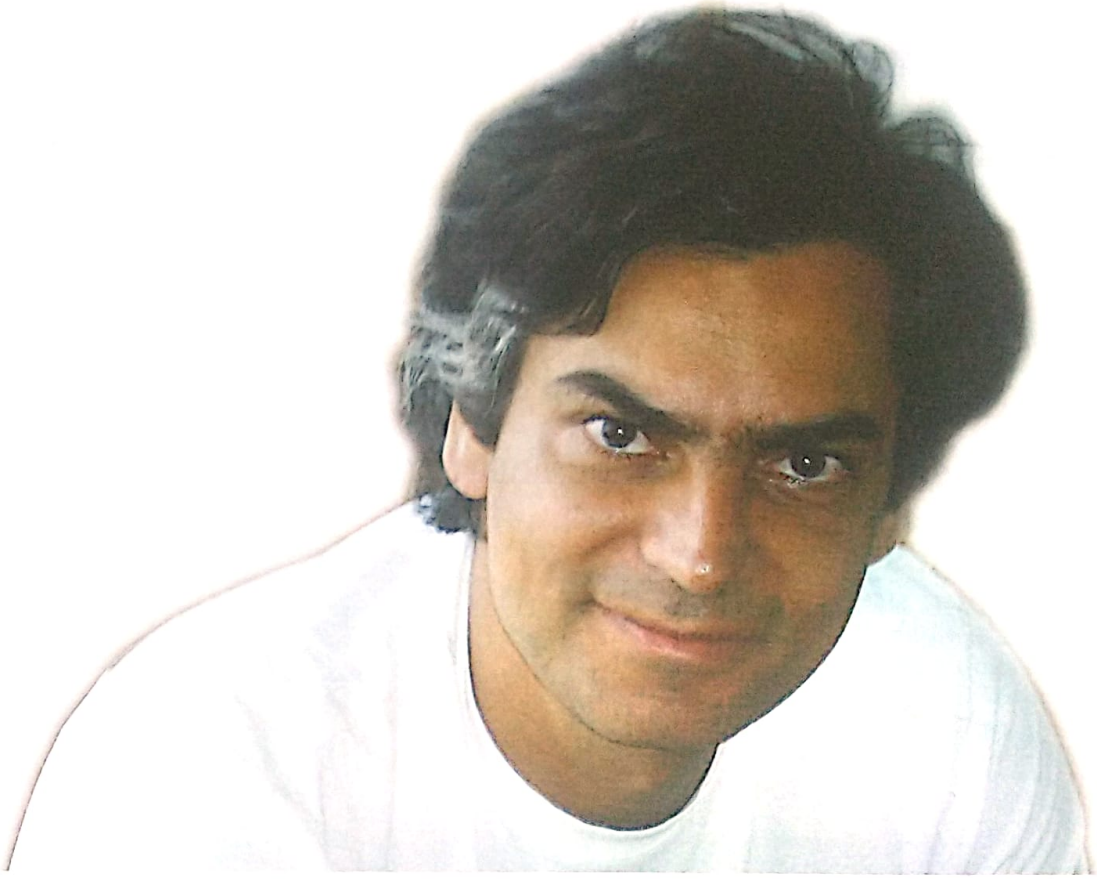
É curioso que a imagem que nos é passada pela imprensa é que nada no Iraque melhorou, a pior imagem possível...
É, é. Porque, obviamente, há uma urgência na questão de segurança. É como no Brasil, há uma urgência na área da segurança pública. No caso do Iraque, a segurança é o ponto número um e tem que ser resolvido. Falar em liberdade quando não se pode sair na rua sem o risco de ser explodido por um carro-bomba é até piada. Mas os carros-bomba vão deixar de explodir quando eles conseguirem organizar um estado representativo, não só eleitoralmente, por que isso eles já têm, mas também economicamente.

O prolongamento da guerra no Iraque e a ideia de que os Estados Unidos falharam poderiam dar aos terroristas a impressão de que os Estados Unidos não têm força para derrotá-los?
Os terroristas iriam sentir-se mais fortes se, depois de 2001, os Estados Unidos não tivessem feito nada. Ali eles teriam ganho a batalha, certamente. Se depois de tudo o que fizeram não houvesse uma resposta americana, aí sim eles se iriam sentir muito reforçados. Até mesmo se os Estados Unidos se limitassem a uma retaliação no Afeganistão. O Iraque vive um campo de enfrentamento entre os Estados Unidos – em teoria, o Ocidente deveria estar do lado dos americanos e não está – e o terrorismo islâmico.

George W. Bush é a besta que a maioria acha?
Ele é um trapalhão. Um trapalhão que, nos momentos importantes, tomou as decisões certas, mas foi péssimo na hora de executá-las.

A imigração descontrolada de muçulmanos para os Estados Unidos e para a Europa revelou-se um tremendo tiro no pé do Ocidente. A partir daí estabeleceu-se uma discussão sobre uma suposta guerra entre Oriente e Ocidente. Isso está certo?
Não existe guerra. Não se pode falar em guerra. O que há é o terrorismo, que é um fenómeno para o qual a gente não encontrou uma resposta ainda. Transformar o Ocidente num estado policial é uma hipótese inviável. Agora é óbvio que temos que reprimir o terrorismo. A repressão tem que ir até ao ponto em que não esmague o estado de liberdades civis. E esse é o ponto que a gente não conhece até agora.

"Não vi o filme de Al Gore, mas ambientalismo é uma questão que tem que ser resolvida pelo mercado, pelas fábricas de automóveis e pelas empresas de energia. Acredito no mercado, acredito em competição"



China, Cuba, Coreia do Norte. Até quando vão durar esses regimes socialistas ditatoriais?
Até à morte desses tiranos. Esses regimes sustentam-se na figura dos tiranos. Depois que eles morrerem, é muito provável que os regimes desmoronem entropicamente. A gente tem que torcer para que essa gente morra logo. Se pudéssemos acelerar a morte deles, seria óptimo.

Viu o filme do ex-vice-presidente americano Al Gore? O ambientalismo transformou-se numa espécie de causa messiânica de gente da esquerda ou de gente séria com boas intenções?
Não, não vi o filme. Não vou ao cinema há uns 10 anos. Ambientalismo é uma questão que tem que ser resolvida pelo mercado, pelas fábricas de automóveis e pelas empresas de energia. Acredito no mercado, acredito em competição. Quando tivermos uma necessidade económica de encontrar uma alternativa aos combustíveis fósseis, poluentes, por exemplo, vamos ter mais chances de encontrar.

CULTURA

Explicou porque começou a escrever sobre política. A pergunta é: pretende voltar a escrever sobre cultura?
Serei obrigado. Não tenho muito interesse pelo que está acontecendo no mundo da cultura. Não há nada de muito excitante que atraia a minha atenção, mas por pura falta de assunto vou acabar caindo em cultura de novo. Mas vai ser só por desespero, porque se fosse por escolha própria eu não voltaria. Entusiasmo pelo tema eu não tenho. E não tenho já há algum tempo.

Quais os escritores brasileiros que recomendaria?
Os de sempre: Machado de Assis, Lima Barreto. Quem mais? Deve haver o terceiro. Procurando um pouco até poderíamos encontrar.

"Transformar o Ocidente num estado policial é uma hipótese inviável. Agora é óbvio que temos que reprimir o terrorismo. A repressão tem que ir até ao ponto em que não esmague o estado de liberdades civis"

E os vivos, quais valem a pena?
Compartilho o entusiasmo do João Pereira Coutinho pelo Millôr Fernandes. Ele tem um texto rápido, directo, que deve servir de lição aos portugueses. Os bons escritores brasileiros são os mais económicos: Millôr, Dalton Trevisan, Ivan Lessa ? aqueles que conseguem sintetizar a nossa língua. Como os portugueses tendem à prolixidade, esses escritores são os melhores exemplos que a gente pode dar. A economia na linguagem é algo que pode ser proveitoso para o português, que é mais verborrágico, é mais palavroso do que nós.

Quais são os seus escritores portugueses preferidos?
Li toda a obra do Eça, li toda a obra do Camilo Castelo Branco. Gostei muitíssimo das crónicas do João Pereira Coutinho. Ele é muito bom. Fico contente que o Brasil tenha comprado o passe dele.

Hoje é mais fácil ou mais difícil ser Diogo Mainardi?
Sempre tive uma visão bastante crítica a meu respeito, então nunca dei muita bola para a minha imagem. Sempre me achei pior do que os outros achavam. Sei que o que faço é um trabalho, não uma cruzada. Não tenho segundas intenções, não tenho motivação política, interesse pessoal. Faço porque é o meu trabalho. É muito fácil ser Diogo Mainardi porque acabo de trabalhar, desligo o computador e sou esse aborrecidíssimo pai de família, um burguesinho comportadinho, certinho, meio barrigudinho que leva o filho para a escola, traz o filho da escola. Então, é muito fácil ser Diogo Mainardi. Não recomendo a ninguém, aliás.

RESTART

REINICIE O ANO NO HOLMES PLACE E DESCUBRA O QUE TEMOS PARA LHE OFERECER

Inscreva-se em Janeiro em qualquer um dos nossos Health Clubs e escolha uma das 3 fantásticas ofertas que temos para si!

ONE LIFE. LIVE IT WELL.

HOLMES PLACE
Health Clubs

PAULO TUNHAS

REALIDADE

"Não tenho um pinguinho de dúvida sobre a argúcia de Johnny Fletcher nem sobre a força bruta de Sam Cragg, nem sobre a sua amizade. Duvido menos da existência deles do que da do Professor Azeredo Lopes"

«Cassi Jones, sem mais percalços, se viu lançado em pleno Campo de San'tana, no meio da multidão que jorrava das portas da Central, cheia da honesta pressa de quem vai trabalhar. A sua sensação...» Sensação. Sensação. A sua honesta pressa... Sensação... trabalhar... tra-balhar... A sua Central...

Aqui desiste-se, deixa-se cair o livro e apaga-se a luz. E retoma-se, na noite seguinte, onde se deixou, até que a mesma coisa se repita, poucas ou muitas páginas adiante.

O mundo pode dividir-se entre as pessoas que gostam de ler romances e as que não gostam. Digo "ler romances" e não apenas "ler". Há imensa gente que gosta – gosta mesmo – de ler, e não gosta de ler romances. (E não me refiro sequer ao caso célebre de Valéry, obviamente muito particular.) Porquê? É uma boa pergunta. Pelo menos para mim é, que tenho cada vez menos gente com quem falar sobre romances.

É verosímil que tenha a ver com uma certa disponibilidade para acreditar na realidade do que se lê. Por exemplo, na existência do pérfido Cassi Jones, no sofrível romance de Lima Barreto (o escritor brasileiro do princípio do século passado). Com vontade de acreditar (e à noite, com sono, é mais fácil), perdoam-se até horrendas frases como "a honesta pressa de quem vai trabalhar". E não vem mal nenhum ao mundo por acreditarmos. Sabe-se que não é verdade, mas acredita-se. É fascinante. Os óptimos livros de John Sutherland exploram esse pressuposto da crença na realidade romanesca.

Claro que não se pode meter o pobre Cassi Jones no mesmo saco de Julien Sorel, por exemplo. A diferença entre um grande romance e um romance sofrível é evidentemente abissal. Mas para aquilo que eu quero aqui dizer isso não conta. Johnny Fletcher e Sam Cragg (dos quais sou, provavelmente, o maior especialista em Portugal) servem tanto como Julien Sorel. Não tenho um pinguinho de dúvida sobre a argúcia de Johnny Fletcher nem sobre a força bruta de Sam Cragg, nem sobre a sua amizade. Duvido menos da existência deles do que da do Professor Azeredo Lopes.

E não se trata de acreditar apenas nas personagens, trata-se de acreditar em tudo: nas situações, nos ambientes, em tudo. Acredita-se, é claro, através da linguagem: é ela que nos faz acreditar, e é a linguagem, obviamente, que distingue os bons dos maus romances. Mas a linguagem deve encontrar em nós algo como uma capacidade de alucinação, sem a qual a coisa não funciona. Fernando Gil explicou, no *Tratado da evidência*, que a evidência é, em parte, o produto da alucinação. A crença também em parte o é, e a crença romanesca (chamemos-lhe assim) não escapa à regra. Talvez até seja um exemplo de eleição. Literalmente, crê-se para ver.

Mas então porque é que há pessoas que gostam de ler romances e outras não? Tenho um palpite, fundado nalgumas observações amadoramente colhidas ao longo dos anos: as pessoas que acreditam demasiado na realidade que as rodeia, e em quem a povoa, tendem a ser maus leitores de romances. Alguém que passe uma semana inteira sem nunca duvidar, para voltar ao mesmo exemplo, da existência do Professor Azeredo Lopes, dificilmente conseguirá ler um romance com prazer. Há uma espécie de cepticismo em relação à existência quotidiana que é indispensável para a crença romanesca.

E não só em relação à existência quotidiana. Em relação, também, ao que se lê para lá dos romances: sociologia, política, filosofia, história, ciências, e por aí adiante. Quem põe de lado o cepticismo nestas coisas, acaba fatalmente por acreditar em versões contraditórias da realidade, sem mesmo disso se dar conta. Pior, acredita dogmaticamente, quer dizer: barrando o caminho à imaginação. E aí é que está o problema: é como se cada um de nós tivesse uma quantidade limitada daquilo que se poderia chamar "energia de crença". A partir de um certo grau, já não se pode acreditar em mais nada.

Uma coisa é certa: há um módico de cepticismo (prático e teórico, por assim dizer) que é necessário para gostar de ler romances. A quem acredita com toda a sua força no mundo à volta, os romances caem, por princípio, das mãos. Ou então o sono vem depressa. Não sobra energia para a crença romanesca. Os estados de paixão devorante, quaisquer que sejam os seus encantos, também não são propícios à dita crença: mas aí é porque só se acredita na existência de uma única pessoa, e se acredita nela todo o tempo. O princípio, no entanto, é o mesmo.

A expressão "leu demasiados romances", usada para descrever as pessoas que acreditam cegamente nas mais improváveis coisas, passa, com as devidas desculpas a Cervantes, perfeitamente ao lado da verdade. Dever-se-ia antes dizer: "Nunca leu nenhum romance". Porque os romances, exactamente por nos mostrarem que podemos acreditar em qualquer coisa, ensinam-nos a ser mais parcimoniosos nas crenças substantivas. E, em geral, mais duvidosos relativamente ao poder mágico do pensamento sobre a realidade.

E agora vou ver o que aconteceu à Clara, a dos «seios duros [que] quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar». Suspeito o pior, agora que conheço melhor o Cassi.

PEDRO PICOITO

ENTRE GREGOS E TROIANOS: O PAPA NA TURQUIA

Na viagem à Turquia, Bento XVI fez não uma, mas três visitas: a política, a pastoral e a teológica. Todas elas tinham razões e expectativas próprias mas as três estavam intimamente ligadas. Balanço e explicação possível de uma mudança de opinião quanto à entrada de Ancara na União Europeia

Para resumir num paradoxo fácil a recente viagem de Bento XVI à Turquia, entre os dias 28 de Novembro e 1 de Dezembro, podemos dizer que o Papa fez, não uma, mas três visitas. A primeira, mais claramente política e aquela a que os meios de comunicação social prestaram mais atenção, foi a visita de Estado do líder do Vaticano ao primeiro país muçulmano candidato a entrar na União Europeia. A segunda, pastoral, foi a do chefe da Igreja católica a Bartolomeu I, o Patriarca ortodoxo de Constantinopla que o convidou a deslocar-se ao país, deslocação em que contactou também outras ancestrais minorias cristãs do antigo Império otomano. E a terceira, muito pouco notada, foi a do teólogo Ratzinger a uma das frentes de batalha da sua velha guerra cultural contra aquilo a que tem chamado "a subversão moral da Europa". As três tinham razões e expectativas próprias, as três estão intimamente ligadas.

TROIANOS...

O périplo turco do Papa começou por um encontro, no aeroporto de Ancara, com o primeiro-ministro Erdogan. Que esse encontro tenha estado em dúvida quase até à última hora diz bem da frieza com que o governo, formado por um partido islâmico moderado, se preparava para acolher Bento XVI. Não era para menos. Ainda cardeal, Ratzinger expusera publicamente, e por mais de uma vez, fortes dúvidas quanto à entrada da Turquia na União Europeia. Em Setembro, na sua Baviera natal, pronunciara o já célebre discurso de Ratisbona e colocara na boca de um imperador bizantino do século XIV (em guerra precisamente contra os turcos...) palavras de condenação do Islão que provocaram uma chuva de protestos. Para piorar as coisas, no exacto dia do início da visita papal, a União Europeia anunciara ir suspender as negociações com a Turquia a pretexto, entre outros, da falta de respeito pela liberdade religiosa e pelos direitos das minorias no Estado turco. Além de que a visita se efectuava a convite da comunidade cristã ortodoxa e presumivelmente em proveito desta, o que não terá escapado a nenhum dos setenta milhões de turcos muçulmanos. Não admira que, escassos dias antes da chegada de Bento XVI, vinte mil pessoas se tenham manifestado em Istambul contra ele.

Contudo, Erdogan deu certamente por bem empregues os breves minutos de reunião com o Papa. Segundo contou, eufórico, no fim da entrevista, Bento XVI ter-lhe-ia dito muito mais do que todos esperavam: "Desejamos que a Turquia faça parte da União Europeia." É uma declaração que ninguém ouviu directamente da boca do Sumo Pontífice, mas que nem ele nem nenhum dos seus colaboradores próximos desmentiu. Os jornais, tanto turcos como ocidentais, fizeram manchetes bombásticas com o aparente "volte-face" pontifício e Erdogan, empunhando a frase como um troféu no preciso dia em que a Europa parecia deixá-lo à porta, rumou triunfante à cimeira da NATO em Riga. No dia seguinte, nova manifestação contra a presença de Bento XVI em território turco não juntou mais do que algumas dezenas de nacionalistas. Os próprios dirigentes muçulmanos e a imprensa local, tão críticos nas semanas anteriores, foram seduzidos pela entrada de cordeiro do Papa, que completou a saída de leão (em ombros) com a histórica oração, voltado para Meca e descalço, na Mesquita Azul de Istambul, no último dia da viagem.

Em rigor, as surpreendentes declarações de Ratzinger não são assim tão surpreendentes. Alguns dias antes, Federico Lombardi, o porta-voz do Vaticano, garantira que "não somos contra a entrada da Turquia na União Europeia, se preencher as condições para se tornar membro." Era, sem dúvida, um ensaio para o que viria a seguir. Mas este avanço continha um "se" em que pouca gente reparou. O mesmo Pe. Lombardi pôs alguma água na fervura do entusiasmo de Erdogan, esclarecendo horas depois da entrevista no aeroporto que "a Santa Sé encoraja o caminho de diálogo, aproximação e integração" entre a Turquia e a Europa, desde que "na base de valores e princípios comuns". Monsenhor Georges Marovitch, núncio apostólico (ou seja, embaixador do Papa) na Turquia, foi ainda mais congelatório, mesmo deixando uma nota de esperança à impaciência otomana: "Neste momento, não se pode ou deve admitir que a Turquia esteja preparada para integrar a União Europeia, mas um não definitivo seria um grave erro."

Esta prudência traduz sem dúvida o pensamento do Papa, tanto ou mais do que a cortesia de que se serviu para entrar no coração de Tróia. Para Bento XVI, a questão dos tais "valores e princípios comuns" não é de somenos. Só os distraídos, e houve muitos, não repararam que era esse o pano de fundo do discurso de Ratisbona e, talvez, da viagem à Anatólia: a essência da Europa, fundada na aliança entre fé e razão, preocupação de sempre do teólogo Ratzinger. Daí as palavras de Monsenhor Marovitch. Num aparente elogio de circunstância ao modelo de laicidade da nação anfitriã, ainda em pleno voo entre Roma e Ancara, o Papa tinha dito que "o diálogo entre a razão europeia e a tradição muçulmana está inscrito na existência da Turquia moderna". Ao fazê-lo, estava a apontar o caminho ao que considera ser o Islão certo: a laicidade e o respeito pela liberdade reli-

giosa das minorias. Um respeito que, embora consagrado na Constituição, a Turquia está longe de observar na prática. Mas o conselho serve também para a Europa que esquece as suas "raízes cristãs" e quer erradicar os símbolos religiosos do espaço público.

... E GREGOS

É neste contexto, olhando simultaneamente para as duas margens do Bósforo, que devemos situar o objectivo oficial da viagem de Bento XVI: avistar-se com Bartolomeu I, patriarca ortodoxo de Constantinopla. Respondendo a um convite que este já fizera a João Paulo II, o Papa quis relançar o diálogo ecuménico com os ortodoxos numa altura em que parece haver cada vez mais dificuldades em fazê-lo com os protestantes, submersos numa profunda crise de secularismo. Acontece que o Patriarca de Constantinopla não é o "Papa dos ortodoxos". Embora tenha herdado da brilhante história da cidade, sucessivamente capital dos impérios romano, bizantino e otomano, um primado de honra entre os outros patriarcas orientais, a sua autoridade estende-se hoje apenas aos cerca de cinco mil fiéis de rito grego que ainda existem na Turquia. Uma autoridade que não é seguida nem pelos antiquíssimos patriarcados de Jerusalém, Alexandria e Antioquia, nem pelos mais recentes de Atenas, Sófia e, sobretudo, Moscovo, o qual nasceu na sequência da conquista de Bizâncio pelos otomanos no século XVI. Não é preciso ser um especialista em história da Igreja para perceber que, escolhendo o Patriarca de Constantinopla como interlocutor privilegiado, o Bispo de Roma está a menorizar o Patriarca de Moscovo, que tem levantado os maiores obstáculos à presença católica na Rússia, invocando direitos históricos de exclusividade sobre o que considera ser território natural da ortodoxia. Um facto muito sugestivo, convenhamos, no actual quadro internacional em que Putin parece estar a recuperar alguns dos velhos hábitos de brutalidade do império dos czares. A Igreja católica, mergulhada num impasse no contacto com os protestantes e ameaçado pela crescente arrogância russa, estaria assim a procurar um aliado natural na confissão cristã que melhor conhece a única fé hoje capaz de conquistar a Europa: o Islão turco.

"A simbólica declaração assinada por Bento XVI e Bartolomeu I, a 30 de Novembro, revela inequivocamente o dedo do Cardeal Ratzinger e a sua visão do velho continente. Não se pode dizer que revele muita esperança no futuro da Europa"

A simbólica declaração assinada por Bento XVI e Bartolomeu I, a 30 de Novembro, sublinhava esta preocupação mútua. Além de invocar o desejo de prosseguir na senda do ecumenismo, como seria de esperar, o texto avalia "positivamente o caminho da União Europeia", pedindo embora que a unificação política tenha em conta "os direitos inalienáveis da pessoa humana, sobretudo a liberdade religiosa" e condenando "o crescimento da secularização, do relativismo e do niilismo, sobretudo no mundo ocidental". O texto, que não terminava sem apelar à "defesa da vida humana, de toda a vida humana", numa clara alusão ao aborto e à eutanásia, lembrava ainda que, no progresso de integração, "as minorias devem ser protegidas, com as suas tradições culturais e as características próprias de cada religião". Em resumo, os principais representantes do Cristianismo ocidental e oriental pediam à Europa o mesmo que pediram à Turquia.

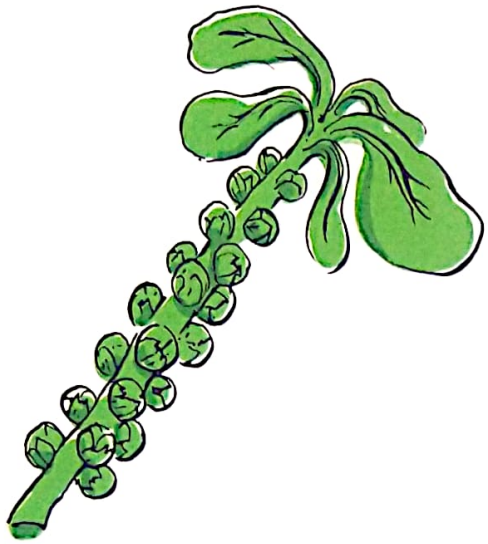
Este documento revela inequivocamente o dedo do Cardeal Ratzinger e a sua visão do velho continente. Não se pode dizer que revele também muita esperança no futuro da Europa. Mas talvez revele por que razão Bento XVI terá mudado de opinião quanto à entrada da Turquia.

HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

COUVE-DE-BRUXELAS

A HISTÓRIA POR ESCREVER

Uma visão diferente do que se passa no Iraque. Em vez da descrição pormenorizada dos horrores diários, da violência, dos mortos e do desespero, uma visão do Iraque que diz que valeu a pena, que a democracia é possível e que há um futuro possível. Optimista? Irrealista? No mínimo, uma visão diferente do costume. E com autoridade. Com muita autoridade



A situação que se vive no Iraque é difícil, dolorosa, é uma luta contra os terroristas. Mas, apesar das dificuldades, a situação não é, de maneira nenhuma, tão má quanto se vê nos media internacionais. O Iraque não é apenas os ataques aos civis." Mais. "Fizemos duas eleições e uma Constituição que é única naquela parte do mundo." Mais ainda. "O Iraque é vítima dos males que afectam o mundo, não é a sua causa." E mais. "As dores da transição desvanecem-se face à tirania do tempo de Saddam. Por vezes estas dificuldades actuais são usadas para contestar a moralidade da decisão de remover a ditadura. Não o devemos fazer. A democratização do Iraque é uma obra monumental."

E agora? "Precisamos de uma coligação contra o terrorismo que funcione. O futuro do Iraque é vital, não só para os iraquianos mas para todo o mundo. Espero que as dificuldades actuais não sejam usadas para partir. Pelo contrário. Roma não se fez num dia. Estamos a construir uma democracia no meio de uma batalha contra extremistas e terroristas internacionais. Uma sociedade democrática e pluralista no Iraque é difícil, mas é possível." Quanto aos militares: "a maioria dos iraquianos reconhece a contribuição dos polícias e militares. E todos reconhecemos que é necessário que sejam os iraquianos a liderar. Temos problemas, há violações dos Direitos Humanos, isto é um trabalho em curso."

E a seguir? "Uma retirada antecipada criaria um vácuo e abriria caminho a ainda maiores complicações." A União Europeia? "Devia investir muito mais no sucesso da transição no Iraque. Aumentar o perdão da dívida herdada do tempo de Saddam." A economia? "O Iraque precisa de três a cinco anos para atingir a auto-suficiência económica."

Ainda sobre a Europa e a América: "Estamos gratos aos Estados Unidos por terem derrubado Saddam, mas construir a democracia tem de ser um compromisso internacional, não é uma missão apenas da América."

Quanto ao julgamento e à condenação à morte de Saddam: "Talvez o sistema judicial iraquiano tenha defeitos, mas o facto de ter sido mantido vivo até ao momento do julgamento, é raro. Isso aconteceria em muitos outros sítios da região?"

"Se o que se passa é uma guerra civil ou não, é irrelevante, é irrelevante o nome que lhe damos." Por exemplo, "o Curdistão é, hoje, um exemplo de estabilidade."

Para terminar: "Apesar das imagens de Bagdade e alguns, poucos, outros lugares, 13 ou 14 das 18 províncias iraquianas vivem uma situação razoavelmente segura. E estão prontas para receber investimento."

Dia 21 de Novembro, Barham Salih, vice-primeiro-ministro do Iraque, curdo (detalhe nada irrelevante para o que ficou dito), foi ao Parlamento Europeu dar aos deputados – e aos assessores e à comunicação social, que quis estar presente, – a sua versão do que se passou, do que se passa e do que se deve passar no Iraque. Há três coisas relevantes em tudo o que ali se disse e se viu.

Um. Apesar do tema Iraque causar as maiores excitações, ser motivo de discussão acesa e, aparentemente, estar tudo de acordo quanto ao horror presente, o facto de um dos mais importantes membros do Governo iraquiano estar ali não entusiasmou a comunicação social, particularmente a portuguesa. Que eu visse – posso ter visto mal, mas tinha de ter visto mesmo muito mal – não estavam lá nem reproduziram em lado algum o que ali se disse.

Dois. Quando Barham Salih começou a sua intervenção, a esquerda (e um pouco mais do que isso, já que à direita na Europa há muito quem alinhe pelo mesmo discurso) estava, notoriamente, entusiasmada. Presumia-se que ia ser mais um iraquiano a amaldiçoar o presente. Quando o ouviram falar, a falta de entusiasmo foi evidente.

Três. Mais do que diferentes versões da mesma história, no caso do Iraque há diferentes visões da mesma história, mas aparentemente só uma é que é contada, só uma é que interessa.

O que se escreveu é uma tradução e uma selecção minha do que o vice-primeiro-ministro do Iraque disse. É uma versão fiel. Mas é, sobretudo, uma visão que nunca temos. Mais do que discutir, aqui, o Iraque, o que se passa e o que se deve passar, impressiona-me a facilidade com que fazemos de conta que sabemos tudo sobre o que manifestamente sabemos apenas uma parte. Nem por uma linha me ocorre dizer que não há mortos, terror, horror e erros. Mas gostava que a Europa, que nós, percebêssemos o resto também. A História ainda não está escrita; as histórias não estão, pelos vistos, todas contadas.

NUNO GAROUPA EM MADRID

¡HOLA MADRID!

O PRESENTE DOS REIS MAGOS PARA LEONOR... E ZAPATERO

O projecto de reforma constitucional do PP de Rajoy é aquilo que Aznar deveria ter feito quando teve a maioria absoluta em 2000. A pequena Leonor pode ser herdeira definitiva da Coroa espanhola

Ao confirmar-se que o segundo rebento dos príncipes herdeiros é uma menina, Leonor volta a estar na segunda posição na sucessão do trono. Existe um consenso alargado na sociedade espanhola sobre a necessidade de alterar a Constituição de 1978, no seu artigo 57, para abolir a preferência do varão sobre a mulher. Porém a reforma da Constituição espanhola, nos termos dos artigos 166 a 168, é um processo complicado. Enquanto em Portugal já vamos a caminho da oitava revisão, em Espanha nunca existiu uma reforma constitucional. Dada a dificuldade do processo constituinte procurou-se salvaguardar o consenso de 1978.

A reforma da sucessão da Coroa é regulada pelo artigo 168. Após a aprovação do projecto de reforma por uma maioria de dois terços em ambas as Câmaras (Congresso e Senado), terá lugar uma dissolução imediata das Cortes. As Câmaras eleitas devem ratificar o novo texto constitucional por uma maioria de dois terços. Aprovada a reforma pelas Cortes, será submetida a *referendum* para ratificação pelo eleitorado. Um processo politicamente custoso e longo. Para que Leonor seja herdeira definitiva da Coroa será necessário um acordo PSOE-PP, a dissolução das Cortes e a convocação de eleições gerais (com uma potencial alteração da maioria governamental) e um *referendum* (que será fundamentalmente um plebiscito à monarquia).

A pequena Leonor tornou-se pois uma questão política. Condiciona não só o calendário eleitoral (logicamente a reforma constitucional terá de acontecer pouco antes de se esgotar o tempo para o Governo PSOE, isto é, Março de 2008), mas levanta a delicada questão de referendar a monarquia. O PSOE desde sempre defendeu uma reforma constitucional mais abrangente que reforce as autonomias, altere significativamente o Senado (que passaria a ser designado pelos parlamentos autónomos) e integre as normas fundamentais da construção europeia. Por outro lado, o Partido Popular, transformado em guardião da Constituição por Aznar, recusava qualquer alteração ao texto constitucional, excepto o artigo 57. Até este mês de Dezembro.

De facto, a estratégia de Aznar e seguida por Rajoy levou o PP a um beco de imobilismo e conservadorismo excessivo. Para além de responsabilizar politicamente o PP por qualquer situação mais complicada na monarquia, seja um plebiscito pouco agradável, seja a possibilidade de um terceiro filho varão dos Príncipes das Astúrias vir a desalojar a pequena Leonor. Confirmando que se libertou da direita extrema, primeiro na aproximação à direita catalã (CiU) depois das eleições de 1 de Novembro, Rajoy avançou com um projecto de reforma constitucional. Diz o *El País* que deixou o PSOE atónito. Não espanta...

O projecto de reforma constitucional do PP é aquilo que Aznar deveria ter feito quando teve a maioria absoluta em 2000 e não fez. Primeiro propõe incrementar as maiorias necessárias para reformar os Estatutos autónomos bem como o Tribunal Constitucional e o Consejo General del Poder Judicial (o CSM espanhol) de metade para dois terços. Desta forma, jamais o PSOE poderá com os comunistas e os nacionalistas proceder a alterações para-constitucionais dispensando o PP como fez nos últimos dois anos.

A segunda alteração proposta pelo PP é o reforço das competências exclusivas e intransferíveis do Estado espanhol bem como clarificar certas competências já partilhadas (urbanismo, imigração). Exactamente o oposto da proposta socialista. A terceira alteração do PP é a garantia de recurso em última instância judicial para o Tribunal Supremo, desta forma contrariando o Estatuto catalão bem como as ambições do País Basco e da Galiza. A outra alteração importante é a derrogação das disposições transitórias sobre Navarra de forma a que não possa ser integrada no País Basco sem um *referendum* local. Precisamente um dos pontos quentes das negociações entre Batasuna e o Governo espanhol.

Essencialmente, a proposta de reforma constitucional do PP é simétrica da socialista contrariando a tese de que qualquer reforma da Constituição favorece as autonomias. Logo após o anúncio da proposta popular, os nacionalistas defenderam que é melhor não reformar a Constituição do que fazer qualquer concessão ao PP e os comunistas falam de retrocesso democrático. O PSOE começou por qualificar a proposta popular de delírio. Mas dando uma vez mais mostras de um apurado sentido político, Zapatero abriu oficialmente um período de negociação tendo entregue o processo à primeira Vice-Presidente do Governo, Maria Teresa Fernández de la Vega. Sabe que pouco poderá sair dessa negociação para além de alguns pontos pouco significativos, mas também sabe que não pode ser responsabilizado por qualquer fracasso na reforma da sucessão da Coroa. Por outro lado, recupera alguma vantagem sobre os nacionalistas demonstrando-lhes que não tem alternativa senão entender-se com o PSOE. Finalmente, uma possibilidade de aproximação ao PP, mesmo que ténue, abre caminho ao Governo quando a estratégia de negociar com a ETA deixou Zapatero num atoleiro muito complicado. Pode ser que os Reis Magos sejam generosos este ano não só com a pequena Leonor mas também com o Presidente do Governo.

ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

LONDON CALLING

O POLITICAMENTE CORRECTO: UMA NOVA TIRANIA?

As consequências mais graves da tirania do politicamente correcto na área académica não são os efeitos directos nos estudos e nos autores tomados como alvos preferenciais, mas a pressão exercida sobre o trabalho científico em geral

A influência do pensamento politicamente correcto atingiu nas sociedades ocidentais um tal nível que se torna razoável pensar que a liberdade de expressão e a liberdade académica poderão estar em perigo. Um bom exemplo da ameaça que a tirania do pensamento politicamente correcto constitui pode ser encontrado numa recente polémica motivada por um artigo sobre inteligência, desigualdade e saúde publicado por Satoshi Kanazawa no *British Journal of Health Psychology*.

No artigo em causa (*Mind the gap...in intelligence: re-examining the relationship between inequality and health*), o autor, docente e investigador na London School of Economics (LSE), analisa dados relativos a coeficientes de inteligência, desigualdade de rendimentos, desenvolvimento económico, taxas de mortalidade e esperança de vida em 126 países. As conclusões da análise apontam no sentido de a inteligência ser, em média, um factor determinante da longevidade e da saúde mais importante do que a riqueza ou a distribuição do rendimento.

A análise de Kanazawa assenta em alguns pressupostos controversos do âmbito da psicologia evolucionista e vários potenciais problemas científicos podem ser apontados ao estudo. A definição e medição da inteligência é uma matéria complexa e de difícil aplicação, ainda mais quando se trata de uma comparação internacional com esta dimensão. Por outro lado, a interacção entre múltiplas outras variáveis e os indicadores de inteligência e saúde das populações é igualmente um tema controverso e difícil de abordar convenientemente em qualquer estudo empírico. No entanto, importa ter também em conta que dificuldades similares se colocam a muitas outras análises estatísticas que são regularmente divulgadas em publicações científicas.

Ora, o que é preocupante na polémica gerada em torno deste caso é que a generalidade das reacções críticas ao trabalho de Kanazawa não têm por objecto os seus pressupostos ou métodos de análise mas sim as suas conclusões, consideradas inaceitáveis e "racistas" em si mesmas. Aliás, muitos dos mais ferozes críticos até admitem não ter lido o estudo, sem que isso os impeça de exigir a repreensão, censura pública ou mesmo o despedimento de Kanazawa.

A direcção da LSE, honra lhe seja feita, recusou-se sempre a condenar as conclusões do artigo e defendeu a liberdade académica, mas o facto é que as pressões – tanto externas como internas – atingiram uma dimensão impressionante. Uma representante da ONG Oxfam, por exemplo, classificou a investigação como "ridícula" e "muito irresponsável". Foi também apresentada e acesamente debatida na assembleia geral de estudantes da LSE uma moção que visava condenar publicamente o académico. A moção, argumentando que artigos como o de Kanazawa "contribuem para um clima em que teorias racistas se tornam aceitáveis" acabou por ser reprovada mas por uma pequena margem. Adicionalmente, foi promovido um abaixo-assinado denunciando o artigo por "poder ser lido como promovendo estereótipos raciais" e visando pressionar a direcção da LSE a condenar a publicação de qualquer tipo de investigação científica que possa "fornecer munições a quem deseja promover uma agenda racista". O leque de críticas incluiu denúncias de que o artigo constituía uma tentativa de branquear o colonialismo, o racismo (branco) e a exploração económica do continente africano por parte do Ocidente. Além disso, não podiam faltar as acusações de "etnocentrismo". Um académico sediado nos EUA foi mesmo ao ponto de usar o caso como ilustração da necessidade de a LSE empregar investigadores de origem africana capazes de "pensar e ensinar com base numa perspectiva afro-cêntrica".

A generalidade das críticas partilhou um traço comum: um estilo emocional em que a invocação de uma violação das regras do cânone politicamente correcto se sobrepõe a qualquer argumentação racional. Este é, infelizmente, um padrão que se tem tornado cada vez mais comum nas sociedades ocidentais. Basta recordar a forma como qualquer argumento económico contrário a uma medida considerada "progressista" é facilmente (des)classificado como sendo "economicista", independentemente da sua validade. Ou como o debate sobre o ambiente está cada vez mais contaminado por convicções eco-religiosas que levam a que qualquer dúvida ou contestação levantada à agenda dos ambientalistas radicais seja vista como uma heresia merecedora de condenação moral.

Em algumas áreas, como os "estudos de género", é até difícil descortinar onde acabam o activismo político e as causas politicamente correctas e começa a investigação científica propriamente dita. Acima de tudo, ao analisar casos como o de Kanazawa, importa ter presente que as consequências mais graves da tirania do politicamente correcto na área académica não são os (danosos) efeitos directos nos estudos e nos autores que são tomados como alvos preferenciais, mas o efeito inibidor que é exercido sobre o trabalho científico em geral. Especialmente quando a pressão para obter conclusões politicamente correctas é omnipresente e pode destruir carreiras.

CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

PASSAGEM PARA A ÍNDIA

EDUCAÇÃO À INDIANA

Segundo um estudo do *The Times*, a Índia coloca quatro universidades entre as cem melhores no ranking mundial das ciências sociais. Nenhuma portuguesa consta da lista. Como é possível?

O Fareed Zarkaria, Amartya Sen, Indra Nooyi, Lakshmi Mittal. O que é que esta nomenclatura indiana tem em comum, para além de ter penetrado o imaginário ocidental nos últimos anos? São todos nascidos e licenciados na Índia. O seu sucesso tem o carimbo do sistema educativo indiano.

A verdade seja dita: são quase todos oriundos de famílias cultas e abastadas. Mas são hoje a face visível de milhares de outros indianos anónimos que anualmente se formam na Índia e iniciam carreiras de sucesso. Não deixa de ser notável: um país tradicionalmente situado na periferia do sistema internacional, coloca, segundo um estudo do *The Times*, quatro universidades entre as cem melhores no *ranking* mundial das ciências sociais. Nenhuma portuguesa. Como é possível? Simples: ao contrário da Europa, onde meninos mimados se entretêm a brincar ao Maio de 68, aqui o estudante estuda.

Em Portugal dirigentes estudantis convocam greves sucessivas e, nas carnavalescas manifestações a caminho de S. Bento, abegões reclamam, aos berros, a morte do Estado, menos arroz na ementa das cantinas e internet sem fios nas esplanadas universitárias. Aqui na Índia, nas poeirentas bibliotecas, os estudantes, quando necessário, lêem à luz da vela e copiam livros inteiros à mão para pouparem em fotocópias. Nas residências, muitas vezes sem luz ou água, dormem quatro ou cinco juntos num quarto do tamanho de um *jeep* dos seus colegas abegões lusos. Poucos anos depois, os abegões trabalham na caixa do Continente, enquanto os indianos acedem a universidades e multinacionais de topo, pagos a peso de ouro.

Os Velhos do Restelo responderão que é normal, porque a pobreza não admite alternativa. Mentira. Um miúdo na Índia rende mais se engraxar sapatos ou ceifar trigo do que se for à escola. E nos colégios de elite, situados em palacetes no sopé dos Himalaias, com campos de golfe e mordomos, estuda-se com tanto ou mais esforço do que nas escolas rurais, onde nem para um quadro de ardósia há dinheiro. Claro que as condições materiais são importantes. Tal como o são as questões pedagógicas. O problema é que a tendência bem-pensante europeia rendeu-se à forma e à pedagogia. Esqueceram o essencial: educar, estudar e, se preciso, pôr os meninos a decorar.

É justamente o que se tem feito, com sucesso, aqui na Índia. E há muito tempo. Qual Bolonha, qual Coimbra. Há mais de mil e quinhentos anos, já a universidade de Nalanda, no actual estado do Bihar, atraía dez mil estudantes de todo o continente para estudarem matemática, astronomia ou filosofia.

Por isso, em vez de "rasca", os estudantes indianos são a "nata". Não esbanjam fundos comunitários em semestres de intercâmbio Erasmus, para se embebedarem nas noitadas e se orgulharem de não terem posto os pés nas aulas. Aqui, quem não dá o máximo arrisca-se a ser substituído. Mais de duzentos mil jovens candidatam-se anualmente ao Indian Institute of Managment de Bangalore. Apenas duzentos e cinquenta são aceites. É o reino da competitividade pura, dura e, acima de tudo, justa.

Nehru disse que "a universidade representa o humanismo, a tolerância, a razão, o progresso, a aventura das ideias e a procura da verdade". Por mais idealista que isso soe, pôs em funcionamento um sistema que hoje em dia forma gestores, cientistas, engenheiros e médicos, cuja excelência é cobiçada em todo o mundo, e toda uma classe intelectual – de académicos a artistas – que tem vindo a moldar de forma crescente a agenda política, económica e cultural internacional.

O lado mais negro do sistema educativo indiano também existe, claro. Enquanto que, no conforto dos auditórios, sociólogos se masturbam intelectualmente discutindo a pós-modernidade, no exterior mulheres grávidas renovam o edifício universitário, carregando tijolos nos ombros. Já o sistema de quotas leva a que semi-analfabetos das castas mais baixas acedam ao ensino superior, enquanto que outros candidatos, de maior mérito, mas nascidos numa casta mais alta, são excluídos. A competitividade também tem o seu preço: anualmente mais de quatro mil jovens preferem o suicídio à humilhação de enfrentarem a família com resultados que não correspondem às expectativas, isto é, o topo.

Mas as excepções só confirmam a regra. Figuras como Zarkaria, Sen, Nooyi e Mittal não são fruto do acaso ou representantes de uma típica elite terceiro-mundista assimilada. Reflectem a emergência indiana por via da educação e simbolizam o sucesso de um sistema flexível, democrático e inovador que, apesar de todas as suas limitações, está a provocar profundos rombos no casco do velho galeão que é a educação na Europa.

ENCONTROS
DOS JERÓNIMOS

ESTADO GARANTIA:
O ESTADO SOCIAL DO SÉC. XXI?

Encontro de Abertura
Estado Garantia: O Estado Social do Séc. XXI?
16 de Dezembro
(10h00 - 13h00)

2º Encontro
Estado Garantia: O Ensino Obrigatório
13 de Janeiro
(10h30 - 16h30)

3º Encontro
Estado Garantia: A Solidariedade Social
10 de Fevereiro
(10h30 - 16h30)

4º Encontro
Estado Garantia: A Saúde
10 de Março
(10h30 - 16h30)

5º Encontro
Estado Garantia: A Justiça
14 de Abril
(10h30 - 16h30)

6º Encontro
Estado Garantia: O Ensino Superior
19 de Maio
(10h30 - 16h30)

7º Encontro
Estado Garantia: A Regulação
16 de Junho
(10h30 - 16h30)

Encontro de Encerramento
Estado Garantia à luz da Ciência Económica
07 de Julho
(10h30 - 16h30)

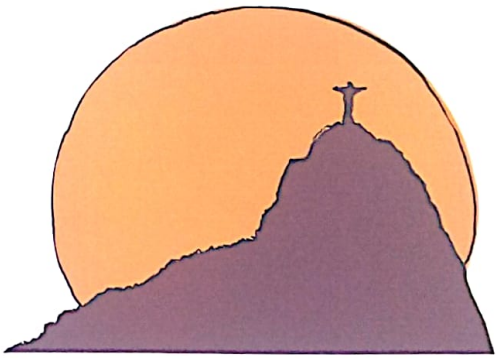
Uma Iniciativa da Revista NOVA CIDADANIA

JOÃO LUIZ NEVES NO RIO DE JANEIRO

BRASIL 40 GRAUS

NOTA DE DESESPERANÇA

Haverá um gradual aumento dos assuntos ambientais nas relações internacionais, culminando com guerras por motivos de sobrevivência por água e comida. O problema é que o modelo económico esgotou-se: não é que haja outro para substituí-lo



Ok, muitos de nós simpatizamos com o estilo de vida norte-americano; simpatizamos inicialmente, quem sabe, com a intervenção de Bush-filho no Iraque; a coisa desandou, e agora simpatizamos com a virada democrata na terra de Sam; ou, então, detestamos absolutamente o *american way of life* e ainda assim lemos esta revista. Seja qual for a equipa a que o leitor pertença, quando se sabe que os Estados Unidos produzem sozinhos vinte por cento de todo o gás carbónico lançado na atmosfera do planeta – gás esse responsável pelo efeito estufa que esquenta a Terra –, a gente começa a odiar aquela nação.

Caso se discorde dessa hipótese, convém lembrar que recentemente o cientista britânico James Lovelock alertou que até ao ano de 2040 o efeito estufa já terá mostrado ao que veio: eliminar da superfície de Gaia aquele ser que suga, suga e não produz nada. Diz ele que o planeta é um ser vivo e, como tal, age como ser vivo, defendendo-se. Tal bactéria num mamífero, os leucócitos saem em busca do bichinho. A humanidade é a bactéria de Gaia e até 2100 oitenta por cento dela terá sido dizimada de sua casa. Os vinte por cento restantes estarão encurralados nas regiões setentrionais ou nos Andes, mesmo assim, vivendo como hoje africanos carentes vivem em regiões secas daquele continente. (Talvez agora já dê para começar a odiar os gringos pelos seus gases...).

Transcrevo, a seguir, o comentário particular e informal, de quatro parágrafos, do diplomata brasileiro Leonardo Enge sobre o tema:

«Acho que a questão ambiental é tratada de maneira pouco racional e excessivamente passional. Estou de acordo, por exemplo, com o que o Lovelock diz na entrevista (www.diplomaciaenegocios.com.br/ntc.asp?Cod=1047) a respeito da energia nuclear (ele é a favor). Mas vá você dizer isso por aí e será tratado como um imbecil, porque as pessoas acham mais 'racional' aproveitar nosso imenso potencial hidroeléctrico, alagando áreas do tamanho de pequenos países e destruindo ecossistemas inteiros, do que administrar os dejectos nucleares. O que quero dizer com isso é que, de modo geral, as pessoas não estão dispostas a discutir todas as opções disponíveis em bases estritamente racionais.

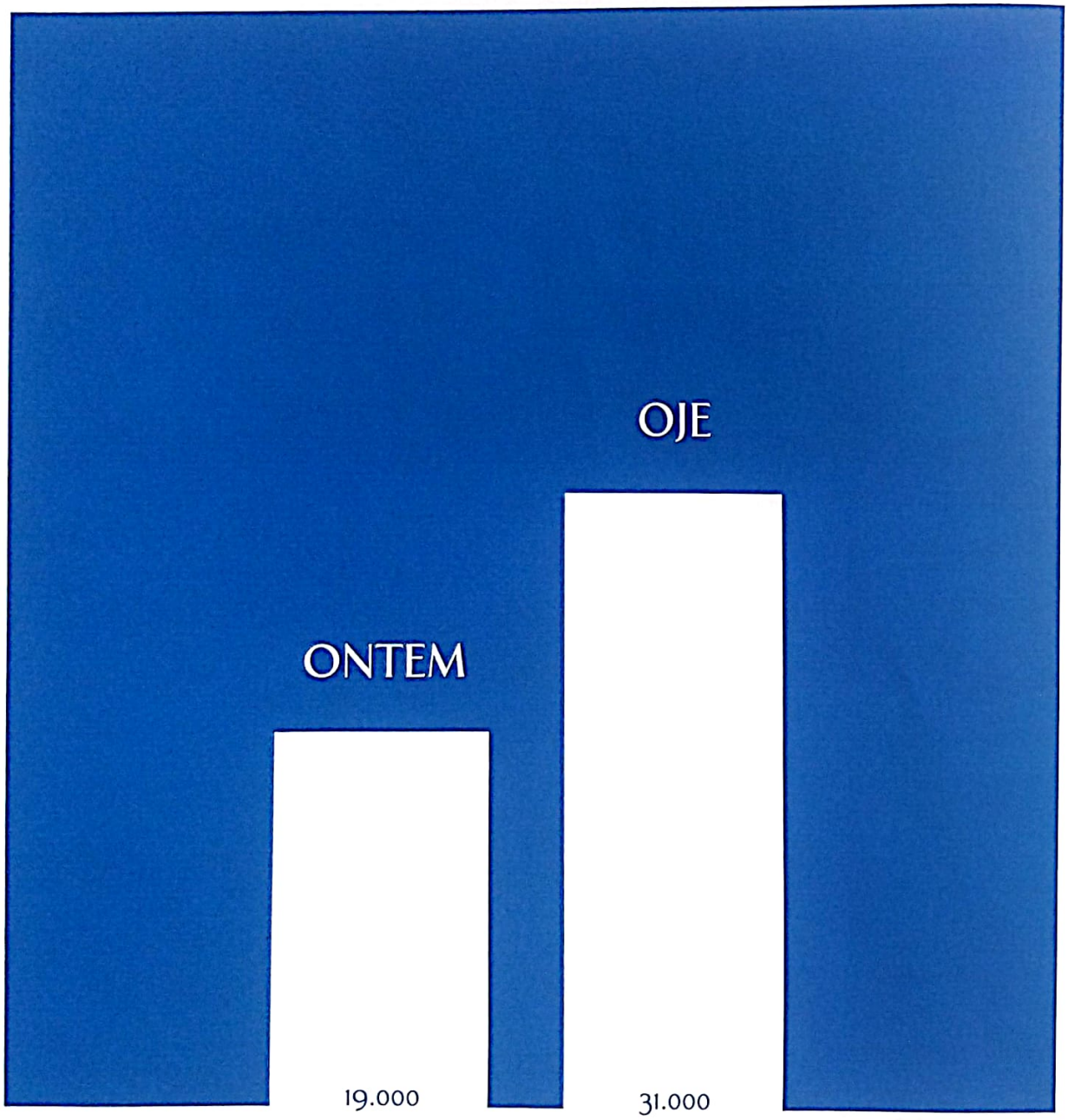
Outro problema é a questão da possível irreversibilidade de certos fenómenos, que, uma vez desengatilhados, se retroalimentam e tendem a não parar mais. Por exemplo, há uma quantidade astronómica de gás carbono dissolvida nos oceanos. Ora, se o efeito estufa 'man-made' fizer a água do mar superar uma dada temperatura média, que não se conhece ao certo, esse gás carbónico dissolvido na água passa a ser liberado na atmosfera, o que intensifica o efeito estufa, aquece mais a água do mar e libera mais gás carbónico, *and so on*... Os astrofísicos especulam que esse seja o tipo de processo – um efeito estufa natural – que levou Vénus às temperaturas médias que tem hoje, na faixa das centenas de graus.

Em princípio, creio que os mercados ao sinalizarem os níveis de escassez ao homem por meio do sistema de preços forçam-no a usar os recursos de maneira mais eficiente, substituindo processos, matérias-primas e tecnologias. O argumento que se usa por aí para atacar a China, que costuma ser do tipo 'se um bilhão de chineses quiserem ter um carro o planeta acaba', é obviamente falacioso. O que acontece nesse caso é que eles acabam, sim, tendo carros, e no processo surgem carros mais económicos, menos poluentes, etc. Mas problemas como os que mencionei NÃO SÃO (sublinhado dele) necessariamente solucionáveis pelo mercado, porque não há garantia de que se gere tecnologia a tempo – ou capaz – de conter as forças da natureza.

Quanto ao planeamento familiar, a transição demográfica está em curso a nível global, exceptuando-se a África, e ao longo deste século chegaremos a um determinado patamar. Mas ainda assim teremos que lidar com o problema da pressão sobre os recursos naturais, como algo em torno de 9 ou dez bilhões de pessoas – talvez mais – durante muitos anos, antes que a população mundial entre em declínio. Tenho certeza de que daqui por diante essa pressão será um dos maiores focos de tensão, senão o maior, nas relações internacionais».

Terminada o discurso do secretário, penso que haverá um gradual aumento dos assuntos ambientais nas relações internacionais, culminando com guerras por motivos de sobrevivência por água e comida. O muro que separa o México e os EUA já é um indicativo das possíveis migrações futuras em busca do extremo Norte – actualmente por motivos económicos. O problema é que o modelo económico esgotou-se; e não é que haja outro para substituí-lo. A inexorabilidade dos processos climáticos e demográficos, junto com as falências no abastecimento de suprimentos e nos serviços, de pouco em pouco causarão o colapso do funcionamento das sociedades como elas são hoje organizadas. Sem falar nas doenças. A fascistização deverá ser uma tendência espontânea, neste caso, radical de evolução da espécie.

A humanidade finalmente enfrentará "colectivamente" o processo natural – e filosófico – de sua própria existência: a de «um ser para a morte» (Heidegger). Isso, em apenas cem anos.



Circulação paga de jornais diários de economia e negócios

Em apenas três meses, o OJE foi responsável pelo crescimento do mercado de jornais de negócios em 62%. Por isso, também não é de estranhar que se tenha tornado em tão pouco tempo no 2º jornal com maior circulação nesta categoria. Se OJE é assim, imagine amanhã.

OJE
O JORNAL ECONÓMICO

JOÃO MIRANDA

A AMEAÇA RUSSA

"Quando se alega que a União Europeia depende do gás fornecido pela Rússia e que isso dá a Moscovo uma vantagem estratégica não se está a considerar o ponto importante de que se está perante uma relação de troca mutuamente vantajosa"

Apesar de dominar metade do maior super-continente do planeta e grande parte das matérias-primas mundiais, a União Soviética perdeu a Guerra Fria. Perdeu-a porque uma autarcia económica, por mais meios que controle, não pode suplantar estratégias tão subversivas como as seguidas pelos agentes das economias de mercado. No entanto, há quem tema que se a Rússia seguir estratégias económicas muito semelhantes às seguidas pela União Soviética poderá tornar-se uma ameaça para a União Europeia. Uma das teorias mais em voga é a ideia de que a Rússia poderá usar a sua posição enquanto maior fornecedor de gás natural à União Europeia para a condicionar politicamente.

Esta teoria está incorrecta porque não incorpora os efeitos dos mais elementares mecanismos de mercado. Quando se alega que a União Europeia depende do gás fornecido pela Rússia e que isso dá a Moscovo uma vantagem estratégica não se está a considerar o ponto importante de que se está perante uma relação de troca mutuamente vantajosa. Os consumidores europeus consideram que o gás russo vale mais do que os bens e serviços que poderiam comprar com o mesmo dinheiro. E os produtores russos consideram que os bens e serviços que podem comprar com o dinheiro que os europeus lhes pagam vale mais do que o gás que vendem.

Se os russos decidirem cortar fornecimento de gás à União Europeia, os europeus limitar-se-ão a optar por aquela que é a sua segunda melhor opção: usar o mesmo dinheiro para comprar bens e serviços que hoje optam por não comprar porque preferem o gás russo. Os russos por seu lado estarão a optar por uma opção que agora consideram pior. Isto é, estarão a abdicar de bens e serviços que o dinheiro europeu lhes consegue proporcionar em troca de poder político. O problema para os russos é que, para além de abdicarem de bens e serviços que agora consideram valiosos, estão também a abdicar da sua reputação, enquanto parceiro comercial fiável, em troca de um poder político que será necessariamente temporário.

Claro que se os russos cortarem o fornecimento de gás natural de surpresa, os consumidores europeus terão prejuízos temporários decorrentes de terem que passar de uma fonte de energia para outra. No entanto, os europeus já sabem disso. As grandes empresas de energia sabem disso, os grandes consumidores sabem disso, os grandes investidores sabem disso. Um eventual corte do fornecimento de gás natural não será propriamente uma surpresa. Os preços da energia e os investimentos que já estão a ser realizados já reflectem essa possibilidade.

Todos os grandes *players* do mercado energéticos sabem que podem ganhar dinheiro apostando correctamente naquilo que os russos poderão fazer no futuro. Se há dinheiro a ganhar há também um incentivo para tomar medidas correctas, o que implica que o mercado tem mecanismos de gestão de risco suficientes para lidar com a imprevisibilidade da política energética russa.

A pior estratégia contra o autarcismo é o autarcismo porque o autarcismo prejudica, em primeiro lugar, aqueles que o adoptam. Sendo o comércio mutuamente vantajoso, aqueles que abdicam do comércio por razões políticas prejudicam-se a si próprios. Isto é tão verdadeiro para a União Europeia como para a Rússia. Caso a Rússia opte pelo autarcismo com o objectivo de prejudicar a União Europeia tanto melhor para a segurança europeia, porque o autarcismo tenderá a enfraquecer, em primeiro lugar, a Rússia.

Ao autarcismo deve responder-se com liberdade comercial. À ameaça de boicote e ao proteccionismo deve responder-se com mais liberdade para cada cidadão seguir em liberdade a sua própria estratégia comercial. Por isso, a União Europeia não deve tornar-se numa autarcia para derrotar os russos. Deve deixar que o autarcismo dos russos a derrote.

A melhor forma de dissuadir a Rússia de usar o gás como arma política é deixar que as acções da Rússia sejam avaliadas por mercados livres e não por políticos. Os mercados tenderão a cobrar à Rússia, por antecipação, cada indefinição política e cada indício de utilização da energia para fins políticos e os russos não gostarão de pagar esse preço. Os políticos tenderão a avaliar pior que os mercados a intenção dos russos porque, enquanto os mercados tendem a punir de forma eficiente as más previsões, o sistema político tolera políticos que sistematicamente fazem escolhas erradas.

Actualmente, o desconhecimento que os políticos têm dos mercados leva-os a sobre-avaliar a ameaça russa. Esta sobre-avaliação tem graves custos para a sociedade, porque os governos procuram lidar com essa suposta ameaça russa da pior forma possível, isto é, penalizando o livre comércio e promovendo o autarcismo. Ao limitarem a liberdade de escolha dos agentes de mercado, os políticos forçam a economia a pagar, por antecipação, um preço por uma ameaça que é acima de tudo uma ameaça para os próprios russos.

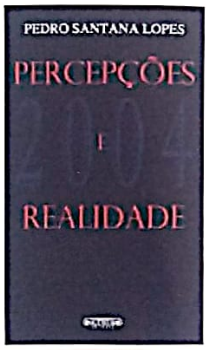
GOSTOS

LIVROS

OS NOSSOS POLÍTICOS

PEDRO SANTANA LOPES, PERCEPÇÕES E REALIDADE - 2004, LISBOA, ALÊTHEIA EDITORES, 2006, 423 PP.

POR RUI RAMOS



Como diria Maquiavel, Santana Lopes apostou na "fortuna" e esqueceu a "virtude". Ao fugir a eleições, viu-se no governo sem sequer dispor de "margem política para substituir ministros", "politicamente amarrado". Só no livro o percebeu

Em *Contos Proibidos*, Rui Mateus tentou fazer a história do processo da liderança do PS no tempo de Soares. Com os seus apontamentos sobre a "crise de 2004", Pedro Santana Lopes acabou por fazer o processo equivalente para o PSD no tempo dele e de Durão Barroso – só que, como Monsieur Jourdain, sem o saber. A história começa em Junho de 2004, era Santana presidente da Câmara de Lisboa. Tinha então, como ele lembra, a reputação de «ganhar eleições sozinho» (p. 273).

Na verdade, o seu poder derivava, não tanto de uma qualquer força eleitoral invencível, mas sobretudo da sua harmonia com o primeiro-ministro Durão Barroso, que o promovera a principal caixa de correio dos pedidos e queixas endereçadas ao governo. Santana dependia dessa relação para as mais pequenas coisas: por exemplo, era dos ministérios que lhe vinha a "informação" que usava nos debates televisivos semanais com José Sócrates (p. 326). Ora, o eixo Santana-Barroso nada tinha de ideológico. Santana discordava até das restrições financeiras do governo. Entre ele e Barroso, porém, havia este pacto: Santana só podia querer, em termos de lugares do Estado, o que Barroso não quisesse. Por isso, chegou a pensar na Presidência da República, porque era aquilo que Barroso não queria. Santana respeitou sempre o pacto: «o entendimento pessoal era muito importante para mim» (p. 35). Eis a política resumida à partilha de lugares entre amigos.

Subitamente, na noite das eleições para o Parlamento Europeu, a 13 de Junho de 2004, Barroso anunciou-lhe que já não queria ser primeiro-ministro. Santana passou então a poder querer ser primeiro-ministro. Mais: tentou agarrar a oportunidade. Sabia que «é uma possibilidade que acontece uma ou duas vezes [...] na vida de muito poucas pessoas» (p. 15). E por isso mesmo, não quis eleições antecipadas. O desastre das europeias tinha-lhe dado razões para desconfiar do eleitorado. Ora, a alternativa à ida a votos era pôr-se nas mãos do Presidente da República, deixando-se nomear por Jorge Sampaio como um simples herdeiro de Barroso. Foi a opção de Santana. Por isso, a sua principal preocupação, ao formar governo, consistiu em agradar ao Presidente («não teve nenhum ministro que não gostasse»). Tentou tudo para estabelecer com Sampaio uma cumplicidade amigável, seguindo aliás um conselho de Barroso. Leia-se a confissão de Santana nas páginas 128-131: «deixei crescer a influência presidencial no sistema de governo»; «procurei fazer com que o presidente sentisse que era um pouco o seu governo», que «comigo podia governar um pouco». Em suma, entregou o poder a Jorge Sampaio, fazendo do governo uma espécie de governo de iniciativa presidencial.

Santana não foi ingénuo, mas calculista: apostou em que Sampaio nunca pudesse tirar todas as consequências da situação. Para subir ao poder, explorou o efeito de chantagem patriótica derivado da oportunidade de um português presidir à Comissão Europeia. Para continuar, apostou no medo de Sampaio do "precedente" da dissolução de uma Assembleia da República com maioria absoluta estável. De resto, esperou que uma alteração de conjuntura lhe permitisse passar dois anos a dar rebuçados depois da dieta de Durão Barroso. Acima de tudo, confiou na própria ronha de velho tarimbeiro da política. Para começar, fez do governo uma espécie de clube de amigos e conhecidos (p. 278). A expressão «que eu há muito conhecia» é aplicada em demasiados casos a demasiados dos seus colaboradores. Procurou enredar rivais e adversários: por exemplo, recusou António Borges para ministro, mas ofereceu-lhe um lugar na CGD (p. 290).

Por fim, tentou apaziguar o Presidente e as esquerdas. Sem problemas, consentiu que os ministros lhe aconselhassem a que «não se deveria falar mais na necessidade de reformas» (p. 278). Pensou mesmo em acabar com os «cortes», e abandonar «a regra dos 3%» (p. 251). Deixou-se tentar pelo que sibilinamente descreve como dar «serenidade» à «política externa», isto é, recuar no atlanticismo de Barroso, deixar de «falar alto», voltar à ONU e esquecer a cimeira dos Açores (pp. 156-157). Brincou até, vagamente, com a hipótese de saciar o desejo de vingança do PS no caso do procurador-

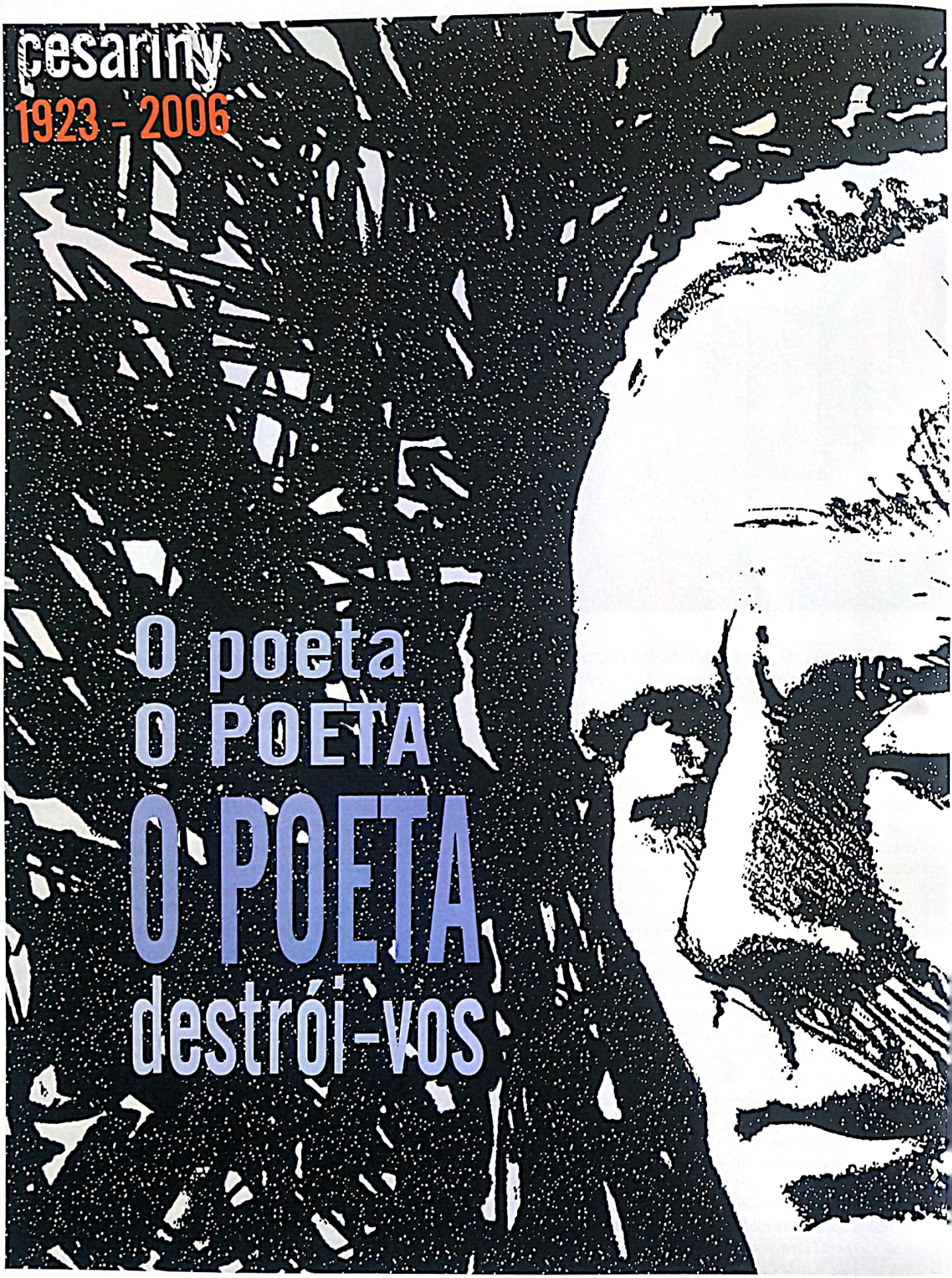
geral da República (pp. 226-227). Dispôs-se mesmo a dar «algumas vitórias» a Carvalho da Silva, na esperança de seduzir a CGTP para um Pacto Social (p. 275). A esquerda, infelizmente para ele, não apreciou as concessões.

Em termos maquiavélicos, Santana apostou na "fortuna", em vez de na "virtude". Ao fugir a eleições, viu-se no governo sem sequer dispor de «margem política para substituir ministros» (p. 159), «politicamente amarrado» (p. 314). Só no livro percebeu: «tinha chegado àquelas funções, mas nunca tinha conquistado o meu espaço próprio» (p. 318). Era, na prática, um intruso. Passou por isso o seu tempo no governo a tentar «ganhar direito a existir» (p. 375). Nada lhe pôde correr bem. Santana terá talvez razão quando diz que não houve mais «trapalhadas» no seu tempo do que no de Sócrates. Só que o seu problema não era administrativo, mas político. Também terá razão quando se queixa do jogo cruel a que Sampaio o sujeitou, acarinhando-o em privado e rasteirando-o em público. Mas foi ele que se pôs a jeito. Durante quatro meses de governo viveu num universo de pequenas coisas, de detalhes e insignificâncias a que a sua vulnerabilidade política emprestava dimensões fantásticas. De férias em Ibiza, Santana recebeu um fax com o artigo de Correia de Campos, num jornal de Lisboa, a criticar essas férias (p. 144). Porquê? Porque constava que Correia de Campos era amigo de Jorge Sampaio, e a preocupação principal do chefe de governo de Portugal era auscultar todas as vibrações, mesmo por interposta pessoa, da alma presidencial. Exactamente como os políticos de corte na época de Luís XIV, sempre angustiados com os humores do rei.

Durante anos, houve quem tomasse Santana Lopes por um líder "carismático e populista", como ele dissera que deveriam ser os líderes do PSD, à imagem de Sá Carneiro. Valerá a pena fazer comparações? Em 1980, Sá Carneiro não tentou segurar-se no poder deixando Eanes "governar um pouco", mas propondo um modelo de sociedade diferente ao eleitorado. O contraste não podia ser maior. Argumenta Santana que «se tivesse a certeza sobre Sampaio que Sá Carneiro tinha em relação a Eanes, não aceitaria condicionantes» (p. 137). Mas são essas certezas que distinguem os líderes com talento político.

Que género de político é então este "populista" sem povo? Na primeira página do livro, ficamos a saber que já tinha, aos vinte e cinco anos, uma certa importância política. De facto, a história de Santana é a de uma geração a que a revolução de 1974 permitiu aproximar-se precocemente do poder. À esquerda, a gente da idade de Santana ainda teve de enfrentar a hierarquia herdada do antifascismo. Mas à direita, devido à queda e descrédito dos salazaristas, todos os gabinetes ficaram acessíveis aos mais novos. O poder deixou de ter mistério para eles. Conhecem bem os cantos à casa. É curioso o modo como, no livro, Santana vai recenseando as relações e as cumplicidades de toda a gente. Nenhuma manobra lhe escapou: por exemplo, o desespero de Morais Sarmento para reter, no novo governo, a «responsabilidade dos contactos com os meios empresariais», que eram uma «fonte de poder político» (p. 161). No mapa de Santana, não há áreas desconhecidas. Até os lugares lhe são familiares há muito tempo: quando lhe mostraram o seu gabinete de primeiro-ministro na Gomes Teixeira, notou que era o mesmo que, vinte e quatro anos antes, já tinha sido o seu enquanto assessor jurídico do primeiro governo da AD. Acaba por se gabar: «alguém como eu já tem alguns anos destas andanças» (p. 160). Foi isto que o perdeu. Santana e os seus contemporâneos habituaram-se a confiar na sua própria habilidade: para improvisarem um discurso, ou para improvisarem um governo; para comprometerem amigos, ou para enrolarem inimigos. Tornaram-se exímios na criação de "percepções" e "factos políticos". Comportam-se como se não houvesse mais mundo para além das suas intrigas. Por isso, Santana acreditou que podia safar-se sem eleições. No fim do livro, arrependido, faz promessas: «Nunca mais aceitarei um poder que não seja meu, porque falta a força da legitimidade» (pp. 347-348).

Há aí alguém que queira acreditar mais uma vez?


cesariny
1923 - 2006
O poeta
O POETA
O POETA
destrói-vos

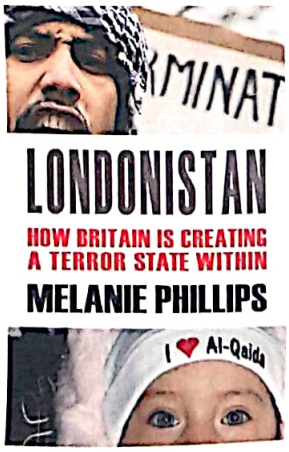
COMO SE CRIA UM AMBIENTE DE TERRORISMO

MELANIE PHILLIPS, LONDONISTAN: HOW BRITAIN IS CREATING A TERROR STATE WITHIN, LONDON, GIBSON SQUARE, 2006, 304 PP.

POR BERNARDO PIRES DE LIMA

Uma das lições do mundo pós-11 de Setembro é que a orfandade de uma certa esquerda terminou. Aqueles que se viram desprovidos de abrigo ideológico e de causas com a derrocada do império soviético têm desde a emergência do terrorismo islâmico a paternidade encontrada. Diríamos mesmo que tanto o pai como a mãe têm agora rosto e chamam-se, respectivamente, anti-semitismo e anti-americanismo.

Afinal, que tem isto que ver com o terrorismo islâmico contemporâneo, com os ataques de Julho de 2005 em Londres ou com um dos livros mais polémicos actualmente em Inglaterra? Tudo. Mas vamos por partes. Primeiro, a tese deste livro assenta na premissa que o radicalismo islâmico tem vindo a dominar os países muçulmanos. A partir daqui, desenvolveram uma cultura jihadista universal com base na doutrina dos anos 1950 de Sayed Qutb, Sayed Maududi e Ali Shariati, perfeitamente anti-semita e aniquiladora de tudo aquilo que o Ocidente – infiel, portanto – representa. Segundo, a disposição conservadora de Melanie Phillips – colunista do *Observer*, *Sunday Times* e *Daily Mail* – revela um conjunto coerente de argumentos que retratam as consequências desastrosas das políticas multiculturais britânicas, desde a grande vaga de imigração paquistanesa, indiana e do Bangladesh, iniciada na década de 1970. Para Phillips, os sucessivos governos britânicos revelaram um total descuido no tratamento político dado à minoria muçulmana, permitindo que esta, já em 1980, tenha proclamado a jihad anti-Ocidente em solo inglês, nas barbas das autoridades oficiais.



Por outras palavras, este livro procura demonstrar e bem, que o multiculturalismo tão enraizado na nova cultura de esquerda pós-1989 e 2001, resvalou para o que aconteceu a 7 de Julho de 2005 em Londres, quando quatro radicais muçulmanos, aparentemente integrados na sociedade e de nacionalidade inglesa, procederam à matança sem piedade de um estilo de vida que abominam, porque são incapazes de a acompanhar, mas que escolheram para viver. O que este livro prova é que Londres perdeu autoridade para inverter este ciclo se não colocar o multiculturalismo na gaveta tal como há uma década atrás o Labour o fez com o socialismo.

RIDÍCULO

MARK LEONARD, SÉCULO XXI, A EUROPA EM MUDANÇA, LISBOA, EDITORIAL PRESENÇA, 2005, 159 PP.

POR HENRIQUE RAPOSO

Este livro é ridículo. R-I-D-Í-C-U-L-O. Mark Leonard, um dos gurus da "Europa", personifica a ignorância e a arrogância do eurocentrismo que aflige as elites europeias. E só há duas maneiras de abordar este manifesto: considerá-lo uma manifestação de humor involuntário (devido à ignorância relevada no que diz respeito à política extra-Europa) ou encará-lo como um acto de propaganda disfarçado de análise. As duas hipóteses são verdadeiras.

Leonard afirma que a «Europa irá ser a influência política dominante do século XXI» (p. 14). A Ordem Internacional criada pelos EUA em 1947 tem os dias contados. Já estamos, aliás, no mundo «pós-americano» (p.137). Vai nascer uma Ordem baseada num novo tipo de Poder; o Poder específico da «Rede Europa» (p. 49): o *poder transformativo* (Bruxelas atrai países para o seu interior sem usar a força político-militar tradicional). O resto do mundo vai seguir o exemplo da União Europeia, isto é, cada região geográfica criará a sua União *transformativa*. O Mundo dividir-se-á não por regimes políticos mas por regiões geográficas (não há mapa político, apenas mapa geográfico; como na escolinha). E, atenção, até a China é a… nova Europa: «o segredo da China é que […] se está a tornar cada vez mais como a União Europeia […] a ascensão da China pode vir a ser um dos factores fundamentais que conduzam ao 'novo século europeu'» (p. 126). Foi V. que pediu um autista?

E enquanto elogia os progressos democráticos dessa grande Europa que é a China, Leonard critica, claro, os EUA. Este livro é, na verdade, um livro sobre os… EUA (o livro começa com uma estória passada em… Washington). A cada argumento, a Europa é definida como a Não-América. A Europa deve ser o antípoda político da América. América faz *X*? Então, a Europa deve fazer *Y*. Leonard matou a Europa. Temos apenas a Não-América.

Mark Leonard trabalha num *think tank*: Centre for European Reform. Este livro revela o problema típico destes *think tanks* "europeístas": não fazem análise crítica; fazem ideologia. Leonard afirma que o mundo será "europeu" no preciso momento em que ocorre o declínio da Europa e a ascensão da China, da Índia, do Brasil, da África do Sul e muitos mais. Isto só pode ser classificado como propaganda. Ponto. Este livro não é a demonstração de uma análise livre. É um panfleto pan-europeísta que faz lembrar os panfletos nacionalistas do século XIX.

A CREDIBILIDADE EUROPEIA JOGA-SE NA DEFESA

STEVEN EVERTS, LAWRENCE FREEDMAN, CHARLES GRANT, FRANÇOIS HEISBOURG, DANIEL KEOHANE AND MICHAEL O'HANLON, A EUROPEAN WAY OF WAR, LONDRES, CENTER FOR EUROPEAN REFORM, 2004, 74 PP.

POR BERNARDO PIRES DE LIMA

Escrito por um conjunto de importantes académicos europeus e norte-americanos após as tensões transatlânticas geradas pelo Iraque, este conjunto de ensaios anda em redor de uma questão central: sendo certo que a

União Europeia (UE) deve credibilizar o seu papel internacional através da sua capacidade militar, de que forma esta se deve pautar no futuro?

Todos os autores concordam que deve existir uma abordagem europeia às matérias da defesa e segurança que, embora não concorrente com Washington, seja capaz de potenciar as suas capacidades militares de uma forma que os EUA não estejam vocacionados. Lawrence Freedman, conceituado professor no King's College de Londres, resume em traços gerais o caminho europeu: os europeus não devem estar obcecados em equilibrar o poder americano. Esta situação levar-nos-ia a voluntarismos patéticos que poriam não só em causa o projecto europeu tal como ele se foi construindo, como colocaria a coesão interna da UE em causa, obrigando os seus membros a optar entre duas esferas de segurança – NATO ou UE –, aliás, como o Iraque de certa forma revelou.

A proposta deste livro é a da necessidade da UE reforçar a sua capacidade militar, de forma a conseguir enfrentar as ameaças à sua segurança (ver *European Security Strategy*, 2003) numa área geograficamente próxima. Por outro lado, e porque é também consensual que a Europa não conseguirá travar uma grande guerra sem os EUA ao seu lado, deve a UE focar-se na sofisticação do equipamento, na composição de forças rápidas e móveis e nas matérias de *peacekeeping*, sem que isto represente uma ausência de capacidade militar forte. Pelo contrário, apenas este vector garantirá credibilidade a uma desejada política externa comum, reforçando o papel internacional da UE, partindo do princípio que aquilo que está escrito na *European Security Strategy* não é letra morta: um papel global para a UE.

Dois pontos finais sobre a cooperação reforçada com a NATO. Charles Grant, por exemplo, aponta a inevitabilidade do entendimento, relativizando se a Europa deve ter capacidade autónoma dentro da NATO ou da UE: o importante é a parceria estratégica. Por fim, Washington deverá apoiar o projecto europeu nesta matéria tendo garantia prévia que a parceria atlântica se mantenha, até porque o Iraque demonstrou que esta é inevitável para a política externa americana, tome esta o rumo que tomar.

ALEMANHA: 8 OU 80

ERNST JÜNGER, A GUERRA COMO EXPERIÊNCIA INTERIOR, LISBOA, ULISSEIA, 2005 [1922], 128 PP.

POR HENRIQUE RAPOSO

Ernst Jünger (1895-1998) é um senador da língua alemã; ficará na História como um dos grandes cronistas da Guerra, da alma do soldado. Neste livro de 1922, o escritor Jünger descreve aquilo que o soldado Jünger sentiu e pensou durante a guerra das trincheiras. É um manifesto típico do vitalismo romântico anterior a 1945. Um manifesto por um Homem guerreiro; uma elevação da Guerra à condição de experiência ontológica fundamental. A Guerra como fenómeno épico. E estético. E ético: «uma verdade radiosa: a morte por uma convicção é a suprema perfeição» (p. 106). Hitler chamou-lhe um figo.

Este Homem vitalista, cantado por Jünger, adere à Guerra através de uma pulsão pré-política. A Guerra não é um fenómeno político (exterior; entre homens) mas ontológico (interior; dentro do Homem). A Guerra «não nasce das obras de alguns diplomatas e homens de Estado»; as «verdadeiras fontes da guerra jorram do mais fundo do nosso peito» (p. 50). Aqui, a Guerra não é a continuação da Política por outros meios. É a consumação da ética humana. E o Homem não pode fazer nada politicamente para evitar a presença constante da Guerra. Jünger concebeu uma essência humana condenada a uma Anarquia guerreira pré-política.

Ora, é curioso comparar o vitalismo romântico de Jünger com o espírito universalista da elite germânica actual. Jürgen Habermas, Ulrich Beck, etc. recriaram um mundo pós-político. Proclamaram o fim do Estado e da Nação; um mundo de uma *política doméstica internacional*, gerido por uma Lei Universal; uma Lei que, pelo diálogo multilateral, através da Ética de Discussão Universal, é capaz de gerir a Humanidade como um Todo. Ou seja, do irracionalismo distópico e pré-político de Jünger, passámos ao racionalismo utópico e pós-político de Habermas. Dos subterrâneos do belicismo ontológico para a estratosfera do pacifismo comunicacional. Da Guerra por debaixo da História para o Diálogo acima da História. Há aqui um padrão: Jünger e Habermas são apolíticos e ahistóricos. Ambos revelam o vício (eterno?) da filosofia alemã: giram em torno de um único Homem, de uma única essência humana. *Pluralismo* deve ser muito difícil de pronunciar em alemão.

A história alemã é uma montanha russa: o Homem guerreio pré-político cedeu o lugar ao Homem dialogante pós-político. Do 8 apolítico de Jünger passámos ao 80 apolítico de Habermas. Parecem diferentes, mas ambos pugnam pelo mesmo: um mundo apolítico dominado por uma Unidade filosófica. Os alemães percebem de muita coisa, mas não percebem nada de Política, essa coisa irritante feita por homens e não por um Homem.

HENRIQUE RAPOSO

GILDA OU RITA

A.J.P. TAYLOR, EUROPE: GRANDEUR AND DECLINE, LONDON, PENGUIN, 1967, 375 PP.

Este A.J.P. Taylor foi arrancado a um alfarrabista teimoso, londrino desdentado e maldisposto, algures naquela rua que um dia hei-de ter em Lisboa: a Charing Cross Road. A Charing Cross é, em simultâneo, o altar, o paraíso, o harém e o bordel do bibliómano. Nada melhor, portanto, para introduzir A.J.P. Taylor (1906-1990), provavelmente o maior historiador britânico do século XX. Um homem que recusava tirar «lições da história» porque não tinha «nenhum sistema» nem «nenhuma interpretação moral» (p. 7). É, por isso, um autor desconhecido em Portugal, país conhecido por ser uma sucursal da moral marxista.

Em *Europe: Grandeur and Decline*, Taylor reuniu 53 ensaios, escritos entre 1943 e 1955, sobre diversos temas e, sobretudo, personalidades europeias dos séculos XIX e XX. Mas porquê regressar a Taylor neste momento? Para se perceber o tema do momento nos EUA: o regresso dos realistas depois do fracasso dos esquerdistas convertidos ao culto do Poder, os neoconservadores. Neste momento, os neocon (Kagan, Kristol) são os grandes guardiães da grande tradição iluminista ocidental. Atacam a predisposição conservadora de Kissinger e Baker à boa maneira esquerdista: o realismo, dizem, é "reaccionário". A ligação entre o neocon e a direita é tão íntima como o elo entre o Árctico e o camelo. As discussões entre esquerdistas europeus e neocons americanos são assuntos de família (eis o segredo destes últimos anos).

Os neocon consideram os realistas como "amorais". Figuras históricas como Bismarck ou Kissinger são reduzidas a uma dimensão caricatural: monstros amorais que defendem o *Ancien Regime*, ou seja, as velhas ideias da Velha Europa; ideias incompatíveis com a *City upon the Hill* do Novo Mundo. Para contestar esta visão superficial, não há nada melhor do que recuperar um grande historiador da velha Europa (a genuína, não a de Chirac e Schroeder). A.P.J. Taylor é o homem ideal para nos ajudar a compreender os grandes realistas do passado como Otto von Bismarck (1815--1898). Sem moralismo, sem provincianismo do presente, sem veredictos de fim-de-história.

Taylor recorda-nos a diferença central entre o optimista progressista (aquele que acredita) e o céptico conservador (aquele que duvida). O optimismo político determina uma linear meta histórica (expandir a democracia, no caso neocon). O céptico, como Bismarck, não pretende levar a História para lado nenhum. Não quer o sublime no futuro. Quer apenas a dignidade no presente. Não quer fazer o Bem para a fictícia Humanidade; quer somente evitar o pior para os homens reais. O grande feito de Bismarck «foi manter a grandeza alemã dentro dos limites» (p.87). Enquanto foi possível, o Chanceler de Ferro controlou a loucura germânica. Como? Através daquilo que Taylor descreveu como «*a choice of evils*» (p. 234). Numa época de guerras justas, a nossa, convém lembrar que as guerras não são justas ou injustas. Ou são necessárias ou desnecessárias. Uma guerra ou é um «*lesser evil*» (p. 96) ou não é.

Os realistas, ao contrário do que julgam os neocon, não são amorais. Têm é uma moral diferente. Se Kristol tem uma moral derivada da convicção, Kissinger tem uma moral derivada da necessidade. O espírito bismarckiano responde à pergunta "o que deve ser feito?". O neocon não questiona; faz afirmações: "devemos fazer X e Y". O ponto de interrogação (?) do teclado de Kagan e Kristol nunca foi usado.

Bismarck olhava de frente os homens tal como eles são no mundo real e não como deveriam ser num mundo ideal. E isso é um pecado na terra santa dos progressistas. A modernidade é um jogo de máscaras. Quem não coloca a sua máscara, quem não entra na política "cénica", quem não procura fugir da realidade tem um destino certo: ser desprezado. Quando os «homens não gostam de Bismarck devido ao seu realismo, o que eles não gostam mesmo é da realidade» (p. 94). Hoje, quando os neocon criticam o realismo de Baker, na verdade, estão a revelar o seu reduzido à-vontade com a realidade plural e caótica dos homens. Uma realidade que não aceita o seu arrumadinho Homem ideal. Mas, mesmo assim, os neocon recusam rever as suas concepções à luz da realidade. Ignoram-na, simplesmente. E, para cúmulo, transferem a frustração não para a realidade mas para o realista. Matam o mensageiro do mal, evitando o mal. Afinal, há que evitar os factos, esses grandes reaccionários.

Rita Hayworth dizia que os "homens vão para a cama com a Gilda, mas acordam comigo". Quando, às 8 da manhã, percebiam que a Gilda (a personagem lendária) era uma ilusão das 10 da noite, e que a Rita era uma mulher como todas as outras, os amantes de Hayworth iam-se embora. Os esquerdistas, neocon incluídos, fazem o mesmo com a realidade. Dormem com a Gilda (utopia), mas quando descobrem que, afinal, apenas existe a Rita (realidade), deixam esta pendurada, e vão à procura de outra Gilda (quantas Gildas já tiveram os comunistas?). E, para cúmulo, criticam os homens que são capazes de fazer amor com a Rita às 9 da manhã.

A grande lição de homens como Bismarck (e, já agora, Taylor) é a seguinte: evitar o fascínio fictício da Gilda e amar a simplicidade crua da Rita. Hoje, a América, depois de um caso com a Gilda, regressa ao colo da Rita. Washington regressa à «política como arte do possível» (p. 367). A Rita é um mal menor? Se calhar. Mas tem uma vantagem sobre a Gilda: existe mesmo. E não nos prega estalos.

FILMES

A VOLTA AO ANO EM 40 FILMES

CLINT EASTWOOD RECRIA A BATALHA DE IWO JIMA DOS PONTOS DE VISTA AMERICANO E JAPONÊS, MEL GIBSON APRESENTA A QUEDA DO IMPÉRIO MAIA E GEORGE CLOONEY VIVE UM TRIÂNGULO AMOROSO NO PÓS-GUERRA QUE FAZ LEMBRAR UM CERTO FILME DE HUMPHREY BOGART. NO QUE TOCA AO CINEMA 2007 É MUITO PROMETEDOR.

POR LEONARDO RALHA

A primeira boa notícia do próximo ano cinematográfico é uma das últimas estreias de 2006. *Babel*, do mexicano Alejandro González Iñárritu, chega a Portugal a 28 de Dezembro, sendo provável que vê-lo seja uma resolução de Ano Novo para os cinéfilos interessados em descobrir como uma bala perdida no deserto marroquino pode causar uma espiral de violência com sequelas no México e no Japão. Brad Pitt e Cate Blanchett são um casal de turistas norte-americanos simultaneamente vítimas e agentes provocadores de uma tempestade de acontecimentos trágicos.

Já depois do *réveillon* aparece *Apocalypto* (4 Janeiro), épico sobre o início da derrocada da civilização maia que Mel Gibson escreveu e realizou recorrendo a um idioma ainda mais desconhecido do que o aramaico de *A Paixão de Cristo*. A ultraviolenta obra do homem que era sinónimo de filmes de acção chegou a estar ameaçada pelo episódio etílico em que Gibson forneceu munições a quem o acusa de anti-semitismo, mas grande parte da crítica rendeu-se à superprodução com elenco desconhecido, vendo nela a metáfora de outro império em crise.

Diferentes são os tempos retratados por Clint Eastwood, perpétuo candidato a estatuetas douradas, em *Flags of Our Fathers* (11 Janeiro). Numa adaptação do livro escrito pelo filho de um dos *marines* retratados na célebre fotografia da sangrenta tomada da ilha nipónica de Iwo Jima, o argumento segue um grupo de militares (Ryan Phillipe, Jesse Bradford e Adam Beach) tanto na demência dos combates quanto na sua participação enquanto rostos da propaganda que garantiram o financiamento do esforço de guerra dos Estados Unidos. Nem todos ficaram convencidos com o resultado final do outro lado do Atlântico, mas o filme consta da lista dos dez melhores de 2006 anunciada pelo *National Board of Review* (formado por profissionais, académicos e estudiosos da sétima arte), ao lado de *Letters from Iwo Jima* (22 Fevereiro). Aliás, essa versão da batalha na qual Eastwood assume o ponto de vista dos invadidos, para os quais a rendição não era uma alternativa, foi considerada a melhor longa-metragem do ano apesar de ser falada em japonês.

Também baseado numa história verdadeira é *The Pursuit of Happyness* (18 Janeiro), com Will Smith a interpretar um pai a caminho da miséria cuja força de vontade permitir-lhe-á tornar-se corretor de bolsa. Mas a concorrência é forte, pois estreia no mesmo dia *Il Caimano*, farsa do italiano Nanni Moretti acerca de um cineasta convidado a filmar uma biografia encapotada de Berlusconi, e ainda *Scoop*, o segundo filme da fase britânica de Woody Allen. Scarlett Johansson, recém-nomeada mulher mais *sexy* do mundo pela revista *Esquire*, repete o papel de musa do nova-iorquino, tal como em *Match Point*, mas desta vez em registo de comédia: o espírito de um jornalista comunica-lhe pistas sobre a identidade de um misterioso assassino.

Segue-se nova crise de abundância. *Blood Diamond* (25 Janeiro), o filme de Edward Zwick em que Leonardo DiCaprio, Djimou Hounson e Jennifer Connelly mostram como os *girl's best friends* deixaram para trás um rasto de sangue durante a guerra civil na Serra Leoa, leva vantagem mas compete com *Das Leben der Anderen*, produção germânica que venceu nas categorias de melhor filme e de melhor actriz (Martina Gedeck) nos Prémios de Cinema Europeu graças à reconstituição do clima opressivo que se abate sobre um casal de intelectuais na República Democrática Alemã. E será quase criminoso esquecer um dos mais prometedores "insólitos" de 2007: *Stranger than Fiction* é a história de um funcionário dos impostos (Will Ferrell) cuja anódina existência ganha sentido quando começa a ouvir a voz de uma narradora que descobrirá pertencer a uma romancista (Emma Thompson) apostada em matar o que julga ser apenas uma personagem.

TEREMOS SEMPRE BERLIM

Cinco anos depois de surpreender com o arrepiante drama familiar *Vidas Privadas*, o actor-argumentista-realizador Todd Field regressa com *Little Children* (1 Fevereiro). Kate Winslet é a metade de um de dois casais demasiado interactivos, prevendo-se uma dose de socos no estômago para os espectadores. Precisamente, o que está reservado, mas no rosto, para o detective, interpretado por Adrien Brody, que em *Hollywoodland* (8 Fevereiro) investiga a morte de George Reeves (Ben Affleck), o canastrão – atente-se à ironia do *casting* – que foi o Super-Homem na série televisiva dos anos 50. Será a escolha mais evidente, embora estreiem também *The Painted Veil* (adaptação de uma obra de Somerset Maugham, com Edward Norton e Naomi Watts enquanto casal desavindo que reforça laços durante uma epidemia de cólera na China dos anos 20) e *Bobby*, projecto de sonho de Emilio Estevez que revive, através de 22 personagens, o dia em que Robert F. Kennedy foi morto.

Mais exóticos são os cenários de *The Last King of Scotland* e de *The Curse of the Golden Flower* (15 Fevereiro). O primeiro filme segue as desventuras do médico pessoal (James McAvoy) do ditador Idi Amin (um Forest Whitaker em rota de colisão com o Óscar de Melhor Actor), responsável por terríveis atrocidades no Uganda, enquanto o segundo é mais um épico (maravilhosamente filmado) *made in Hong Kong*. Zhang Yimou dirige Chow Yun-Fat e Gong Li numa mistura de intriga palaciana e assombrosas coreografias de artes marciais.

Chegado o mês de Março, durante o qual aterra nas salas *Dreamgirls*, musical com Beyoncé Knowles, Eddie Murphy e Jamie Foxx, que ameaça repetir o êxito do sobrevalorizado *Chicago*, os mais distraídos julgarão ter viajado no tempo: *The Good German* (8 Março), filmado por Steven Soderbergh em glorioso preto e branco, é uma das apostas mais fortes do ano. George Clooney interpreta um jornalista enviado a uma Berlim ainda fumegante que forma um perigoso triângulo com a amante (Cate Blanchett), que deixou para trás antes da II Guerra Mundial, e o motorista (Tobey Maguire), que o exército designou para o acompanhar. Se resultar tão bem quanto o esperado pode sair daqui um meio-termo entre os clássicos *Casablanca* e *O Terceiro Homem*.

Outra das extravagâncias de 2007, *The Fountain* (15 Março), relata o amor radical através de três diferentes épocas, separadas por um punhado de séculos (desde a conquista da América pelos espanhóis até ao quotidiano de um astronauta do futuro, passando pela actualidade), tendo em comum pares formados por Rachel Weisz e Hugh Jackman e a demanda do segredo da vida eterna. Não será indicado para todos os paladares, tal como um trio que deverá chegar a Portugal no início do ano: o muito adiado *Manderlay*, continuação da cruel trilogia de Lars Von Trier sobre a América – Nicole Kidman achou que as provações suportadas em *Dogville* bastaram e cedeu o papel de Grace a Bryce Dallas Howard, cabendo-lhe libertar os escravos de uma plantação sulista parada no tempo –; *Breaking and Entering*, de Anthony Minghella, onde Jude Law viola um certo mandamento após conhecer a mãe (Juliette Binoche) de um jovem que lhe assalta o atelier; e *Fur*, com Nicole Kidman a recriar a vida da fotógrafa Diane Arbus.

ÊXITOS PRÉ-FABRICADOS

Aproximando-se o Verão surgem os *blockbusters*. Um dos primeiros é o estilizado *300* (5 Abril), adaptação de uma novela gráfica de Frank Miller sobre os espartanos que fizeram frente a milhares de invasores persas. Muito aguardado é *Zodiac* (19 Abril), filme de David Fincher em que Jake Gyllenhaal, Mark Ruffalo e Robert Downey Jr. procuram encontrar um célebre assassino que aterrorizou São Francisco. Logo de seguida chega um favorito da crítica, *History Boys* (26 Abril), história de um professor a caminho da reforma compulsiva (Richard Griffiths) que procura direccionar alunos de classe operária para Oxford e Cambridge, devendo

também prestar-se atenção a *Notes on a Scandal* (10 Maio) (com Cate Blanchett e Judi Dench num confronto de gigantes) e *Goya's Ghosts* (31 Maio), regresso do veterano Milos Forman em que o pintor espanhol recebe o tratamento que Mozart teve direito há 22 anos.

É provável que os donos das salas de cinema acordem satisfeitos a 3 de Maio. *Spider-Man 3* chega a Portugal, revelando um Peter Parker (Tobey Maguire) enredado no lado negro da força. No mesmo mês, em data por definir, zarpa o capítulo final da trilogia *Pirates of the Caribean*, havendo milhões a reter a respiração até o músico Keith Richards surgir na tela enquanto progenitor do capitão Jack Sparrow. E como nada define tão bem o Verão quanto a palavra "sequela" aqui fica uma lista não demasiado com- →

pleta: *Ocean's Thirteen* (7 Junho), *Harry Potter and the Order of the Phoenix* (12 Julho), *The Bourne Ultimatum* e *Sin City 2*, carecendo os dois últimos de data de estreia confirmada.

Para desenjoar de tanto êxito de bilheteiras pré-fabricado durante os meses de calor não há muitas opções. Salvam-se *Home of the Brave* (21 Junho), um dos primeiros filmes acerca dos soldados que regressam do Iraque – Samuel L. Jackson, Jessica Biel e Curtis Jackson (mais conhecido por 50 Cent) lideram o elenco escolhido pelo veterano Irwin Winkler – e *The Hoax* (2 Agosto). São altas as expectativas em relação à história real de Clifford Irving (Richard Gere), o ardiloso cavalheiro que obteve um adiantamento milionário pela biografia de Howard Hughes, garantindo haver entrevistado o mais eremita dos multimilionários.

O MUNDO ANDA PERIGOSO

Até ao final do ano há que salvar a Humanidade. Várias vezes. Autor da excelente e soturna crónica dos últimos dias de Hitler em *A Queda*, o alemão Oliver Hirschbiegel converteu-se a Hollywood e filmou mais uma ameaça extraterrestre, com Nicole Kidman e Daniel Craig a tentarem descobrir a cura de uma doença alteradora da mente em *The Invasion* (13 Setembro). Problemas similares serão enfrentados, mas de forma mais musculada, em *I Am Legend* (27 Dezembro). Will Smith (acompanhado da "importação" brasileira Alice Braga) faz por sobreviver a uma epidemia que transforma humanos em vampiros. No mesmo registo, mas situado nos tempos imemoriais das lendas nórdicas, enquadra-se *Beowulf* (29 Novembro), proposta prometedora para os fãs de fantasia cansados de rever *O Senhor dos Anéis* que tem um senão: Robert Zemeckis regressa à tecnologia que mistura acção real e animação inaugurada, com resultados aquém do esperado, em *O Expresso Polar*.

Ainda sem sombra de data de estreia encontra-se *The Assassination of Jesse James*, um "western" revisionista em que o infame fora-da-lei é Brad Pitt. E, por falar em revisionismo, também não há notícias de quando chega *Belle Toujours*, novo objecto fílmico de Manoel de Oliveira. Aos admiradores da obra de Buñuel convirá avisar que Catherine Deneuve mostrou ter compromissos incompatíveis com um regresso à Séverine de *Belle de Jour*...

ARTES

A FOTOGRAFIA DA AUSÊNCIA

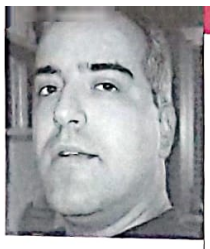
CANDIDA HÖFER – EM PORTUGAL
CENTRO CULTURAL DE BELÉM
TERÇA A DOMINGO, DAS 10 ÀS 19H
ATÉ 25 DE FEVEREIRO DE 2007

POR FÁTIMA VIEIRA

"Num dia claro de Inverno encontrei-me no Palácio de Versalhes. Tudo estava quieto e silencioso. Tudo me contemplava com um olhar estranho e interrogador. Descobri então que cada ângulo do palácio, cada coluna, cada janela, tinha uma alma enigmática (...) Senti todo o mistério que arrasta os homens e criar certas coisas. E a criação pareceu-me mais misteriosa que o seu criador". Escreveu-o, no século passado, o italiano Giorgio de Chirico a propósito da sua pintura "metafísica" de praças desertas com enigmas escondidos, poderia escrever-se agora a propósito da fotografia da alemã Candida Hofer, com os seus espaços sem vivalma onde o vazio tem alma.

Fotógrafa de prestígio, discípula da Nova Objectividade de Bernd e Hilla Becher, Candida Höfer visitou Portugal a convite do Centro Cultural de Belém (CCB) e entre Outubro de 2005 e Julho de 2006 registou espaços interiores de uma série de monumentos e edifícios emblemáticos: Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro da Batalha, Convento de Mafra, Panteão Nacional, Palácio de Belém, Palácio da Ajuda, Teatro Nacional de São Carlos, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Fundação de Serralves, Casa da Música, Coliseu do Porto, entre muitos outros. Agora mostram-se no CCB, em 83 grandes imagens, na primeira exposição no nosso país desta "fotógrafa da ausência".

Estão lá os espaços habituais do léxico de Höfer, ligados sobretudo ao conhecimento e cultura, e, inesperadamente, casinos, um interesse novo, descoberto em Portugal. São espaços onde tudo parece ordenado, estável, sereno, mas onde a ausência das pessoas, presentes nos vestígios da sua actividade, cria uma espécie de... melancolia? Höfer diz-nos que não, que não é isso que sente perante esses interiores desertos, que se neles sentimos melancolia é porque somos portugueses... Mas a verdade é que a melancolia se insinua, quanto mais não seja no registo do tempo →



ALEXANDRE SOARES SILVA

OS MEUS LIVROS, ORGULHO MEU

"Se não houver outro motivo para ter filhos, que sirva este: criar não só guardiães mas leitores dignos dos seus livros. Frequentemente penso em que boas mentes seriam formadas no meio dos meus livros, e às vezes escolho comprar um livro pensando nisso. Eu mesmo cresci numa boa biblioteca"

Há livros empilhados no chão ao lado da minha cama, no espaço desta mesa ao lado do rato, na poltrona atrás de mim (há quantos anos não me posso sentar na poltrona? E eu gostava da poltrona), no espaço bem pequeno que sobrou na mesa da TV, em cima da TV, na pia do banheiro, tanto em cima quanto dentro, no chão do corredor e debaixo das camas dos hóspedes. As pilhas mais altas por algum motivo têm sempre livros pequenos demais na parte de baixo e por isso há sempre uma ansiedade de que elas não vão durar em pé muito tempo. Além disso há estantes em todas as paredes do quarto menos uma (onde há uma foto de Audrey Hepburn), além de prateleiras improvisadas dentro de armários de roupas (meu desprezo por Imelda Marcos e sua colocação de sapatos nas prateleiras para sapatos é bem amargo), gabinetes envidraçados no corredor com livros bonitos e fitas de Moebius (aqui peço que você pause comigo dentro destes parênteses porque quero mostrar um livro de um desses gabinetes, uma colectânea de contos ingleses com a inscrição a lápis numa letra muito bonita, "To Anita with Love from Ruth, August 1934"). Sim, claro que me orgulho dos meus livros, não me orgulho de quase mais nada; pode ser um exibicionismo besta mas é o meu único exibicionismo besta, e mesmo quando sozinho fico olhando para eles com um pouco do carinho de quem olha a própria cachorrinha dormindo.

Imagino que você está fazendo uma careta de nojo pelo sentimentalismo nauseabundo com que encaro os meus livros. Silvestre de Sacy – queria ter inventado esse nome –, que foi o responsável pelos manuscritos orientais da Bibliothèque Nacionale em Paris no início do século XIX, escreveu: «Ó, meus livros queridos. Chegará o dia em que vocês serão dispostos na mesa do vendedor, e outros os comprarão e possuirão – pessoas, talvez, menos dignas de vocês do que o seu velho dono. E no entanto como todos eles me são queridos! Pois não os escolhi um por um, juntando-os todos com o suor da minha fronte? Eu os amo a todos! É como se, devido a uma longa e doce amizade, vocês tivessem se tornado parte de mim. Mas, neste mundo, nada é seguro.» Seus livros foram de facto vendidos e dispersos quando ele morreu, cinco anos depois de escrever isso. Mas para os meus livros quero evitar esse destino. Nenhum estranho merece os meus livros. Nenhuma mão filistina vai folhear os oito volumes das minhas histórias de Sherlock Holmes, que eu lia no quintal, deitado numa cadeira reclinável, sempre que voltava da escola. Se não houver outro motivo para ter filhos, que sirva este: criar não só guardiães mas leitores dignos dos seus livros. Frequentemente penso em que boas mentes seriam formadas no meio dos meus livros, e às vezes escolho comprar um livro pensando nisso.

Eu mesmo cresci numa boa biblioteca. A melhor parte dela talvez fosse, depois das enciclopédias, uma colecção de clássicos infanto-juvenis ilustrados – *Os Robinsons Suíços*, *Os Piratas da Malásia*, esse tipo de coisa. Fico contente de ainda ter esses livros todos, cinquenta livros de cores contrastantes como balas de goma. (Às vezes sonho que encontro um inexistente volume 51, 52, etc. sendo vendido em barracas na rua.) E havia outra coleção de cinquenta livros de capa vermelha com letras douradas, de livros adultos, sem ilustrações: eu também lia esses quando criança, sem perceber que havia coisas naquelas histórias que eu não entendia. Assim eu li Malaparte, Moravia, Malraux e Sartre quando tinha onze anos. Na época eu gostei de Sartre, que aliás é de facto um autor juvenil: acho que há algo de errado em alguém com mais de vinte anos que goste muito de um livro em que o herói enfia uma faca na própria mão para impressionar uma mulher. As biografias de cada autor vinham em três volumes separados, e eu lia cada uma tendo a certeza de que eu havia sido um deles em outra vida. Era uma ocupação favorita: eu olhava cada foto do autor procurando por semelhanças comigo. Durante épocas diferentes tive a certeza que era Robert L. Stevenson, Conan Doyle, Walter Scott (alguma coisa com a Escócia), Tolstoi e, na suposição mais patética, André Gide – entre outras coisas porque ele havia sido apanhado a masturbar-se no banheiro da escola, o que eu achava que podia muito bem ter acontecido comigo na outra vida e se calhar em todas as outras vidas. Só umas duas páginas adiante percebi que havia uma diferença importante entre Gide e eu – outra diferença, quer dizer, além de talento, embora eu tenha muito boa impressão do meu próprio.

que amarelece livros numa biblioteca, ou que ameaça a aspiração de imortalidade da própria arquitectura.

A ausência do elemento humano (que surge apenas uma vez, e distante, desfocado, em toda a mostra) concentra e agudiza o olhar sobre os espaços e as coisas... E de repente causam estranheza, ou mesmo uma inquietação "Chiriquiana", as mesas longas com filas de cadeiras vazias nos palácios, as imensas bibliotecas abandonadas, as cabeças de veados que decoram uma sala, a luz que brilha demasiado intensa nos lustres, nos espelhos, ou invade, quase sobrenatural, o espaço inteiro...

E em tudo isto o silêncio. O silêncio que, como escreveu Saramago num texto para o catálogo, «serve-se do vazio para se tornar mais profundo, do mesmo passo que o vazio se serve do silêncio para se tornar absoluto».

O MELHOR DOS MELHORES

CENTRO DE ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA DE OEIRAS – COLECÇÃO MANUEL DE BRITO
PALÁCIO ANJOS, ALGÉS
TERÇA A DOMINGO, DAS 13 ÀS 18 H

POR FÁTIMA VIEIRA

Por fora é o mesmo palacete oitocentista, com o aspecto reluzente que denuncia uma operação recente de restauro. Por dentro é um edifício novo, um moderno e muito sóbrio centro de exposições. O Palácio Anjos, em Algés, abriu as portas no mês passado, recuperado, ampliado e transformado num Centro de Arte Moderna e Contemporânea, onde encontrou morada a colecção que Manuel de Brito reuniu durante 40 anos à frente da "mítica" Galeria 111. O que está à vista, 105 trabalhos (pintura, pintura, e alguma escultura), é uma pequena amostra de um vasto espólio de cerca de duas mil obras. E que amostra...

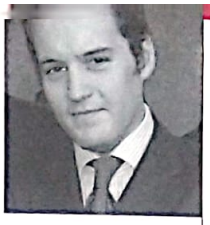
"São peças muito escolhidas, muito representativas dos artistas" que trabalharam com a galeria, diz-nos Arlete de Brito, que organizou a exposição de inauguração, realizada um ano após a morte do marido, e vai, juntamente com o filho, gerir a parte do espólio que, no âmbito de um protocolo assinado com a Câmara de Oeiras, fica no palácio por 11 anos.

Embora a colecção comece em 1914, a exposição parte dos anos 30 e vai até aos dias de hoje. Mas a presença dos anos 2000, reflexo de uma "intenção de não parar no tempo", é pontual, o que se mostra, em dois pisos, é, sobretudo, arte portuguesa do século passado, no seu melhor.

No primeiro piso, Mário Eloy, com *Amor*, de 1935, abre a exposição, numa sala que reúne obras antigas de pintores como Júlio Pomar, Vieira da Silva, Júlio Resende, Nikias Skapinakis. Segue-se uma sala onde, entre nomes como Lourdes Castro, René Bértholo, Álvaro Lapa ou Ângelo de Sousa, emerge um núcleo de "históricos" do Surrealismo, como António Pedro, Cesariny, Vespeira, ou Cruzeiro Seixas. Uma outra muito feminina, onde se destaca sobretudo Paula Rego, e ainda Graça Morais e Fátima Mendonça. E ainda um espaço anexo combinando obras de artistas como Julião Sarmento e Urbano com esculturas de José Pedro Croft e de João Pedro Vale.

No segundo piso concentram-se, num lado, as últimas décadas do século XX, com a presença mais impositiva de António Dacosta, Eduardo Batarda, Eduardo Luiz e Bartolomeu Santos (bisneto do fundador do palácio, Polycarpo Ferreira dos Anjos), entre artistas como Menez, Joaquim Rodrigo, Jorge Martins e Noronha da Costa. E, num outro, o século XXI, com artistas já consagrados, Rui Chafes e Pedro Cabrita Reis, junto dos mais novos, João Leonardo e Francisco Vidal.

A colecção vai continuar a mostrar-se em exposições temporárias, estando a próxima marcada para Abril, a par de uma homenagem a Menez. Para Arlete de Brito, este é o centro que faltava porque "não há onde ver" uma síntese assim de pintura portuguesa. Abrangente, e com aquele tipo de obras que são, acima de tudo, prazer do olhar.



FRANCISCO MENDES DA SILVA

A TERCEIRA VIDA DE CHARLES SAATCHI

"Hoje, Saatchi não tem já a influência de outros tempos. Ainda assim, a perspicácia para o negócio e para o momento parece intacta. 2007 poderá reconhecê-lo, de novo, como figura eminente e decisiva no mercado artístico"

A História, essa filha ingrata, tem memória selectiva. Quando daqui a algumas décadas lembrarmos os anos George W. Bush, com a ligeireza de verbo do presidente, o Iraque e as profecias voluntaristas do séquito neo-conservador, será que lembraremos Karl Rove, o assessor obsessivo e maldito, o estratega perfeccionista e genial, de escrúpulos voláteis como as intenções do eleitorado e que, na penumbra, desenhou quase solitário a eleição e a reeleição do cowboy texano? Quando falamos hoje de Thatcher, da revolução azul, das privatizações, dos mineiros em fúria e das cartas trocadas com Hayek, porque não falamos de Charles Saatchi, o publicitário tornado mecenas das artes, de cujo engenho saiu a campanha que levou Margaret ao n.º 10 de Downing Street e iniciou toda um nova era no marketing político? As ideias são importantes, como pedantemente gostamos de apregoar? Certamente. Mas e a embalagem? E a aparência? Não o esqueçamos: é a substância que faz os bons e os maus governos; mas é o foguetório que ganha eleições.

Em 1978, a Inglaterra vivia o angustiante "Inverno do descontentamento". James Callaghan andava embrulhado com greves e sindicalistas entrincheirados, os ingleses não podiam despejar o lixo nem sequer enterrar os mortos, que se amontoavam pelo excesso de cantoneiros e coveiros de braços caídos; a electricidade era racionada, a inflação descontrolada, os aumentos salariais imperceptíveis. O cenário era o ideal para a entrada triunfal de Thatcher, com a guerra declarada aos sindicatos e o discurso liberalizante. Só faltava que alguém o embalasse para que daquele Inverno se fizesse um "Verão glorioso" e assim se completassem os versos de Shakespeare na abertura de *Ricardo III*. Contratado para o efeito, são de Charles Saatchi os louros pelo mais lendário e eficaz dos cartazes de propaganda política – uma fila de gente à espera do subsídio de desemprego (que mais não era do que vinte Young Conservatives multiplicados graficamente para parecerem muitas dezenas) e o trocadilho assassino: "Labour Isn't Working". Era a primeira vida de Charles Saatchi.

Natural de Bagdade, Saatchi cresceu, nos anos cinquenta, no subúrbio londrino de Finchley, o mesmo que Thatcher fez seu círculo eleitoral até 1992. Em 1970, com o irmão Maurice, fundou e levou a Saatchi & Saatchi ao estatuto de maior agência publicitária do mundo, aplicando ao trabalho a fórmula da notoriedade e da conspicuidade agressiva, enquanto que em seu redor ia construindo uma aura mística de génio reclusivo (raramente os Saatchis concedem entrevistas ou aparecem em público), de eminência parda que manipulava os jornalistas com champanhe e caviar e o mercado da publicidade com estratégias concorrenciais selvagens. O problema é que o crescimento da Saatchi & Saatchi não se fez apenas à custa da inspiração e da transpiração. Houve também muita dívida contraída, muita contabilidade criativa e alguma megalomania diversificativa, fútil e indulgente (as tentativas frustradas de adquirir a Arthur Andersen e o Midland Bank, por exemplo), brincadeiras edipianas que levaram inevitavelmente, no início dos anos noventa, ao afastamento dos Saatchis da agência-mito que criaram.

A segunda vida de Charles Staachi estava-lhe reservada para os meados da década passada, quando foi o patrono do novo *establishment* da arte britânica – os Young British Artists (YBA's para os amigos). Por "patrono" entenda-se coleccionador, galerista, promotor de *hypes*, criador e destruidor de reputações. Num assomo de zelote publicitário, chamou aos YBA's o novo Renascimento britânico e desatou a comprar e a vender, a elogiar e a expor, os delírios de Damien Hirst e Tracey Emin, de Antony Gormley e dos Chapman Brothers, entre outros que viriam, infamemente, a tomar de assalto as listas de candidatos e vencedores do Turner Prize.

Hoje, Saatchi não tem já a influência de outros tempos. Ainda assim, a perspicácia para o negócio e para o momento parece intacta. 2007 poderá reconhecê-lo, de novo, como figura eminente e decisiva no mercado artístico. Em Outubro último, organizou com a Royal Academy uma exposição de artistas americanos desconhecidos que – acredita – serão brevemente a elite da arte mundial. Entretanto, prepara a abertura de uma nova galeria gigante em Chelsea e entretém-se com um novo site (http://www.saatchi-gallery.co.uk/yourgallery/) onde qualquer um pode carregar imagens do seu trabalho e mostrar-se livremente ao mercado.

Se a coisa resultar, é a geração do *MySpace* e da partilha virtual de ficheiros que chega ao mundo sofisticado da arte, pondo em risco a longa e proveitosa tradição dos seus intermediários. Se não, é apenas mais uma tentativa de Charles Saatchi, o amante do abismo, o saqueador do efémero.

SEMINÁRIOS
CONGRESSOS
CONFERÊNCIAS
LANÇAMENTOS
ETC.

ROTEIRO

ALAÍDE COSTA

EM DESTAQUE

FÓRUM GULBENKIAN IMIGRAÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Nas nossas cidades, vilas e até aldeias, a moldura humana do nosso dia-a-dia mudou. Damo-nos conta de uma realidade social que faz de Portugal um país de destino de imigrantes, provenientes de várias origens cada vez mais diversificadas.

Compreender a realidade da imigração não é apenas uma questão que interesse aos académicos ou aos responsáveis políticos: em larga medida, reflectir sobre as implicações da imigração na nossa sociedade, constitui um elemento importante da reflexão cidadã sobre nós próprios como comunidade nacional.

Nesta edição do fórum será debatida a perspectiva que os imigrantes têm de Portugal e dos portugueses.

Paralelamente decorrerá um programa cultural com a exibição de um documentário realizado por Luísa Homem.

. 31 de Janeiro [15H00] – Portugal e os portugueses vistos pelos imigrantes
Com Luís Filipe Scolari (Seleccionador Nac. Futebol) e Ramon Font (Correspondente TVE)

Local: Fundação Calouste Gulbenkian
Av. de Berna n.º 45 A 1067-001 Lisboa
Organização: Fundação Calouste Gulbenkian
Tel. + 351 217 823 202
e-mail: cienciaecidade@gulbenkian.pt
(www.gulbenkian.pt)

SEMINÁRIOS

SEMINÁRIOS DO INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

. 08 de Janeiro [17h30] - A República Imaginada
Com Alice Samara (IHC/Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

Local: Fac. Ciências Sociais e Humanas – UNL
Av. de Berna, 26 C 1069-061 Lisboa
Organização: Inst. História Contemporânea
Tel.: + 351 217 933 519
e-mail: ihc@fcsh.unl.pt
(www.mentalfactory.com/ihc/index.php)

IV ENCONTRO DE URBANISMO DA UNIV. LUSÍADA DE LISBOA

. 09 de Janeiro [15h00]
Com Jorge Gonçalves (Univ. Lusíada)

. 10 de Janeiro [18h00] – Sessão de debate sobre o aborto
Intervenientes a definir

Local: Univ. Lusíada de Lisboa
R. da Junqueira, 188-98 1349-001 Lisboa
Organização: Univ. Lusíada de Lisboa
Tel.: + 351 213 611 500
e-mail: info@lis.ulusiada.pt
(www.lis.ulusiada.pt)

AS FACES DE EVA

. 09 de Janeiro [17h00] – A Indústria do sexo, direitos e sindicalização
Com Ana Lopes (Fac. Ciências Sociais e Humanas – Univ. Nova Lisboa)

Local: Fac. Ciências Sociais e Humanas – UNL
Av. de Berna, 26 C 1069-061 Lisboa
Organização: Inst. História Contemporânea
Tel.: + 351 217 933 519
e-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt
(www.fcsh.unl.pt/facesdeeva)

ENCONTROS DE LINGUÍSTICA SISTÉMICO-FUNCIONAL

. 10 de Janeiro [16H15]
Com Leila Barbara (Pontifícia Univ. Católica – S. Paulo, Brasil)

. 24 de Janeiro [16h15]
Com Fernanda Menezes (Univ. Nova de Lisboa)

Local: Fac. Letras – Univ. Lisboa
Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa
Organização: Fac. de Letras – Univ. Lisboa
Tel.: + 351 217 920 000
e-mail: flul.informacoes@fl.ul.pt (www.fl.ul.pt)

COMEMORAÇÃO DOS 25 ANOS DO CISEP

. 23 de Janeiro [15h00] – As Políticas sociais e a reforma do Estado-Providência
Com Anthony Atkinson (London School of Economics), Manuela Silva (ISEG), Carlos Farinha (ISEG)

. 30 de Janeiro [15h00] – O Código e a competitividade da economia portuguesa
Com António Garcia Pereira (ISEG)

Local: Inst. Superior de Economia e Gestão
Rua do Quelhas, 6 1200-781 Lisboa
Organização: Inst. Superior de Economia e Gestão
Tel.: + 351 213 925 800
e-mail: ihc@fcsh.unl.pt
(www.iseg.utl.pt)

CICLO DE SEMINÁRIOS DO ICS

. 12 de Janeiro [15h00] – Respostas institucionais de combate à corrupção: o caso das Agências Anti-corrupção
Com Luís de Sousa (ISCTE)

. 19 de Janeiro [15h00] – Why should we study the social world
Com Patrick Baert (Univ. Cambridge)

. 23 de Janeiro [13h30] – Cidade e cidadania em Lisboa
Com Filipe Carreira da Silva (Inst. Ciências Sociais – Univ. Lisboa)

Local: Instituto de Ciências Sociais
Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa
Organização: Inst. Ciências Sociais
Tel.: + 351 217 804 700
e-mail: instituto.ciencias.sociais@ics.ul.pt
(www.ics.ul.pt)

DEBATE SOBRE O FUTURO DA UE

FUNDAÇÃO ORIENTE

. 24 de Janeiro [*horário a definir*] – **Globalização e Modelo Social Europeu**
Intervenientes a definir

Local: Fundação Oriente
Rua do Salitre, 66 1269-065
Organização: Fundação Oriente e Instituto Português de Relações Internacionais
e-mail: infoc@foriente.pt ; ipri@ipri.pt
(www.foriente.pt; www.ipri.pt)

CONFERÊNCIAS

AMBIENTE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

. 26 de Janeiro [10H00] – Ambiente, Saúde e Qualidade de Vida
Com João Guerra (ICS – UL), Miriam Vilela (Univ. UPEACE – Costa Rica), Vítor Rodrigues (Fac. Medicina – Univ. Coimbra), entre outros
. [14h00] – Qualidade de Vida e Consumo
Com Paulo Lima (DecoJovem), Cristina Crisóstomo (Univ. Autónoma de Lisboa), Ana Isabel Castanheira (Clube de Comércio Justo)

. 27 de Janeiro [11h30] – Saúde, Desporto e Bem-estar
Com José Manuel Sá (Instituto Piaget), Helena Fonseca (Hospital Sta. Maria), Isabel Leal (Inst. Sup. Psicologia Aplicada), entre outros

. [15h30] – Antropologia do Espaço e Ecodesign
Com Rui Brás Afonso (Fac. Arqt. – Univ. Porto), Marta Cruz (Fac. Arqt. – Univ. Porto), Carlos Costa (Fac. Engenharia – Univ. Porto)
Local: IPJ – Delegação Lisboa
Via de Moscavide, 47-101 1998 Lisboa EXPO
Organização: Associação Portuguesa de Educação Ambiental
e-mail: aspea@aspea.org
(www.aspea.org)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

. 27 de Janeiro [15h00] – Educação Ambiental no âmbito das Políticas Nacionais de Desenvolvimento sustentável
Com Anna-Paula Ormeche (UNESCO), Xosé Manuel Méndez (Soc. Galega de Educação Ambiental), Maria Helena Correia (Instituto do Ambiente), entre outros

. [16h00] – Convergências para o Desenvolvimento Sustentável
Com Ana Miranda (DECO), Cristina Peixinho (OIKOS), Margarida Quiteiro (Dir. Reg. Ambiente dos Açores), entre outros

. 29 de Janeiro [11h00] – Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento
Com Pablo Meira (Univ. Santiago Compostela), Luisa Schimdt (ICS – Univ. Lisboa), Michèle Sato (Univ. Federal de Mato Grosso – Brail), entre outros

Local: Hotel Vila Galé – Ericeira
Praça dos Navegantes 2655-320 Ericeira
Organização: Associação Portuguesa de Educação Ambiental
e-mail: aspea@aspea.org
(www.aspea.org)

(roteiroatlantico@gmail.com)

DESTE MUNDO E DO OUTRO

SENTADO NO SOFÁ

2007

MANUEL FALCÃO

Durante o ano que agora vai começar o universo das televisões portuguesas terá três mudanças fundamentais: as que derivam da legislação que vai atingir o grupo RTP; as que derivam da nova Lei da Televisão; e as que derivam das regras do concurso para a televisão digital terrestre.

O que está em jogo? No primeiro caso, o da RTP, o fundamental é a definição do universo de acção do serviço público: analisar como se evitam as tendências concorrenciais em relação aos canais privados, como se assegura o seu carácter de serviço de referência e complementar. A nova legislação sobre o serviço público foge habilmente a algumas destas questões e volta a institucionalizar o segundo canal predominantemente como a boa consciência de uma estação na dependência do Estado, mas com publicidade, e que joga deliberadamente na concorrência de audiências com as privadas. Mais cedo ou mais tarde o segundo canal perderá a autonomia e não será mais que um instrumento adicional da estratégia do primeiro canal, um percurso pontualmente interrompido durante três anos.

A Lei da Televisão é mais perigosa – pelo que não define e deixa em aberto nas novas tecnologias e sistemas de distribuição digitais ou/e virtuais, pela forma como evita precisar o que entende por actividade televisiva na sociedade contemporânea (embora maliciosamente preveja penalidades para a sua má utilização), pela enorme carga de subjectivismo que instala na apreciação de uma série de pontos cruciais. É sintomático, por exemplo, que em vez de se regulamentar muito detalhadamente as obrigações do operador de serviço público em matéria de alterações da programação, ele seja equiparado aos privados – na realidade perde-se a oportunidade de deixar um papel de exemplo e matriz a esse operador e de fomentar a autoregulação dos outros. Por último, abre-se, sem se perceber bem em que termos (ainda por cima) a possibilidade de surgirem canais locais e regionais e outros dedicados a interesses especiais – mais uma vez definidos de forma subjectiva. Mas o pior desta Lei é a forma como subalterniza a criação de uma indústria de conteúdos nacionais, preferindo proteger uma também subjectiva produção criativa, numa atitude paternalista e, na prática, sem qualquer utilidade em termos de desenvolvimento técnico e industrial.

Por último a questão da Televisão Digital Terrestre, ainda envolta em nebuloso mistério, insuficientemente prevista na própria nova Lei de Televisão. Esta é uma questão estratégica para o futuro do audiovisual em Portugal, para se saber como podem surgir novos *players* nesta actividade, quais são as garantias efectivas de liberdade de expressão e de efectivo pluralismo audiovisual. É que, e a verdade é simples e evidente, a larga panóplia de novas tecnologias existentes, veio equiparar o mundo do audiovisual e da televisão à imprensa na época em que Gutenberg descobriu a tipografia. Fazer certas formas de televisão – e de distribuição de imagens em movimento – não é mais o bicho de sete cabeças que era há vinte anos. As novas leis devem encontrar formas minimalistas de permitir e não formas subjectivas de restringir.

Talvez porque o ministro de todas estas mudanças é Santos Silva, os diplomas conhecidos são subjectivos, não isentos de perfídia, ínvios e, sobretudo, excessivamente regulamentadores. São feitos para restringir e punir e não para estimular e permitir. Não é um bom sinal para que os tempos que se vivem no resto do mundo aqui cheguem. 2007 vai ser um ano tortuoso para o audiovisual português.

MÃE GALINHA

A RAINHA

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA

Dignidade e discrição, é por isto que o resto do mundo nos admira" – explicava Isabel II ao recém-indigitado primeiro-ministro inglês Tony Blair. A preocupação da rainha em proteger os netos, resguardá-los num luto "discreto e digno" e, ao mesmo tempo, não ceder ao Carnaval que se instalou no Reino Unido depois da morte da princesa Diana, está muitíssimo bem retratado no filme *A Rainha*. Factual ou não, este filme prima por uma narrativa bem estruturada, diálogos deliciosos e um enredo que entretém.

De um lado, uma família que faz questão em aparecer moderna, com o primeiro-ministro a almoçar na cozinha e a passear pela Downing Street com uma t-shirt da universidade, fazendo questão de ser tratado por todos pelo *nick name* de "Tony". Do outro lado, uma família conservadora, onde a rotina, a tradição, os hábitos e a hierar-

quia funcionam com naturalidade e com fundamento no respeito mútuo. "*You call her m'am like ham, not mam like farm*", explica o secretário de Isabel II a Tony Blair antes da primeira audiência. No final das duas horas, a rainha está menos fria e o primeiro-ministro mais consistente.

Acima de tudo, esta história, ou a forma como ela é contada, mostra que existem valores que não têm ideologia, circunstância ou lugar. São conceitos resistentes e necessários que, antes de mais, servem para nos ajudar a viver melhor em sociedade com a virtude de não entrarem em conflito com quaisquer outros valores. Dignidade e discrição são dois deles.

No entanto, são termos que nos dias de hoje não utilizamos, não pretendemos seguir nem é moda vincar. Chamar a atenção a uma criança para que contenha as lágrimas e aguente a frustração com dignidade, já não se usa. Exigir que um filho não grite num local público ou não interrompa a conversa de alguém mais velho, são normas que colidem com o politicamente correcto da educação actual. Ensinar a distinguir o que é íntimo e privado daquilo que é social e "partilhável" é um bom começo para qualquer educação.

O maior paradoxo de tudo isto é que ajudando os nossos filhos a crescerem com "dignidade e discrição" estamos a ajudá-los a resistir mais e melhor às adversidades, a exporem-se menos e com mais dificuldade às contingências desfavoráveis, oferecendo-lhes os instrumentos para serem ponderados e sensatos. Era isso que a rainha pretendia fazer com o povo, mas só conseguiu fazê-lo com os netos. E, segundo o filme, com "Tony".

PÁGINAS VIVAS

TONY BLAIR

BERNARDO PIRES DE LIMA

Políticos há que a História não lembrará. Outros terão direito ao seu pé de página e alguns, muito poucos, marcarão definitivamente épocas e estilos políticos. Goste-se ou não, Tony Blair será um deles.

De "plástico", "oco", "caniche de Bush", muitos foram os rótulos que a imprensa lhe colocou nestes quase dez anos de governação. Dez anos, repito. Nos tempos actuais não é de somenos estar na liderança política de um país durante uma década. O desgaste mediático e a velocidade do mundo não dão grande espaço de manobra a consulados duradouros. Para estar dez anos na ribalta política mundial é preciso capa-

cidades individuais acima da média e uma equipa de qualidade (Anthony Seldon, *The Blair Effect 1997-2001*; Seldon e Dennis Kavanagh, *The Blair Effect 2001-2005*). Blair teve-a desde que, em 1994, chegou a líder do Labour, mas tem vindo a quebrar a coesão interna por uma guerra do Iraque que o foi progressivamente afastando das boas graças das opiniões públicas. No entanto, é preciso esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, Blair é verdadeiramente um líder político, construtor de equipas fortes e com capacidade de decisão, coisa rara no politicamente correcto em voga. E decidir tem custos inerentes, por vezes tão altos que se tornam incomportáveis para garantir triunfos eleitorais. Daí a rebeldia de alguns parlamentares trabalhistas que, ao jeito dos congressos partidários, de manhã estão com X e à noite encabeçam a lista do, agora sim, provável vencedor Y. É a política, já dizia o outro.

Em segundo lugar, Blair formou doutrina política. Discursos como o de Chicago (1999) ou recentemente o de Los Angeles (Agosto 2006) são estratégias políticas que apontam num caminho certo, delineado por académicos, *policymakers*, diplomatas e conselheiros. Marcos, respectivamente, da recuperação da doutrina da guerra justa e da consolidação da solução-dois Estados na questão entre Israel e Palestina, central na consolidação de uma desejada aliança entre aqueles que defendem um mundo livre, sejam muçulmanos, judeus, cristãos, árabes ou ocidentais.

Em terceiro lugar, Blair foi o primeiro líder britânico que conseguiu conciliar a dupla dimensão da política externa pós-imperial, entre a Europa e os EUA. Mais, Blair desejou a liderança europeia para melhor se impor junto de Washington, fortalecendo assim o seu pendor europeísta mas, também, global, por estar junto da superpotência (Andrew Gamble, *Between Europe and America*; Peter Riddell, *Hug them Close*).

Por fim, Blair mostrou que se pode ser de esquerda e ter sensibilidade para as questões militares e de projecção de poder por essa via, mas que o único caminho para o desenvolvimento de uma sociedade democrática é a liberdade de escolha. Liberalismo este que Thatcher lhe ensinou e que Blair não teve qualquer pejo em adoptar. Seria Blair de direita se governasse Portugal? Certamente. Tony é que não merecia por certo tão pouco.

A ADVOGADA

CONTRA LEGEM

LAURA ABREU CRAVO

Nos meandros jurídicos, em especial, no direito civil, é comummente utilizado o conceito do *bonus pater familias* (em português, bom pai de família) que é, por consagração da lei, o modelo da pessoa capaz e responsável.

Este critério, aplicado a eito vida fora, determinaria que, nas nossas relações com terceiros, não exigíssemos mais do nosso próximo do que o trivial zelo, o mediano afã, a usual cautela, em especial, e como faz o Código Civil, para efeitos de aferição da responsabilidade por actos ilícitos, na determinação da "culpa" (no sentido de "negligência").

Dos nossos amigos e contrapartes emocionais esperaríamos desempenhos não mais que sofríveis do ponto de vista da prudência e do cumprimento de deveres e obrigações.

E até pode ser assim, banhada a magnanimidade e tolerância, a relação que temos com aqueles que, na nossa hierarquia de humanidades, não ocupam lugares destacados.

Quando se trata de objectos de afecto, admiração, lealdade e afeição entranhada, exigimos comportamentos imaculados, impolutos, irrepreensíveis. Dos "nossos" esperamos a eficiência de instituições especializadas – como quando entregamos os nossos pertences a um banco – mesmo que lhes apresentemos problemas insolúveis, soluções ruinosas, segredos *inguardáveis*. E amar é isso mesmo, é ter as expectativas mais altas, mas saber viver com o incumprimento a cada dia, e, ainda assim, não bater a porta. É rever no outro e nas suas falhas as fragilidades da nossa própria fraqueza e ainda assim, →

depositar, confiadamente, os nossos activos emocionais. Sem a segurança de sermos correspondidos, e de que o nosso capital seja, sequer, remunerado à taxa mínima garantida.

Idealizamos padrões de excelência, mas acabamos, invariavelmente, por ficar distantes ainda que das balizas de mediocridade. O bom pai de família, tipo medianamente capaz e responsável, só o é, porque nunca se ouviu dizer que estivesse enamorado.

ALMADA CONNECTION

PREGUIÇA CULTA

TIAGO GERALDO

Somos um país engravatado. Como dizia Alexandre O'Neill, Portugal é um país engravatado todo o ano e a assoar-se na gravata por engano. Não me interpretem mal: sempre gostei de gravatas, do seu equilíbrio, do seu bom gosto, de todo o programa sobre luta de classes que se encerra na diferença de nós. O meu assunto é outro. Falo de um país que não tira a gravata com o melhor amigo nem com o livro que tem na cabeceira. Falo, falo e não digo o essencial. No fundo, hoje queria partilhar convosco a única utopia conservadora em que acredito: a utopia dos livros, o meu terno e eterno ideal de preguiça culta.

Na nossa peninsular mansidão temos a confirmação assustadoramente frequente do seguinte facto: ninguém lê. A saudada juventude, de quem se espera a mudança e o progresso, é o mais impressivo retrato desta nossa triste condição. Cresci a ver gente que anda invariavelmente em bando. Gente que conhece apenas a solidão do comício. E é esta a juventude que domina o espiritualismo oriental, que tem opiniões e ideias sobre quase tudo mas não admite dúvida ou sofisma sobre quase nada. São estas as pessoas que sabem como acabar com o terrorismo. Sabem até o que fazer ao Prof. Freitas do Amaral. Só não sabem, no seu ridículo convencimento, manter o silêncio, a prudência, um módico de razão, virtudes que se alcançam sobretudo com os livros e os seus bálsamos de humildade.

Uma geração que não lê é também uma *geração sem qualidades*, à imagem de Ulrich que, pedindo um ano de licença do trabalho, se transforma num depósito de razões vencidas, vendo o mundo encolher e assumir a medíocre dimensão de um amor próprio comodamente satisfeito. A mesma geração que cresceu em grupo e que, durante anos, engoliu sem protestar o autoritarismo da academia e o seu favoritismo, estará um dia nos Tribunais de varapau na mão e no Parlamento a palestrar. Uma geração habituada a temer, a disfarçar, com a esforçada arte de agradar no toutiço, para quem toda a criação espontânea é contrária ao cientismo acabado do manual e da sebenta.

As maiores tragédias da história começaram com os livros e é indesmentível que um mundo de proustianos seria um mundo quase incompreensível e bastante perigoso. Também é verdade que não seremos melhores pessoas por conheceremos de cor os amores de Swann, mas de vez em quando não resisto a este elitismo idealista. Ninguém me tira da cabeça (e do registo criminal) esta linda, linda e inútil, vergonha póstuma.

VIDA ACADÉMICA

ACASO SOCIOLÓGICO

HENRIQUE RAPOSO

Esta é a última "vida académica". Durou um ano. Já chega. Não tenho mais nada para dizer. Descarreguei o tambor. Acabou-se-me o escárnio.

Ao longo do ano, muitas pessoas, talvez surpreendidas, colocaram-me esta questão: "mas por que razão tens tanto ódio em relação à escola?". Respondia: "Nunca pisaste uma escola pública, pois não?". A coisa é de uma simplicidade marcial: a escola portuguesa incapacita quem por lá passa. Ponto. A maior desigualdade do país é entre o "aluno do colégio privado" e o "aluno do secundário público". O regime traiu uma geração inteira, a minha. Claro que tenho ódio.

Claro que odeio, com toda força, a escola pública e a estrutura que a sustenta. Acho, aliás, que não sinto este asco primário por mais nada. Porque essa senhora, a escola, não arruinou o meu futuro porque não calhou. Estou aqui por sorte. Por acaso. Sou um acaso sociológico que sobreviveu ao holocausto da C+S. Não sei bem como. Odeio a escola porque a dita não é um trampolim para quem nada tem. A escola enterra ainda mais quem parte de baixo. Não é uma escada social que abre as portas a quem mostra trabalho e talento. É um lento enforcar de 12 anos. Se eu fosse dado a teorias da conspiração, diria que, por ser tão má, a escola pública portuguesa só poderia ser uma maquinação da elite aristocrática a fim de manter os filhos da populaça e da província longe do poder e do destaque em Lisboa (infelizmente, as coisas não são assim tão simples). A escola, meretriz por quem sucessivos governos declararam paixão, arruinou a vida a dezenas de pessoas que comigo cresceram. Alguns eram mais capazes que eu. Mas, por azar, não foram acasos sociológicos. Como não odiar?

Odeio aquela gentinha que canta a glória da escola pública mas que, depois e na surra, envia os filhos para estudar no estrangeiro. Odeio os pedagogos que fazem experiências nas cobaias da escolinha pública mas que, depois e sem vergonha, metem os filhos no privado. Odeio. Mas já chega. Acabo aqui com esta odisseia de ódio. O ódio mantém um tipo vivo, mas em excesso pode dar congestão. É tempo de fechar o ciclo. É tempo de enterrar parte do passado.

O HOMEM DA MARGEM

O MICCOLI E O PIB

JORGE MADEIRA

Falou-se muito da jogada a favor da humanidade do Miccoli. Não obstante, foi escasso, e mais escasso parece quando se constata que já ninguém fala nisso. Suponho que é uma medida

RITA BARATA SILVÉRIO

MARIANNE 'LOUIS VUITTON'?

"Ségolène Royal, do cimo dos seus 53 anos, quatro filhos e um pai tirano, está a um passo de dar um novo sentido ao significado de 'premier monsieur'. Aceitará o eleitorado francês que a sua Marianne seja transformada numa Barbie vestida de Louis Vuitton?"

Em 2007 Marianne possivelmente deixará de ser uma alegoria, a menina fogosa e guerreira que, a modo de metáfora, representa a imagem de França. Ségolène Royal, do cimo dos seus 53 anos, quatro filhos e um pai tirano, está a um passo de dar um novo sentido ao significado de "premier monsieur", conseguindo para a mulher o que as quotas ou as paridades do politicamente correcto foram incapazes de legitimar: a igualdade em todos os ângulos do poder. E o mundo masculino aplaude. Politólogos, congressistas, opinadores e sociólogos congratulam-se com a existência desta figura, fêmea e candidata dos socialistas franceses à Presidência da República, numa mescla de adoração à pop star e fascínio perante tanta finura, charme e beleza. É simplesmente irresistível, como confessou Howard Dean no Porto durante o congresso do Partido Socialista Europeu: "fez um discurso muito bom e, aliás, tem uma presença fabulosa". Pois tem. Ségolène Royal não passa de uma mulher, tanto para ser idolatrada como questionada sobre a sua capacidade de gestão por estar condenada a fazer o jantar, pôr a mesa, mudar as fraldas e dar ordens à mulher-a-dias – considerações, por outro lado, comuns à esquerda e à direita, pois a política é incapaz de se ver livre dos valores (emocionais, familiares e sociais) associados à feminidade. E Ségolène, apresentada como a quinta-essência da elegância, vestida com fatos que insinuam a sua silhueta magra e as carnes enxutas, a sua pele morena e bem tratada e o cabelo liso e comprido, é tão mulher que parece ser a única que alguma vez poderá comandar um país.

Não me recordo de tanta histeria mediática desde que aquela virginal Diana Spencer mostrou ao mundo as unhas roídas e o anel de brilhantes que a comprometia com a monarquia de melhor sotaque do mundo ocidental. Lady Di apareceu como a alternativa a uma feminidade desacreditada pelas greves à depilação como reivindicação de género, resumindo naquelas bochechas rosadas e olhar genuinamente infantil o direito de qualquer homem a ser o príncipe salvador, apesar de todos os pesares e os cornos que viriam. Durante os poucos anos que durou o idílio os meios de comunicação não pararam de elogiar as benesses de ter uma rainha santa como possível comandante consorte de um Estado. Isabel II, feia e rígida, tinha ficado para a História, pois nada vende mais revistas que a candura e nada é menos simpático para o povo que uma mulher incisiva, velha e com um penteado incompreensível. A Princesa de Gales foi, assim, a mulher entre as mulheres, o símbolo do que deveria ser a cabeça visível de um país com história milenar, o ideal do feminino. Por sorte, o sonho acabou e Diana procurou na cama de um professor de equitação o sentido da vida e as mulheres voltaram a ter todo o direito de não quererem ser um ídolo pop bulímico e agarrado ao amor do povão para gerir uma casa, uma empresa ou um país.

Até ao "fenómeno Ségolène", as televisões mundiais (que não são outra coisa que a voz de um povo sedento de uma imagem de marca), ignoraram olimpicamente que quatro Estados-membros da União Europeia já eram comandados por mulheres. Assim, enquanto Ségolène Royal lutava para ser "a candidata" o mundo deixou de respirar, ansioso por ouvir o esboço do que poderia vir a ser o seu programa eleitoral, comentando o potencial numa loucura própria das cerimónias dos Ócares. Entretanto, Angela Merkel, Tarja Halonen, Mary McAleese ou Vaira Vike-Freiberga não foram dignas nem da metade das capas, dos entusiasmos, das biografias extensas e documentadas quando foram eleitas como "presidentas" ou "primeiras-ministras" dos seus respectivos países. Se Angela Merkel salva cimeiras da União Europeia, põe em xeque a Rússia ou negoceia na ONU a retirada das tropas do Iraque, as agências de notícias não a consideram merecedora de mais do que secções do Internacional. Ségolène vai às compras e abre um telejornal. Será a Alemanha um país menos importante que a França? Estará Angela menos preparada que a candidata francesa, terá entrado por cunha, saberá menos de economia e de política e internacional? Não. A Merkel é feia. Noutras palavras, é quase homem.

Se Ségolène Royal ganhar as eleições será, sobretudo, graças à vontade do eleitorado, que considerará até que ponto os argumentos desta mulher são suficientemente fortes para ser a Chefe de Estado. Mas, para bater Nicolas Sarkozy, o aparelho partidário também sabe que não pode contar só com a valia política de Royal, refém cada vez mais, como qualquer candidato a alguma coisa num mundo cada vez mais mediatizado, de golpes de marketing e de campanhas de restauração facial e social para conseguir as simpatias dos eleitores. Esperemos para ver se Ségolène Royal quererá livrar-se da imagem apenas de mulher bonita, elegante e magra, negando-se a ser sempre e só a pop star que recebe elogios sobre a sua figura - ou se preferirá, antes, ser uma Angela Merkel credível por ser poderosa, inteligente e estadista. Aceitará o eleitorado francês que a sua Marianne seja transformada numa Barbie vestida de Louis Vuitton?

À ESQUERDA

BRUNO CARDOSO REIS

GUERRA E PAZ

Fará sentido falar da esquerda como pacificista e da direita como belicista? A discussão actualmente está muito centrada nos EUA governados à direita por George W. Bush, em contraste com uma Europa com um eixo político mais à esquerda e mais reservada quanto ao recurso à força. Curiosamente, as teses de um apoiante de Bush, o neo-conservador Robert Kagan, podem ser lidas como reforçando esta tese. Pois, nos seus textos, Kagan argumenta que a Europa está agarrada ao conforto pacífico, e é por isso que não se empenha mais em guerras ao lado dos EUA: entre a manteiga e os canhões os europeus teriam optado pela manteiga nas torradas, pelo dispendioso conforto do Estado Providência.

Se pensarmos na social-democracia sueca face ao nazismo a ideia de uma esquerda pacífica e de um direita guerrista parece perfeitamente evidente. No entanto, uma visão não-sectária do passado logo desfaz essa evidência, com o entusiasmo pela violência revolucionária e pelas guerras (ditas) de libertação de grupos radicais de esquerda, dos jacobinos franceses aos comunistas soviéticos, dos maoistas aos guevaristas. Nos próprios EUA, os veteranos neo-conservadores provêm da esquerda trotskista e talvez não tenham abandonado completamente alguns desses ideais de juventude.

Não é, portanto, linear a relação entre direita e esquerda, por um lado, e guerra e paz, pelo outro. Um bom exemplo disso é a ideia-feita, mas nem por isso menos errada, de que Clausewitz, o pensador que inaugurou os modernos estudos estratégicos, era, naturalmente, um homem de direita. Na verdade, ele via o seu esforço de reflexão racional sobre a guerra e o seu empenho na modernização da vida militar como conforme aos seus ideais liberais, e viu-se por isso denunciado pelos conservadores prussianos como um perigoso progressista. E, no entanto, a ideia de uma esquerda pacifista e de uma direita belicista não surge do nada. O pacifismo teve um peso político importante ao nível da social-democracia europeia do final do século XIX e do início do século XX. E é um facto que muitas correntes de direita se afirmaram, sobretudo, em torno de valores nacionalistas, do culto de heróis guerreiros, e subscreveram uma visão pragmática e fatalista que leva a aceitar-se a guerra como algo normal na história.

A questão do radicalismo parece ser, no entanto, a pista mais produtiva quando se trata de perceber qual a relação entre ideologias, sejam elas de esquerda ou de direita, e a violência. A recusa do compromisso, a afirmação de princípios tão nobres que não admitem disputa, pode levar a uma tendência para o isolamento do mundo, mas também leva frequentemente à valorização da violência como sinal de uma convicção total, como instrumento de transformação revolucionária ou de reacção purificadora. As correntes políticas mais moderadas enfrentam com menos certezas o desafio de decidir, quando, e em que medida, usar a força. Podem socorrer-se de normas legais, de princípios de proporcionalidade da tradição da guerra justa, de estudos de conflitos passados. Descartar essas normas, princípios ou estudos seria insensato. Mas esperar deles ditames infalíveis seria ilusório. É que a guerra, para a esquerda como para a direita, é, pelo menos, tão complicada como a paz, e mais sangrenta.

VIDAS
TELEVISÃO
SÍTIOS
RELIGIÃO
BLOGUES
FUTEBOL
BOÉMIA
RÁDIO

de grandiosidade a infinita capacidade para absorver palavras que certas obras de arte demonstram, como a de Miccoli naquele domingo à noite, contra o Beira-Mar, no estádio que fica ao lado do MediaMarkt. Lembram-se ou não?

Quando se exigia a formação de um Grupo de Estudos da Jogada do Miccoli Contra o Beira-Mar, ficámo-nos por uns artigos, por aqui e por ali, como um, de Leonor Pinhão, n'*A Bola* (que nego ler).

Disse Leonor Pinhão que a jogada de Miccoli não se consegue "descrever". Discordo. Qualquer pessoa com o 9.º ano incompleto (o que, é certo, não acontece com a grande maioria dos benfiquistas) consegue "descrever" aquela jogada. Aliás, até consegue reproduzi-la: o que Miccoli fez não é tecnicamente exigente (o Cadete conseguia fazer aquilo), não é fisicamente inatingível (o Cabrita Reis também consegue rodar sobre si próprio). O que não se consegue é justificar aquela jogada. Porque é que aquilo aconteceu? É um mistério, como o mistério da Fé: dois mil anos e milhões de livros depois, resta-nos obras de arte sem par, pois com certeza que sim, mas continuamos sem que ninguém saiba o porquê de tanto espanto.

Suponho até que se a Economia fosse uma ciência com um módico de dignidade, aqueles seis segundos, desde a recepção (ligeiramente falhada) até à cedência do pontapé de canto, deviam contar para o PIB da nação, naturalmente a adicionar na coluna de "investimento estrangeiro", como a Autoeuropa e a fábrica do IKEA.

Mas, manifestamente, a Economia não se dá ao respeito, apesar do esforço, continuado e ubíquo nos economistas, em esconder os seus defeitos hermetizando o discurso. É que mesmo sem perceber patavina do que estou a ler, costumo navegar com gosto extremo por todo e qualquer artigo que se debruce sobre macroeconomia (se é que "macroeconomia" é o que eu penso, e não é improvável que não seja).

É um prazer meu engolir os *surveys* do *The Economist*, a magnifica edição sobre o Estado da Nação (americana) na *The Atlantic*, ou (para ser sincero) mesmo o Paul Krugman, compreendendo pouco mas desfrutando muito, mais ou menos o que me acontece quando faço um Google-Images à palavras "sofia" e "loren" ou "leonardo" e "dicaprio" (no último Scorcese).

É com base nestas improváveis leituras – que me permitem relacionar, com uma desenvoltura surpreendente, a inflação com o desemprego, este com a taxa de crescimento de um país e esta com a evolução histórica do PIB *per capita* em PPPs de um dado país – e na minha superior compreensão do futebol, que classifico de escandaloso o facto de o INE e o Banco de Portugal não terem revisto em alta, com base na referida jogada do Miccoli, o crescimento do PIB no quarto trimestre deste ano.

O MARIALVA

HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES COM TRIPAS À MODA DO PORTO

RODRIGO MOITA DE DEUS

Sempre me ensinaram que só há dois tipos de pessoas. Aquelas que deixam comida no prato e aquelas que não deixam comida no prato. Há mesmo quem considere chique deixar comida no prato. Gesto que, culturalmente, funciona como um sinal exterior de riqueza

e fartura. Aliás a forma como lidamos com a comida diz bastante de quem somos. Da nossa educação, cultura e história colectiva.

Jay Leno gracejava no outro dia, com alguma repugnância, que os europeus eram capazes de comer quase tudo. Visitasse a cidade do Porto para um dos seus pratos mais típicos e saberia que não existe "quase" e que tudo é mesmo tudo. Como em qualquer país latino, de terrenos pobres para colheitas fartas, por aqui a necessidade permite-nos comer porco sem pruridos religiosos de qualquer espécie. Orelhas, joelhos, pés. Se o aproveitamento do bicho era quase total, depois do cerco ao Porto e das tripas à moda da cidade, passou mesmo a ser a total.

Percebe-se que os americanos gracejem com o assunto. É coisa difícil de entender para quem nunca passou pela mesma coisa. Os alemães, educados na abundância, só entenderam depois das crises de fome dos anos da guerra. Hoje, não deixam uma migalha em cima da mesa. Os chineses, por causa da míngua de alimento, aprenderam a comer e a cozinhar tudo o que respira, independentemente do número de pernas que tenha.

Sinal das dificuldades e de uma gratidão bastante cristã, é jeito português que não só não se deixa comida no prato como ainda se beija o resto do pão duro antes do deitar para o lixo. Eis uma daquelas tradições que normalmente deixa uma mesa cheia de gente a olhar para mim no fim do jantar. Pouco importa que a tradição já não seja o que era. É que mesmo estes desusos dizem muito de quem realmente somos.

A SERRA E A CIDADE

MODELO FINLANDÊS

NUNO AMARAL JERÓNIMO

A entrada no Inverno e a passagem de ano marcam, em zonas de serra, o início da "época da neve". Esta cidade na encosta onde vivo enche-se de turistas que vieram ver a neve, e que ficam tristemente surpreendidos com as ruas, onde se vê terra e lama dos buracos das obras em vez de neve branquinha, como em Nova Iorque nos filmes de Natal. "Não neva cá em baixo? Oh, que pena!" (Devo referir que "cá em baixo" é a cidade onde residem uns quantos resistentes – a contar comigo – que ainda não aproveitaram as benesses socialistas das SCUT's para nos pormos a andar daqui para fora.) Oh, que pena, que é como quem diz, era giro haver neve aqui para nos divertirmos. Caras visitas, já bastam os semáforos e as ruas esburacadas para nos chatear a mioleira quando precisamos de ir (ou queremos, o que às vezes também acontece) a alguns dos poucos sítios que ainda existem cá na terra. Com neve e um povo estrangeiro, esta cidade poderia muito bem tornar-se uma capital do teletrabalho. No entanto, sendo portuguesa, estaríamos perante a capital universal do absentismo. Em Portugal, nevar é o suficiente para fechar serviços, fábricas e escolas, mesmo em cidades perto da montanha. Por isso, "nevar cá em baixo" era o mesmo que encerrar a cidade para balanço – ou para liquidação total, que em saldos já está o país todo. É por isso que desconfio sempre que ouço responsáveis do governo apoiar iniciativas como a compra de máquinas de neve artificial. Hoje é para encher pistas de esqui, amanhã é para embelezar jardins com (falsos) flocos brancos, para o ano pode ser para transformar a cidade numa aldeia da Finlândia. O que poderia ser útil, se, além de neve artificial, se comprassem também máquinas de fazer finlandeses. E finlandesas. O governo, tão entusiasmado com os empreendedores da terra dos mil lagos, poderia muito bem comprar uma máquina dessas. Com finlandesas e finlandeses a pulular por aí, talvez se invertesse finalmente a tendência demográfica negativa registada no interior durante as últimas décadas. Pela minha parte, estou disposto a viver numa cidade que pareça Nokia no Inverno se encontrar pelas ruas e nos bares gente parecida com Jasmin Mäntylä no Verão.

DO PÚLPITO

AFASTAI DE MIM OS CRESCIDOS

TIAGO CAVACO

José e Maria levaram Jesus a Jerusalém quando ele tinha doze anos. Como não eram uns pais assim muito cuidadosos, no regresso esqueceram-se da sã criatura na cidade. Esta é

uma das óbvias razões que nos levam, a nós protestantes, a rejeitar a santidade de Maria. Claro que a passagem bíblica menciona a posterior preocupação maternal. Mas de tão flagrante descuido nem o Evangelho a livrou. Pobre consolo católico: à Mãe da Humanidade dava jeito um intercomunicador.

Aos treze anos os meninos já faziam parte da comunidade religiosa judaica. Eram-lhes reconhecidos o poder do juízo moral e a responsabilidade pelos seus actos. Hoje, na era da emancipação individual, detectar a integração numa comunidade religiosa é tarefa arqueológica. Nas catedrais do ocidente secularizado são mais os ecos dos turistas que as rezas dos crentes. E quanto ao juízo moral e à responsabilidade dos actos a paisagem nebula-se. A maior invenção da civilização moderna foi tornar selvagem o conceito de bondade. A partir daí todas as crianças são maravilhosas. E sem precisar da catequese. Os que se sentem aliviados pela gazeta à missa agradeçam a Rousseau.

Torna-se incontornável o reconhecimento que os doze anos dos meninos judeus de outrora equivalem aproximadamente aos trinta e dois dos adultos ocidentais. Ambas as idades se caracterizam pelo progressivo abandono dos sonhos infantis (andar de barco no Mar Morto no caso dos meninos judeus de outrora e ser uma estrela de rock no caso dos adultos ocidentais) e pela aceitação do seu papel na comunidade civil abrangente (começar a pensar no casamento enquanto próximo degrau lógico da maturidade no caso dos meninos judeus de outrora e deixar a casa dos pais para arrendar um apartamento a meias no caso dos adultos ocidentais).

Precoce entre os precoces, Jesus foi finalmente encontrado pelos progenitores enquanto debatia Teologia com o clero do Templo. Quando Maria o repreendeu suavemente pelo susto pregado (se tivesse como filho o Salvador da Humanidade também faria a coisa com jeitinho), o absorto infante explicou que tratava dos negócios do Pai. O Celeste, entenda-se. José não levava a mal.

Este episódio deveria constituir um refrescante exemplo para as famílias contemporâneas. E inspirá-las, no meio de circunstâncias tão adversas. Hoje não lhes é lícito esquecer a descendência em viagem; não lhes é compreendido que obriguem a prole à frequência religiosa dominical; não se lhes aceita que repreendam os filhos; e muito menos se lhes aprova que compactuem com o trabalho infantil, seja para efeitos espirituais ou não. Quem quer saber de gente graúda viajada, pia, disciplinada e empreendedora?

CRÓNICA BOÉMIA

DISCOS PEDIDOS

ALEXANDRE BORGES

Muito antes da televisão por cabo ou da internet, foram os discos pedidos, ao longo dos anos, a companhia do boémio. De alguns programas indescritíveis em rádios-pirata açorianas, que envolviam rimas do calibre dumas metáforas entre bocas e tigelas para poder beber de dentro delas e coisas afins com que os ouvintes completavam as dedicatórias, a um contemporâneo radialista do Seixal com voz mais frágil e solitária que a da clientela que liga e que obriga o boémio à compaixão, foi a rádio a primeira a levantar o dedo na hora de saber se seria ele o único ser humano desperto naquele fuso horário. Houve, anos a fio, a *Rádio Na Noite*, de António Rolão, mais *talk-radio* que *jukebox*, mas igualmente recheada de personagens insones que telefonavam madrugada fora, não raras vezes apenas para sinalizar a sua presença.

Tornámo-nos amigos. Ou melhor – como direi? – colegas de turno. Com uma vantagem evidente sobre a turba restante: a possibilidade de escolha. Como primórdio da televisão interactiva e dos downloads de músicas na net, o modelo dos discos pedidos apresentava-se como virtude elitista da pequena cidade que optara por permanecer acordada. Acompanharam madrugadas de estudo e trabalho; viagens de regresso a casa depois de serões, inevitavelmente, ruidosos e febris; permaneceram, amiúde, como banda sonora da passagem do tempo, quando se adormecia um pouco antes de estender o braço para o "off" da telefonia.

Agora, a malta de plantão tende a ser outra: os *pivots* das estações noticiosas 24 horas por dia; Jay Leno e Conan O'Brien (ainda que em diferido). O Carlos Fino gritando o início da guerra no Iraque e só lá estávamos nós e o José Rodrigues dos Santos para ouvir. Tom Cruise na CNN, debatendo o acidente de Diana, antes da manhã em que o resto do mundo ouviria falar das suas consequências dramáticas. A notícia que percorria a onda média dum terramoto com epicentro ao largo de Lisboa e apenas nós o sentíramos.

Mas falta o poder de decisão. O discar um número ao telefone e encomendar o que se quer sentir, com que voz, com que ritmo, dizendo o quê. Aplicar o conceito dos discos pedidos às luzes da cidade, à direcção do vento, ao número de carros que passam, trazendo quem. Do outro lado da linha, alguém tomaria nota e encaminharia a ordem, perguntando, a terminar, a quem gostaríamos de dedicar o pedido. E nós, como dantes as senhoras nas rádios-pirata, diríamos coisas sinceras e ridículas. Porque, afinal de contas, só os mesmos colegas de turno de sempre estariam a ouvir.

VINTE E DOIS

UM SONHO

BRUNO ALVES

Tenho, como o Dr. King, um sonho. O meu, no entanto, não envolve interacção multirracial. Aliás, não envolve ninguém. Não discrimina. Exclui todos por igual. Numa *sitcom* britânica de boa memória, *Game On*, uma das personagens nunca saía do prédio onde vivia. Desde o primeiro episódio que soube o que queria fazer da minha vida. Não sair de casa. Não ver ninguém. Não ouvir ninguém. Não ter de enfrentar o semelhante. Especialmente o semelhante. Se a Humanidade fosse um bocadinho mais diferente de mim, talvez eu gostasse mais dela.

Assim, não quero enfrentá-la. Preferia ficar em casa. Sempre. Estar longe das pessoas. Das pessoas que nunca se calam. Das que nunca falam. Das que cheiram mal. Das que têm demasiado perfume. Das que não têm cheiro. Das que não têm cérebro. Das que não têm nada. Das que querem que eu dê alguma coisa. Das que me querem dar outra. Sem ver mulheres feias, porque incomodam. Sem ver mulheres bonitas, porque se incomodam comigo. Sem ver homens, porque nos incomodamos mutuamente.

Aparentemente, a reclusão total não é bem vista pela sociedade (o que, sabendo como é a sociedade, só abona a favor da reclusão total), mas (e bem sei que a minha opinião seria diferente se porventura desfrutasse da doce companhia de uma Kirsten Dunst) o contacto humano sempre me pareceu francamente sobrevalorizado. Principalmente desde que vi essa série. No último episódio, a tal personagem é literalmente arrastada para fora do prédio, visto que a banda de um vizinho iria dar um concerto, e precisava do rapaz para servir de vocalista. Com o sofrimento que enfrentou ao ser forçado abandonar o recato do lar, passou o concerto todo a gemer. Não cantou. Uivou. No dia seguinte, a sua prestação era elogiada pela crítica, como sendo uma "metáfora" para o "homem moderno". Também eu sou arrastado para fora de casa. Todos os dias. Apenas não recebo elogios da crítica. Não sou uma metáfora. Sou a cara chapada da falta de vontade. Para tudo. Para o que quer que seja.

O REACCIONÁRIO

O ASSUNTO É (QUASE) SÉRIO

DAVID LOURENÇO MESTRE

Caro leitor ponha o cinto de segurança. Vou levá-lo em passeio pela teoria de conspiração que animou meia blogosfera – desculpe, Bomba – e faz rir a outra metade. Já adivinharam. Sim. O revisionismo do 11 de Setembro. Não se riam, o assunto é (quase) sério. Afirmam os teólogos da conspiração – pois a internet chegou ao asilo – que a data tem mais mão americana que mão saudita.

Quem são eles? São as mesmas criaturas minúsculas de língua de fora e a babar bolchevismo que saneavam jornalistas e prendiam "fascistas" na ressaca do 25 de Abril – ah, reaccionário. Uma manada a que lhes repugna os factos e obra delírios. É agora tempo de ouvir e ver os factos? Tapam olhos e ouvidos, ainda que espumem de raiva, assim que lhes tocam a sineta da realidade. Peçam-lhes três medidas para denunciar e com-

bater os conspiradores, a essa malta que tem uma erecção sempre que as torres gémeas vêem abaixo, e de lá trovejará em coro: despenalização do aborto, revisão do código de trabalho, e legalização do casamento entre homossexuais. Gente desmiolada, portanto, de esquerda dirão os cínicos. Estão certos. Mas a humanidade tem uma paixão inconfessada por lunáticos. Foi a maralha extasiada que pôs Hitler no poder. Foi o rebanho que fez a revolução francesa esporeada por Marat. Foi a multidão ululante que festejou o 11 de Setembro nas ruas da Palestina e na redacção do jornal *L'Humanité*. Os loucos dão dimensão à turba. Ambos – a turba e os loucos – se confundem nas sebentas de História.

Mas não desviemos do essencial. A humanidade tem um novo herói. Recebam com aplausos ou com apupos – riscar o que não interessa – Dylan Avery, autor prolífero de *Loose Change*. Uma maçada para o vulgar cidadão, uma bíblia para um punhado de fanáticos. Posto que abominável, obra irrefutável e absurda que, ao vislumbre da desonestidade intelectual com que D.A. nos pune, conduz o espectador a pôr ambas as mãos na cabeça. Deve a História ser questionada? Sim. Sem sombra de duvida. Mas o fruto do labor de D.A. é – carrego no "é" – uma deselegante elaboração de fantasias. A vogar livre e independente no mar encapelado da produção burlesca. Uma miséria. Atenção. Uma miséria perigosa. Pouco importa. A obra infame não vai deixar saudades. Os crentes, esses, ainda que convencidos que encontraram a verdade, hão-de acabar irremediavelmente estúpidos e alienados.

SÍTIOS DE CULTO

ANDRES CARNE DE RES

PEDRO MARQUES LOPES

Nos últimos anos, a vida tem me levado por diversas vezes à Colômbia. Para quem já lá foi não é preciso explicar a reacção que normalmente gera o anúncio de que vamos viajar para

tal destino. Para quem ainda não foi e planeia ir, eis as principais indicações: antes de dizer aos seus amigos que vai, explique várias vezes que não anda com problemas económicos, fale das maravilhas naturais da Colômbia, arranje uma namorada gorda e, entre um piscar de olhos, fale do Botero, mostre os bilhetes dos espectáculos do Juanes e da Shakira, faça citações dos livros do Garcia Marquez – e relembre-lhes que os excessos juvenis estão há muito terminados. Temo informar que é muito baixa a probabilidade de não receber em troca um sorrisinho malandro e de levar uma palmada condescendente nas costas. A situação complica-se, claro está, se estiver constipado e fungar algumas vezes... É, também, normal, depois da segunda viagem, começarem a tratá-lo por Escobar e fazerem-lhe pequenas encomendas de... artesanato local.

Deixe-os falar: a Colômbia é mesmo um país fantástico e tem as pessoas mais encantadoras do mundo. Uma coisa posso garantir, ninguém suspeitaria das idas à Colômbia se conhecessem o Andres Carne de Res.

O Andres é um "restaurante bailadero" no bairro de Chia, a pouco mais de meia hora do centro de Bogotá. Como se depreende, o Andres é um restaurante onde se dança mas onde não existe pista de dança, ou seja, as pessoas dançam em, positivamente, todo o lado. Imagine-se um espaço onde cabem várias centenas de pessoas, decorado com arte colombiana misturada com arte pop, velhas fotografias, santinhos, sinos de vários feitios, velas de tamanhos e formatos diferentes numa quase anarquia que torna este espaço um sítio lindíssimo. A comida, apesar de secundária, é absolutamente fantástica, sendo-nos trazida por empregados vestidos da forma mais excêntrica possível. Já fui servido por diabinhos, anjos e punks.

O ambiente é de festa permanente. A música é quase sempre daquele lado do mundo com pouquíssimas concessões ao *mainstream* anglo-saxónico. É impossível estar sentado mais de cinco minutos sem que uma mulher nos levante da cadeira. Nunca, em dias de minha vida, vi maior concentração de beleza feminina.

Apesar de se ver gente de todas as partes do mundo, a razão de tanta animação é do povo colombiano, o mais bem disposto e animado que conheço. Qualquer razão é boa para um copo, umas graçolas e um "passinho" de dança.

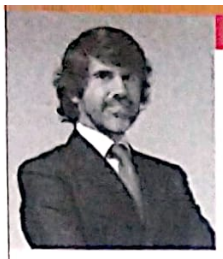
Não tenho qualquer tipo de dúvida em afirmar que o Andres Carne de Res é único no mundo, e só por si vale uma visita a Bogotá. Sem mais.

O SOLTEIRÃO

QUADRA DE TRÉGUAS

ADOLFO MESQUITA NUNES

Se tivesse de escolher uma época do ano em que sinto atenuar o estigma social face aos celibatários, não teria dúvidas em escolher a quadra natalícia. Evidentemente que, sendo a época da família, não podemos deixar de esperar que nos perguntem para quando o começo da nossa própria família. Mas essa eventualidade acaba paradoxalmente por passar despercebida face à aceitação que o nosso estado civil e emocional parece inspirar. Os solteiros não dividem os natais, ano sim, ano não, véspera aqui, noite acoli. Não há famílias alternativas. Antes pelo contrário. São eles que asseguram a permanência na quadra, estando e ficando sempre. Mesmo nos anos de debandada para casa dos sogros, os solteiros lá ficam, garantindo o quórum natalício e avivando a noite. Nessas alturas, sobretudo nesses anos em que o peru do sogro é sempre pior que o nosso, o solteiro é o filho e neto dilecto, para quem vão as orações de Natal e a quem cabe abrir o bolo-rei. Quase sempre vestidos de Pai Natal, alegadamente com todo o tempo do mundo, já se sabe quem sempre é solicitado para ajudar nos presentes de todos os outros. Os solteiros são o conselho procurado para os presentes a oferecer ao avô, pai, tio e irmão. As solteiras, penso que de forma ainda mais desgraçada, são o conselho exigido para todo e qualquer pormenor que tenha que ver com a quadra. Decoração, ementa, presentes. Nada lhes escapa. Mas o estado de aceitação social termina rápido, com a passagem do ano. Altura de projectos e de previsões, em que quase todos parecem apostados em desejar um futuro para si e para os outros, o fim de cada ano marca o regresso das perguntas, das exigências e das certezas alheias. Marca, quase sempre, um regresso à dúvida sobre a opção ou fatalidade do estado civil do momento, assim como convoca o dilema sobre quem beijar no momento, no segundo, no soluço em que o ano passa por nós.



O ESPÍRITO
NUNCA ATERRA

CARLOS COELHO

MARCA PORTUGALMA

Será um país uma marca, será Portugal uma marca? O que é afinal uma marca e em que medida importa este assunto ao futuro de uma Nação? O mundo mudou. Mas parece que, desta vez, a mudança está a acontecer a uma velocidade superior à capacidade que as sociedades têm para se adaptar aos novos tempos. A tecnologia e o sr. Friedman tornaram o mundo plano. O Google Earth democratizou o conceito de vista aérea, introduzindo o voyerismo planetário. O *You Tube* criou a P2PTV - "people to people TV" - acessível para biliões de pessoas. E o planeta Terra, até aqui apenas um agregador geográfico, está finalmente a conhecer-se, a comunicar e a iniciar um processo de identidade astral, até aqui apenas assumido por entidades como as Nações Unidas.

Nesta tomada de consciência planetária, que normalmente se designa por globalização – lembro que Portugal foi há 500 anos o percursor da primeira globalização – as marcas são, desta vez, os grandes evangelizadores, assumindo uma nova forma de doutrina popular, para além do seu papel de motores da economia.

Neste contexto cada vez menos nacional, a afirmação do poder das nações começou a ser feito pelo poder das marcas. Habituámo-nos a conhecer o Japão pela Sony ou pela Toyota; a França pelas suas marcas de luxo como a Cartier, a Dior, a Chanel; a Itália pelo sangue quente da Ferrari; a Inglaterra pelo classicismo da Rolls Royce; a Alemanha pela aspirina da Bayer e pela engenharia da Mercedes; e os EUA pela sua indústria de produção de marcas globais lideradas pela Coca-Cola e agora pelos gigantes da tecnologia como Microsoft, Google, Yahoo, e-Bay, Amazon, entre outras. Existem inclusive países, regularmente citados como casos de grande sucesso, que são apenas conhecidos pelas suas marcas, como é o caso da Nokia - Finlândia - e da Hyundai - Coreia do Sul.

Gostemos ou não, queiramos ou não, vivemos hoje numa *branded society* onde as marcas, porque assim as criámos, são os principais agregadores dos povos e não apenas dos negócios. Tudo, ou quase tudo, é hoje uma marca. As coisas, as pessoas, as causas, os territórios, até as guerras têm marca. Lembrar-se-ão certamente da famosa operação "Desert Storm", ou dos sórdidos espectáculos nocturnos em directo dos céus de Bagdad, protagonizados pelos mísseis "Scud" e os seus opositores "Patriot".

Pensarão que sou contra as marcas; pelo contrário, é a minha especialidade à qual tenho dedicado, com grande paixão, toda a minha carreira. Talvez, por isso, sinta a necessidade de trazer aqui este assunto pela importância que a sua correcta sensibilização tem para o país.

Neste contexto global de proximidade e numa cultura de marcas, todas as nações, uma vez que tomaram consciência do impacto que a sua imagem no exterior tem na sua economia, pretendem agora criar marcas nacionais. Assim, os países procuram "reposicionar-se" no novo mapa-mundo, aspirando a que a sua marca lhes permita valorizar os seus produtos e serviços, aumentar as exportações, captar mais e melhor investimento, atrair as melhores "cabeças" e incentivar o turismo no seu território.

Acontece que um país não é uma marca no sentido habitual do termo aplicável aos produtos ou serviços. Uma marca é um "ser" imaginado e materializado de acordo com as intenções dos seus proprietários e no sentido de ir ao encontro das demandas dos seus consumidores. Uma marca constrói-se, altera-se, reposiciona-se e, se necessário, descontinua-se e cria-se uma nova.

Neste sentido, julgo que será acessível a todos compreender que um país não é uma marca. Num país não é possível alterar a história, nem a cultura, nem tão pouco a geografia, é apenas possível alterar a economia. Para além disso, somos todos simultaneamente proprietários e consumidores internos. Os consumidores externos têm milhares de demandas diferentes consoante o seu interesse ou a origem cultural. E, no final, para complicar o exercício, uma marca é normalmente uma ideia única, enquanto que uma "marca" de um país é um conjunto muito alargado de ideias, de naturezas múltiplas que no seu agregado identitário assumem uma forma una.

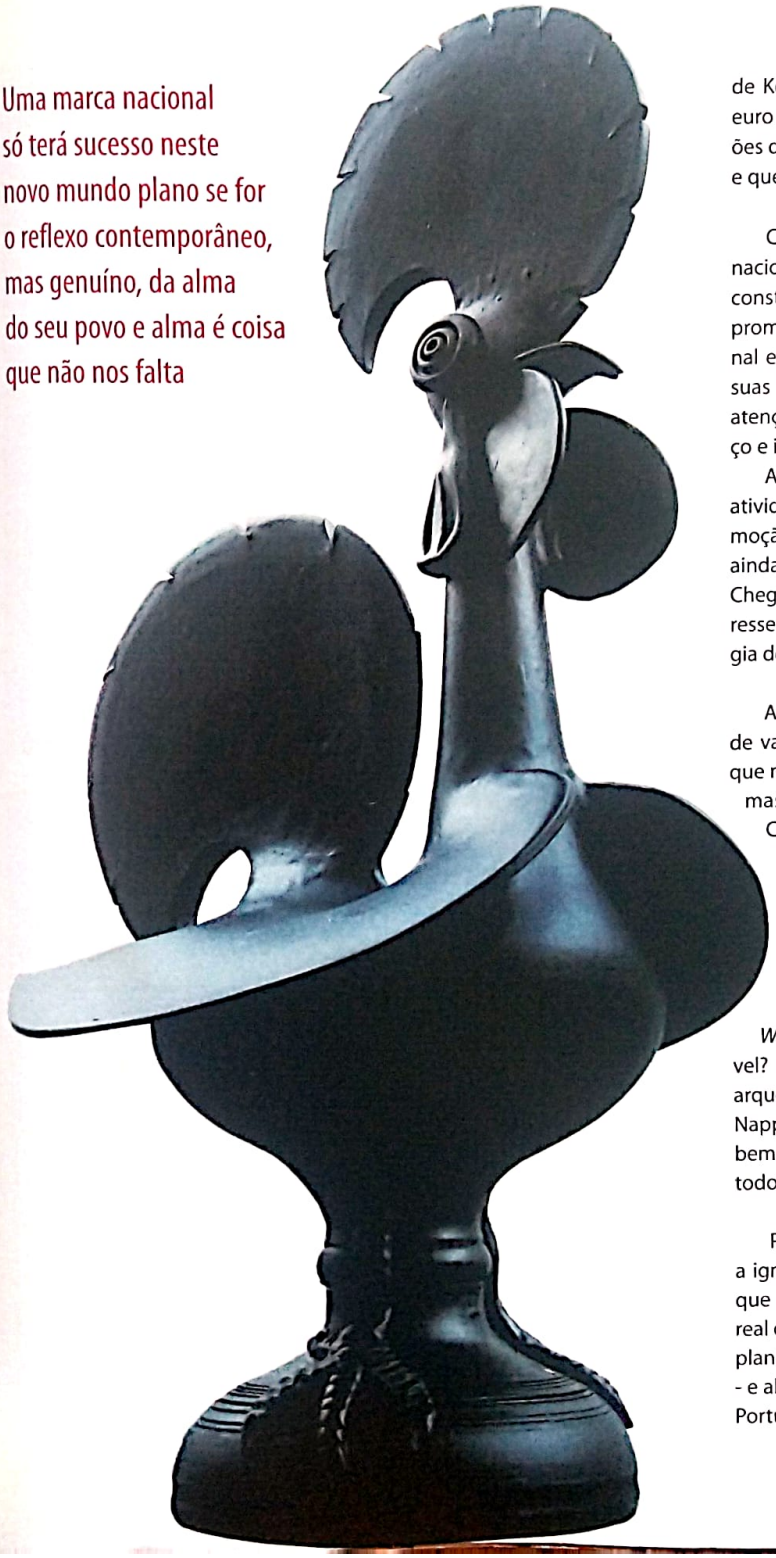
Deste modo, não existindo muita informação sobre casos de sucesso, será seguro afirmar que a "marca" de um país exigirá um novo sentido de gestão e que para isso importa observar alguns casos.

No Liechenstein, alguém entendeu reposicionar o país como se de um produto se tratasse - o centro de congressos da Europa. Toda a fundamentação técnica fazia muito sentido e, de um ponto de vista estratégico convencional, parecia poder vir a ter muito sucesso. Esta iniciativa gerou, contudo, uma enorme revolta nacional e teve que ser cancelada, uma vez que o sentido de identidade histórica, cultural e geográfica estava a ser preterida, apresentando ao exterior uma "marca" com a qual os seus proprietários não se identificavam.

Situação idêntica, mas com características diferentes, aconteceu em Inglaterra quando um grupo de trabalho do Foreign Office lançou o programa "Cool Britain". Acontece que esta característica não define o povo britânico e, por isso, este programa foi mesmo abortado no seu lançamento. São inúmeros os casos que aqui poderia trazer, contudo, o mais expressivo de todos é, seguramente, o da grande marca EUA. Construída sobre um sólido edifício de valores profundos – terra da liberdade e da igualdade de oportunidades onde todos podem realizar os seus sonhos – esta "marca", terra criadora de algumas das marcas mais poderosas do mundo, está a ver ruir todo o seu edifício de prosperidade.

A política de combate ao terrorismo levada a cabo pela administração Bush, transformou os EUA num predador cego pela sua sede de vingança. Esta forma de cultivar inimigos valeu-lhe, uma enorme insatisfação do povo americano, uma humilhante reprimenda no discurso de despedida

Uma marca nacional só terá sucesso neste novo mundo plano se for o reflexo contemporâneo, mas genuíno, da alma do seu povo e alma é coisa que não nos falta



de Kofi Annan, uma previsível desvalorização histórica do dólar face ao euro e uma enorme barreira ao progresso das suas marcas em muitas regiões do mundo. Tudo isto, são graves sinais de deterioração da sua "marca" e que levarão muitos anos a reparar.

Conclui-se que, sendo muito complexa a gestão de uma imagem nacional, a sua má gestão pode ter consequências desastrosas. Assim, a construção da marca de um país deverá resultar do delicado exercício de promoção, organizado e agregado, da realidade concreta das suas "national equities"(história, geografia, cultura e demais aspectos únicos) e das suas "private equities" (empresas e outras iniciativas privadas). Tendo em atenção que as opções políticas podem valorizar ou destruir todo o esforço e investimento colocado nesta área.

A construção da "marca" de um país não se trata de um exercício de criatividade ou da procura da melhor ideia para mais uma campanha de promoção do comércio, do investimento ou do turismo. Mais importante ainda, não se trata de ter a disparatada pretensão de reposicionar o país. Chega-se a pretender que a imagem de um país mude ao sabor dos interesses económicos de um sector específico, como se de uma mera estratégia de marketing se tratasse.

A marca Portugal existe há mais de oitocentos anos, tem um conjunto de valores profundos e um sistema de códigos simbólicos e cromáticos que merece ser preservado; e preservar não significa permanecer estático mas antes recontextualizar com todo o respeito pelo passado. Confunde-se, no entanto, a construção da marca de um país com um mero exercício publicitário, em busca de notoriedade rápida e a qualquer custo.

É certo que as "marcas" dos países, nesta nova economia *googliana*, têm um forte impacto económico e, por isso, é necessário competirem em termos de imagem. Mas valerá a pena, por exemplo, continuar a discutir se Portugal passará ou não a ser a *Europe's West Coast*, como se se tratasse de uma "jangada de pedra" manipulável? Ou, pior ainda, uma ideia que assenta na história dos outros, nos arquétipos da costa oeste americana, dos cowboys, de Holywood ou do Nappa Valley (tudo imagens tipicamente portuguesas, claro ...!) Como tão bem ironizou Rui Ramos, no jornal *Público*, tudo seria melhor se fossemos todos mais altos, mais loiros e mais ricos.

Por isso, perdoem-me o desabafo no final deste ano, mas aborrece-me a ignorância e o amadorismo que tem surgido na discussão deste tema, que parece querer incentivar o contínuo desperdício do enorme potencial real do nosso país. Uma marca nacional só terá sucesso neste novo mundo plano se for o reflexo contemporâneo, mas genuíno, da alma do seu povo - e alma é coisa que não nos falta. Quem sabe 2007 seja o ano da alma de Portugal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. AINDA HÁ ESQUERDOS DISPONÍVEIS.

808 200 200

www.banif.pt

Triplique-se.

3x
o seu ordenado

3x

por mês

Abra uma Conta Ordenado Banif Triplus e habilite-se a ganhar um dos 3 descapotáveis que vamos sortear, mensalmente, até ao final do ano. Quanto mais cedo subscrever, mais hipóteses tem de ganhar. A Conta Banif Triplus é a única que lhe permite triplicar o seu ordenado*, e ainda lhe oferece as seguintes vantagens: isenção de pagamento da comissão de gestão; remuneração dos seus saldos a partir do 1º cêntimo, às melhores taxas do mercado; taxa de descoberto desde 12%**, em função do número de produtos detidos no Banco; bonificação de 1,5% na taxa de juro do Crédito Pessoal; e oferta da 1ª anuidade do Cartão Banif Electron.

Com tantas vantagens, só dá vontade de dizer: "Dá-me um beijinho!"

Baniftriplus
Conta Ordenado

Não há três pessoas iguais.

Campanha válida até 22 de Dezembro de 2006. Regulamento do sorteio disponível em www.banif.pt
* Atribuição de limite de descoberto até duas vezes o valor líquido do seu ordenado mensal, com um máximo de €5.000.
** Taxa nominal do descoberto varia entre 12% e 21% (TAEG entre 13,22% e 24,16% para descoberto de €500 a 1 ano, isento de comissão de gestão).

www.cgd.pt Caixadirecta: 707 24 24 24